

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

IRB(Re)

Relatório da administração

2024

Versão CVM

IRB(Re)



Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

VERSÃO CVM

Submetemos à vossa apreciação o Relatório da Administração do IRB Re e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

A Resolução CVM nº42/2021 tornou obrigatório para as companhias abertas brasileiras, a partir de 1º de janeiro de 2023, o pronunciamento técnico CPC 50, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguros, em linha com o IFRS 17 emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que substitui o IFRS 4. As análises constantes deste relatório estão apresentadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 50 (IFRS 17).

Conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, a SUSEP não referendou o CPC 50 (IFRS 17) para as entidades reguladas e, por esta razão, a Companhia prepara outras Demonstrações Contábeis utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP, isso inclui o cumprimento dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis) quando referendados por este regulador.

Diante do exposto, a Companhia permanece alocando recursos e avaliando o desempenho dos segmentos operacionais da entidade com base nas informações financeiras elaboradas conforme CPC 11 (IFRS 4), garantindo assim, que a operação esteja adequada a todos os requisitos prudenciais estabelecidos pela autarquia. Os comentários da Administração em relação ao desempenho econômico-financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 na visão negócio, que considera as práticas contábeis do regulador setorial podem ser encontrados no Relatório de Análise de Desempenho Operacional e Financeiro em <https://ri.irbre.com/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/>. A reconciliação do modelo Visão Negócio encontra-se na Nota Explicativa 3 – Informações de operações por segmento, nas Demonstrações Contábeis.

Mensagem da Administração

Em 2024, ano em que o IRB Re celebrou 85 anos de história, alcançamos um marco na Companhia, encerrando o período de *turnaround* com crescimento no resultado operacional. Este avanço ocorreu mesmo diante da tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul, classificadas pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSG) como “o maior sinistro do setor de seguros provocado por um único evento na história do Brasil”.

O lucro líquido em conformidade com o CPC 50 – Contratos de seguros alcançou R\$ 805,7 milhões, representando um crescimento expressivo em comparação a 2023, quando registramos um prejuízo de R\$123,9 milhões. Este resultado positivo reflete a combinação de uma gestão com qualidade na subscrição, uma alocação estratégica dos ativos financeiros e dos efeitos temporais do aumento das taxas de juros em 2024.

Nossa estratégia ao longo de 2024 foi concentrar os negócios no Brasil, um mercado onde somos líderes e que conhecemos profundamente. Acreditamos no potencial de crescimento local e reconhecemos a oportunidade de proteção existente no país. Com isso, assumimos o compromisso de impulsionar o desenvolvimento do mercado de proteção, investindo em soluções inovadoras e no lançamento de produtos.

No período, a amortização da Margem de Seguro (CSM) reconhecida como receita alcançou o valor de R\$1.363,2 milhões, alta de 12,7% quando comparada com 2023. Como resultado, a prestação de serviços de resseguro de R\$776,7 milhões, combinado ao resultado financeiro líquido de R\$406,2 milhões, contribuiu para a formação de um lucro líquido no ano de 2024 de R\$805,7 milhões.

Em setembro de 2024 a agência de classificação de riscos *A.M. Best* revisou o nosso *outlook* de negativo para estável, com rating A-. Em novembro de 2024, a *S&P Global Ratings* alterou a perspectiva do rating de crédito de emissor do IRB Re de negativa para estável, reafirmando o *rating* de crédito e de emissão “brAA+” atribuído à entidade e às suas emissões de debêntures *senior unsecured*.

Em 2024, publicamos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e realizamos o primeiro fórum IRB(P&D) sobre mudanças climáticas. O IRB Re foi classificado entre as 50 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro do GPTW 2024. Também foi certificado como Destaque em Saúde Mental, selo concedido a apenas oito empresas.

Nossos indicadores regulatórios, essenciais para o cumprimento dos requisitos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e para a continuidade da nossa operação, estão em uma posição confortável. A suficiência de garantia das provisões técnicas atingiu R\$802,1 milhões, um aumento significativo em relação aos R\$438,4 milhões registrados em 2023. Além disso, nosso indicador de suficiência de patrimônio líquido ajustado cresceu de R\$533,9 milhões em 2023 para R\$894,3 milhões em 2024.

De acordo com estimativa da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), o mercado segurador deve crescer 10% em 2025, respondendo por 6% do PIB. O mercado de seguros tem a meta de aumentar a participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil até 2030, saindo do patamar de 6% para 10%. Também quer ampliar em 20% a parcela da população que conta com algum tipo de apólice de seguro.

O IRB Re está preparado para atender à demanda de resseguro que virá do crescimento do mercado e cumprir com seu papel de protagonista na proteção da sociedade e de assegurar estabilidade nos resultados das seguradoras.

Agradecemos o engajamento dos colaboradores, clientes e parceiros de negócios, prestadores de serviços, acionistas, fornecedores e demais *stakeholders* da Companhia. Juntos, iniciamos a construção de um novo patamar para os próximos 85 anos do IRB Re.

Desempenho Econômico-Financeiro

A receita com resseguros cresceu 4,5%, totalizando R\$6,1 bilhões, sendo que a participação no Brasil alcançou R\$5,0 bilhões, representando 82% do volume, enquanto a participação no exterior totalizou R\$1,1 bilhão, ou 18% do total. A variação observada ocorreu, principalmente, devido a variação da expectativa de sinistros no período combinado com o contrato de comutação do segmento de vida (país) reconhecido contabilmente no 3T24 e aprimoramento das premissas atuariais relacionadas ao ajuste de risco, elevando a compensação requerida pela companhia pelos riscos assumidos.

As despesas com prestação de serviços de resseguro totalizaram R\$4,1 bilhões em 2024, uma redução de 6,4% em relação a 2023. Vale destacar que este valor inclui o impacto das chuvas no Rio Grande do Sul, no total bruto de R\$605,3 milhões, e o impacto do aumento de taxa de juros.

O resultado com retrocessão totalizou R\$1,2 bilhão, melhora de 32% comparado com 2023, que foi de R\$1,7 bilhão. A melhora observada se deu, principalmente, devido a maior recuperação de sinistros no exercício de 2024 em relação ao que foi previsto.

O resultado da prestação de serviços de resseguro totalizou R\$776,7 milhões em 2024 frente a um prejuízo de R\$325,7 milhões registrados em 2023.

As despesas administrativas não atribuíveis à operação alcançaram o valor de R\$28,2 milhões, uma redução de 10,1%.

O resultado financeiro líquido totalizou R\$406,2 milhões, comparado a R\$121,1 milhões em 2023. O principal impacto se deve a variação dos juros no período. Isso ocorre, pois, com o aumento da taxa de juros o passivo de resseguro (líquido de retrocessão) sofre uma redução temporal, gerando um incremento na receita financeira da Companhia. As aplicações financeiras alcançaram R\$9,2 bilhões em 2024, comparadas a R\$8,4 bilhões em 2023. Em abril de 2024 realizamos o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 3ª emissão, no valor de R\$91,9 milhões.

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$805,7 milhões em 2024, frente ao prejuízo de R\$123,9 milhões em 2023.

Em alinhamento com as práticas internacionais do mercado segurador e ressegurador, estamos passando por uma transição na forma de analisar e gerir a Companhia. Esse processo adota dois prismas distintos: a segmentação da carteira entre vida e não vida e a divisão geográfica tradicional entre mercado doméstico/país e internacional/exterior.

A seguir, apresentamos os principais indicadores de resultado do período, refletindo essa nova abordagem à luz do CPC 50 (IFRS 17).

Resultado da prestação de serviços de resseguro

(R\$ milhões)	2023	2024	Δ%
Vida	(346,6)	157,5	*
País	(48,9)	364,8	*
Exterior	(297,7)	(207,3)	-30,4%
Não vida	20,9	619,2	2862,7%
País	360,1	639,5	77,6%
Exterior	(339,2)	(20,3)	-94,0%
Total	(325,7)	776,7	*

O resultado de prestação de serviços de resseguros representados pela receita de resseguro, despesa de resseguro e resultado com retrocessão já explicados acima, demonstra uma evolução relevante comparada com 2023, principalmente, nos segmentos não vida com uma variação de R\$598,3 milhões.

Saldo da CSM

(R\$ milhões)	2023	2024	Δ%
Vida	238,4	9,4	-96,1%
País	240,5	7,0	-97,1%
Exterior	(2,1)	2,4	*
Não vida	637,0	578,0	-9,3%
País	468,5	419,8	-10,4%
Exterior	168,5	158,2	-6,1%
Total	875,4	587,4	-32,9%

Amortização da CSM

(R\$ milhões)	2023	2024	Δ%
Vida	325,7	382,5	17,4%
País	233,0	369,7	58,7%
Exterior	92,7	12,8	-86,2%
Não vida	883,9	980,7	11,0%
País	680,5	625,7	-8,1%
Exterior	203,4	355,0	74,5%
Total	1209,6	1363,2	12,7%

Iniciamos o ano de 2024 com o saldo da CSM no montante de R\$ 875,4 milhões, representado principalmente pela carteira não-vida na proporção de 72,8%. A amortização da CSM no período alcançou o montante de R\$ 1.363,2 milhões, o que representa um aumento de 12,7% em relação ao ano anterior.

Terminamos o ano com o saldo da CSM no montante de R\$ 587,4 milhões, uma redução de 32,9% em relação ao ano anterior, explicada principalmente pelo não fortalecimento da nossa carteira de vida, a qual não foi o foco da nossa estratégia para este período.

Resultado financeiro operacional e de investimentos

(R\$ milhões)	2023	2024	Δ%
Vida	(45,1)	(35,1)	-22,2%
País	(33,9)	(21,3)	-37,2%
Exterior	(11,2)	(13,8)	23,2%
Não vida	(420,7)	(94,7)	-77,5%
País	(323,7)	5,4	*
Exterior	(97,0)	(100,1)	3,2%
Resultado financeiro operacional (Efeito das taxas de desconto)	(465,8)	(129,8)	-72,1%
Resultado financeiro dos investimentos	588,1	549,3	-6,6%
Variação cambial líquida, debêntures e outros	(1,2)	(13,3)	1008,3%
Resultado financeiro líquido	121,1	406,2	235,4%

Nossa estratégia financeira é orientada para a preservação dos recursos, garantindo resiliência frente às oscilações dos cenários globais e econômicos.

O resultado financeiro operacional considerando somente o efeito das taxas de desconto sobre os ativos e passivos de contratos de resseguros registrou uma despesa de R\$129,8 milhões, uma redução de 72,1% em relação ao ano anterior em função do aumento das taxas de desconto no período, principalmente, nos contratos realizados nas moedas real e dólar.

A tabela abaixo, apresentada na nota explicativa 2.5, demonstra a curva média de rendimento utilizada para descontar os fluxos de caixa dos contratos de resseguros nas principais moedas:

	2024					2023				
	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos
BRL	15,71%	16,29%	15,91%	15,19%	14,28%	10,81%	10,50%	10,79%	11,45%	12,39%
USD	6,36%	6,57%	6,81%	7,38%	8,30%	6,78%	5,85%	5,76%	6,59%	8,05%
EUR	2,63%	2,48%	2,53%	2,66%	2,65%	4,05%	3,13%	3,01%	3,08%	3,10%
GBP	4,85%	4,55%	4,43%	4,47%	4,70%	5,44%	4,37%	4,05%	3,98%	4,13%

No que se refere ao resultado financeiro dos investimentos, a Companhia registrou um resultado positivo nas aplicações financeiras, totalizando R\$549,3 milhões. Esse valor representa uma redução de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada, principalmente, pelos respectivos fatores: (i) na carteira *onshore*, pela redução do CDI no período (10,87% em 2024 vs 13,05% em 2023), e (ii) na carteira *offshore*, pela venda de parte da nossa posição em títulos da dívida soberana (Global 26), que ocasionou o reconhecimento de uma despesa de R\$ 24,0 milhões pela realização do ajuste a valor de mercado (AVM) inicialmente reconhecido no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Desta forma, o resultado financeiro líquido alcançou R\$406,2 milhões, refletindo uma gestão criteriosa e fundamentada em profundo conhecimento do negócio.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia são compostos pelas obrigações referentes às emissões de debênture, cujos valores de emissão e principais características estão apresentados conforme abaixo:

1ª Emissão	2ª Emissão
2ª Série	Série única
R\$ 147.000	R\$ 229.193
Indexador	
IPCA + 6,6579% a.a	IPCA + 6,6579% a.a
Vencimento	
15/10/2026	15/12/2026
Cupom	
Semestral	Semestral
Amortização	
5º e 6º anos	5º e 6º anos

Dividendos

Conforme o Estatuto Social do IRB Re, o cálculo da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é realizado sobre o resultado do exercício após a dedução para atender aos prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e à reserva legal. Tal montante é registrado como passivo na rubrica obrigações a pagar, visto que representa uma obrigação legal estipulada no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia segue a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que lhe impõe limites regulatórios de liquidez e solvência (nota 25). Por isso, a base de cálculo para as destinações de reservas e lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da SUSEP, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 (IFRS 17), que não foi referendado por este regulador.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 15,9 milhões.

Adicionalmente, o cancelamento das ações em tesouraria, ocorrido em janeiro de 2025, conforme descrito na seção “Estrutura Acionária”, aumentará os prejuízos acumulados em R\$283,8 milhões.

Alterações societárias

A Andrina Participações S.A. (Andrina), subsidiária integral do IRB Re, criada no 1º semestre de 2024, com objetivo de realizar operações independentes patrimonialmente entre si de transferência de riscos de seguro, resseguro ou retrocessão e o financiamento de tais riscos via emissão de Letras de Risco de Seguro (LRS) na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

A SUSEP emitiu a Portaria nº 42, de 03 de dezembro de 2024, concedendo autorização à Andrina para emitir LRS, no segmento S1, em todo o território nacional. Em 06 de dezembro de 2024, a referida Portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

Em 20 de janeiro de 2025, foi registrada na Jucesp a ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária da Andrina que, dentre outras deliberações, alterou a denominação social para "Andrina Sociedade Seguradora de Propósito Específico S.A.", bem como alterou o objeto social consistente na realização de operações independentes patrimonialmente entre si de transferência de riscos de seguros, previdência complementar, saúde suplementar, resseguro ou retrocessão e seu financiamento via emissão de letra de risco de seguro na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

Governança Corporativa

A estrutura de governança da Companhia é formada por Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e Comitês Estratégicos que assessoram o Conselho de Administração. Esses órgãos de governança desempenham funções específicas, com o objetivo de garantir transparência e a adoção das melhores práticas de gestão. Conta ainda com uma Gerência, que atua como secretaria de governança, responsável pelo apoio direto a todas as atividades do Conselho de Administração e demais colegiados, assegurando que o fluxo de informações seja direcionado tempestivamente e de forma segura a todas as instâncias de governança.

Durante o ano de 2024, foram realizadas 32 reuniões do Conselho de Administração, 16 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 52 reuniões da Diretoria Estatutária e 17 reuniões do Conselho Fiscal, além de 53 outras reuniões dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até 9 membros titulares e um suplente, sendo um deles o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de dois anos, permitida a recondução. Em 31 de dezembro de 2024 o Conselho de Administração possuía em sua composição 9 membros titulares e um suplente, sendo a maioria deles considerado independente, na forma da regulamentação aplicável.

O Conselho de Administração é responsável por estabelecer as diretrizes e estratégias do negócio, avaliar a exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e integridade/conformidade, entre outras atribuições legais e estatutárias.

Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração

Seis comitês apoiam o Conselho de Administração (Ética, Sustentabilidade e Governança; Investimentos, Estrutura de Capital e Dividendos; Auditoria Estatutário; Pessoas, Nomeação e Remuneração; Riscos e Solvência e Política de Subscrição e Acompanhamento de Sinistros Vultosos), mantendo uma agenda regular de trabalho para acompanhamento, monitoramento e suporte ao Conselho.

Em outubro de 2024, o mandato do Sr. Jerônimo Antunes, na qualidade de membro do comitê de auditoria estatutário da Companhia, foi encerrado em razão do atingimento do prazo máximo de cinco anos permitido pela Superintendência de Seguros Privados, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021.

Em 31 de janeiro de 2025 foi divulgado através de um Comunicado ao Mercado a eleição do Sr. Wilson Toneto como membro do comitê de auditoria estatutário da Companhia para complementar o mandato unificado em curso que se estenderá até 27.05.2025.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão fiscalizador dos atos da Administração, em defesa da Companhia e dos seus acionistas. O Colegiado atualmente possui caráter permanente e atualmente é integrado por três membros titulares e respectivos suplentes eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

Em abril de 2024, foram eleitos em Assembleia Geral Ordinária os seguintes membros do Conselho Fiscal: Rogerio Ceron de Oliveira (membro efetivo), Viviane Aparecida da Silva Varga (membro suplente), Leonardo de Paiva Rocha (membro efetivo), Geraldo Affonso Ferreira Filho (membro suplente), Daniel Carlos Dominguez Massola (membro efetivo), Edson Georges Nassar (membro suplente).

Diretoria Estatutária

Em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria Estatutária era integrada por 7 membros estatutários, que são o Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores; Diretor Vice-Presidente de Resseguro; Diretor Vice-Presidente Financeiro; Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade; Diretor Jurídico e Governança; Diretora de Contabilidade, Tributos e Tesouraria e Diretor Técnico de Subscrição que atuam com o apoio de 11 diretores não estatutários.

Em agosto de 2024, a Sra. Eduarda Cunha de La Rocque passou a ocupar o cargo de Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, para mandato em curso unificado com os demais membros da Diretoria Estatutária, o qual se estenderá até 3 de julho de 2025. A Sra. Eduarda possui graduação, mestrado e doutorado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com especialização em Finanças e Economia do Setor Público. Especialista em Gestão de Riscos com 12 anos de experiência no mercado financeiro, atuou à frente da Secretaria de Fazenda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e foi Presidente do Instituto Municipal Pereira Passos (IPP).

Em novembro de 2024, o Conselho de Administração elegeu a Sra. Thays Vargas Ferreira para o cargo estatutário de Diretora de Contabilidade, Tributos e Tesouraria. A Sra. Thays iniciou no IRB Re em 2018 como Especialista Contábil e desenvolveu sua carreira como Gerente, Superintendente, Diretora, até assumir a atual posição estatutária. Graduada em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, com MBA em Finanças pela FGV, a executiva possui mais de vinte anos de experiência nas áreas de auditoria e contabilidade em grandes empresas de capital aberto e multinacionais nos setores financeiro e segurador.

Em dezembro de 2024, o Sr. Frederico Knapp foi eleito para o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro da Companhia, com mandato unificado com os demais membros da Diretoria Estatutária, o qual se estenderá até 03 de julho de 2025. O Sr. Frederico Knapp é formado em administração de empresas, com MBA em negócios internacionais pela Nova Southeastern University (NSU) e MBA em

finanças, controladoria e auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Frederico Knapp atua no setor segurador por mais de 20 anos, sendo os últimos 10 anos na Swiss Re Resseguradora, onde ocupou a posição de Presidente da Swiss Re Brasil e Head de Resseguros Brasil e Cone Sul, e anteriormente como CFO e COO. Trabalhou no Grupo ACE de 2001 a 2014 em diversas funções, incluindo a de Diretor Executivo e CFO da ACE Resseguradora S.A.

Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2024 com seu capital pulverizado, sem controlador definido, com 82.263.011 ações ordinárias, sendo 99,5% das ações em circulação negociadas em Bolsa e 0,5% em tesouraria.

Em 13 de janeiro de 2025, conforme divulgado em Fato Relevante, o Conselho de Administração deliberou o cancelamento da totalidade das 420.125 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Em decorrência do cancelamento das ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 81.842.886 ações ordinárias e 1 ação preferencial de classe especial de titularidade da União (*Golden Share*).

Gestão de Riscos

Em linha com a Resolução CNSP nº 416/2021, a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade do IRB Re é determinação estatutária em operação desde 2023, e está estruturada em três gerências – Riscos, Controles Internos e Conformidade. Apesar da gestão de riscos e da conformidade serem responsabilidades de toda a Companhia (Conselho de Administração, Diretoria e colaboradores), o IRB Re atende ao regulamentado por meio do "modelo de três linhas", destinando sua segunda linha à operação da Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade.

A atuação em segunda linha consubstancia o monitoramento, avaliação e atualização contínua de riscos e controles internos. A primeira linha - de frente do negócio - conta com protagonismo das duas Vice-Presidências e respectivas Diretorias Executivas e a terceira linha se dá por meio da Auditoria Interna. Além de suas competências estatutárias e regulamentares, a Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade assumiu, em 2024, a responsabilidade pelo tema ASG (Ambiental, Social e de Governança) no IRB Re. Esse movimento representa o amadurecimento institucional da agenda de sustentabilidade com sua aplicação tecnológica e estratégica ao negócio da companhia.

A Política de Gestão de Riscos do IRB Re estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades com ênfase nas categorias de subscrição, mercado, crédito, liquidez, operação e estratégia. A sua aprovação é competência do Conselho de Administração e sua aplicação é monitorada por órgãos colegiados, entre os quais o Comitê de Gestão de Riscos e Solvência, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria Estatutária e o próprio Conselho de Administração.

Os instrumentos de gestão que integram a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e o Sistema de Controles Internos (SCI) - incluindo o Apetite por Riscos, o Inventário de Riscos, as avaliações de efetividade e as análises prévias - estão em contínuo aprimoramento e em sintonia com as melhores práticas nacionais e internacionais, incluindo a adaptação à Resolução CNSP nº 471/2024 que trata do ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*).

Os modelos de capital das agências de rating são utilizados como benchmark para avaliar a força de balanço e capacidade de pagamento da Companhia. Contudo, de maneira complementar, está em contínuo desenvolvimento um modelo interno prospectivo de capital, baseado no seu plano de negócios. Sendo assim, a Companhia está se adequando à nova regulação citada (ORSA), uma vez que esse modelo interno já fundamenta o seu Apetite de Riscos.

Além das categorias de risco regulatórias, vêm também sendo aperfeiçoados estudos relativos à mensuração de riscos ASG (Ambiental, Social e Governança), cibernéticos e de reputação, dentre outros. Uma das principais funcionalidades do modelo interno é subsidiar as decisões de alocação de capital, definindo *Target Combined Ratios* – TCR como balizadores de metas e de valor agregado para as segmentações do negócio. Além disso, a Companhia vem progressivamente buscando se adequar às diretivas da União Europeia conhecidas como *Solvency II*.

A Companhia mantém atualizada a sua Declaração de Appetite por Riscos (DAR), que estabelece, em métricas qualitativas e quantitativas, os riscos que pretende assumir, ou evitar, de forma alinhada aos seus objetivos estratégicos, conforme descritos em seu plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. A revisão do Inventário de Riscos, considera a identificação do que é mais relevante aos objetivos estratégicos do negócio, incluindo suas principais causas, possíveis impactos e atividades de controles.

No âmbito do Sistema de Controles Internos, a Companhia realiza testes periódicos acerca do seu Plano de Continuidade de Negócios (PCN), especialmente relacionados à tecnologia, como melhores práticas e cumprimento das exigências regulatórias, em que são simulados cenários de indisponibilidade de acesso às aplicações. Em 2024, a Companhia migrou todas as aplicações para nuvem e a arquitetura contratada contempla uma estrutura de redundância em São Paulo (BR) e uma estrutura de *Disaster Recovery* (DR) em Virgínia (EUA). Os sites de redundância e DR foram validados no momento da migração. As réplicas ocorrem de forma periódica e são monitoradas diariamente.

A Companhia dispõe de um Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI) que norteia ações em quatro domínios: Gestão de Segurança da Informação, Operações de Segurança Cibernética, Gestão de Vulnerabilidade e Ameaças e Gestão de Privacidade de Dados. O IRB Re tem a capacidade de agir rapidamente no caso de um ataque cibernético e conta com parceiros especializados para atuação rápida em caso de incidentes, inclusive na modalidade 24 horas x 7 dias.

Ratings

Em 6 de setembro de 2024, a agência *A.M. Best*, a mais antiga empresa de classificação de riscos com foco no setor de seguros e resseguros, confirmou a manutenção do rating de Força Financeira do IRB Re em "A-" (Excelente) e de Crédito de Emissor de Longo Prazo em "a-" (Excelente), revisando a perspectiva de negativa para estável. De acordo com o comunicado divulgado pela agência, a perspectiva é fundamentada na expectativa da *AM Best* de que a solidez do balanço patrimonial da empresa permanecerá nos níveis mais fortes, apoiada por uma tendência sustentada de melhoria no seu desempenho operacional e pelos benefícios das iniciativas implementadas pela sua administração.

Em 25 de novembro de 2024, a agência de classificação de riscos *Standard&Poor's Global Ratings* ("S&P") reafirmou o rating de crédito e de emissão "brAA+" atribuído à entidade e às suas emissões de debêntures *senior unsecured*. A perspectiva do rating de emissor passou de negativa para estável, refletindo a expectativa da agência de que a resseguradora continuará operando com níveis estáveis de capital e liquidez enquanto melhora gradualmente seus resultados técnicos.

Ética e Integridade

Com o objetivo de fomentar a cultura de integridade e promover continuamente a melhoria do Sistema de Controles Internos e da Estrutura de Gestão de Riscos, a Companhia atuou no aprimoramento de controles e processos, com ênfase na prevenção e no combate a ilícitos e avaliação dos riscos de conformidade considerando as categorias: regulatória; lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; fraude; e corrupção.

Dentre as iniciativas de monitoramento, em 2024, o IRB Re revisou Instrumentos Normativos e de Governança e Controle, com especial atenção às disposições sobre conduta e integridade. Entre os instrumentos revisados, destacamos: o Código de Conduta; o Programa de Integridade; a Declaração de Apetite por Riscos; as Políticas de Gestão de Riscos e de Conformidade, Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária, além dos Regimentos Internos do Comitê de Auditoria Estatutário, de Ética, Sustentabilidade e Governança, de Gestão de Riscos e Solvência, de Conduta e do Conselho Fiscal, bem como outras políticas estratégicas adotadas pela Companhia. Foi revisado o modelo de monitoramento dos clientes, seguindo os dispositivos da regulação que indicam a necessidade de eficácia no processo de *know your client*.

Fortalecemos o ambiente regulatório com ações para minimizar os riscos de desconformidade. Endereçamos de maneira sistêmica os dispositivos legais da SUSEP e CVM, bem como os oriundos de legislações federais passíveis de adequação para verificar eventuais pendências regulatórias e gerar o indicador de aderência.

Com foco na disseminação da cultura de integridade e no aperfeiçoamento das iniciativas de treinamento e aculturação, a Companhia realizou a Jornada de Gestão de Riscos, promovendo *workshops* sobre temas estratégicos em Conformidade, Solvência, Agências de *Rating*, Controles Internos, Governança e Gestão de Riscos em Resseguros e ESG. Cada tema abordou a importância de práticas responsáveis e alinhadas com o posicionamento do IRB Re. Foi criado o Guia de Integridade, uma referência para os parceiros e prestadores de serviço quanto às diretrizes de conduta e posicionamento do IRB Re no combate à fraude, à lavagem de dinheiro e a quaisquer suspeitas de irregularidades.

Para reforçar o compromisso do IRB Re com uma cultura pautada pela integridade, aderimos e recebemos o selo do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial - iniciativa capitaneada pela Controladoria-Geral da União (CGU), que estimula empresas a assumirem publicamente seu compromisso com a integridade empresarial em todo o ciclo de seus negócios.

No âmbito do compromisso firmado com o órgão de justiça americano – US *Department of Justice* (“DoJ”), a Companhia implementou, no segundo ano do acordo, plano de ação dando continuidade às ações iniciadas em 2023, no sentido de consolidar as práticas de conformidade, reforçar o aculturação sobre o Programa de Integridade e aculturar sobre os princípios da integridade e da boa governança. As principais iniciativas do plano de ação incluíram: ações institucionais para demonstrar o compromisso da Companhia com a ética e a integridade; realização de avaliação dos riscos de conformidade; revisão das Políticas de Compliance; criação do Guia de Integridade para Terceiros; revisão do Termo de Compromisso do Código de Conduta; estabelecimento do processo de análise de riscos para casos de alterações na estrutura organizacional, de forma que possa ser verificado potencial conflito de interesse e segregação de funções; implementação do plano anual de treinamento e aculturação relacionados à conformidade e à gestão de riscos e aplicação de pesquisa de percepção sobre o Programa de Integridade.

Reafirmando seu compromisso com a ética, transparência e sustentabilidade do negócio, a Companhia manteve seu Canal de Denúncias gerenciado por empresa especializada e independente, que recebe de forma autônoma as informações, inclusive anônimas, sobre supostos ilícitos, violações aos princípios éticos, transgressões a políticas internas e à legislação vigente, assim como infrações ao Código de Conduta e às políticas internas.

Capital Humano

No encerramento de 2024, atuavam na Companhia 399 colaboradores, sendo 335 empregados próprios, 37 estagiários/aprendizes e 27 terceirizados. Entre os empregados, 55% eram homens e 45%, mulheres. Dos cargos de gestão, 40% são ocupados por mulheres.

A taxa de rotatividade no ano de 2024 foi de 13,9% (21,3% em 2023). Considerando a taxa de rotatividade voluntária, ou seja, pedido de demissão por iniciativa do empregado, a taxa foi de 5,2% (7,4% em 2023).

No ano de 2024, tivemos a conquista do selo de Certificação das Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro, em parceria com a GPTW (*Great Place To Work*) e ficamos em 43º lugar no ranking. Esse foi um marco importante para a Companhia na construção de um ambiente de trabalho saudável, em que as pessoas se sentem bem, se orgulham em pertencer e desejam permanecer. Além disso, também conquistamos o prêmio de Saúde Mental, ficando em 8º lugar no ranking. Nesse caso, a mudança de cultura organizacional, com maior espaço para diálogo e menor hierarquização fizeram com que as pessoas se sentissem mais acolhidas e com abertura para trocas e ideias.

Além disso, seguimos com a capacitação das equipes com treinamentos técnicos da Academia de Resseguros e com os treinamentos contábeis de CPC 50 / IFRS17 e de Workshop Riscos Corporativos.

Seguimos focados na nossa estratégia de capacitação do nosso corpo funcional e em 2024, ampliamos nossa grade com mais treinamentos internos: Academia de Resseguros, Negociação para equipes de subscrição, Excel e Power BI, Libras, Treinamento sobre as normas do CPC 50 / IFRS 17, dentre outros. Tivemos o Programa da Jornada de Gestão de Riscos, com diversos treinamentos teóricos e práticos envolvendo toda a Companhia. Importante também destacar a implementação da 1ª Certificação em Resseguros desenvolvida pelo IRB Re em parceria com a ENS (Escola Nacional de Seguros), uma iniciativa pioneira no mercado.

Possuímos programa de qualidade de vida voltado para o bem-estar físico e mental dos colaboradores que contempla ações como: atividade física, campanhas internas com o foco na saúde, comemorações em datas festivas, apoio psicológico, nutricional, consultoria financeira e jurídica, entre outros.

Para manter e atrair talentos, nosso pacote de benefícios inclui plano de saúde e odontológico aos colaboradores e seus dependentes, check-up executivo, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação, vale-transporte, cesta de Natal, Gympass e auxílio para educação dos filhos prevista em acordo coletivo de trabalho, além de participação nos lucros e resultados, conforme atingimento de metas. Adicionalmente, oferecemos plano de previdência privada com coparticipação da Companhia, tendo 88% dos empregados aderido ao plano.

O Código de Conduta do IRB Re estabelece o repúdio a qualquer ação de assédio moral, sexual e práticas discriminatórias no que diz respeito a cor, etnia, orientação sexual, religião ou outras. Nesse sentido, apoia também a liberdade de associação e mantemos uma relação sindical sem conflitos, greves ou paralisações nos últimos três anos.

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG)

Em 2024, a Companhia publicou o primeiro Relatório de Sustentabilidade, descrevendo sua gestão dos riscos ASG, principais impactos de fatores ASG sobre o modelo de negócio, estratégia e operações, e formato de monitoramento de fatores ASG. O Relatório funciona como uma ferramenta de comunicação e transparência, com o objetivo de ampliar a visão estratégica sobre o tema ASG no negócio da Empresa, bem como aprimorar o relacionamento com os stakeholders.

A Política de ASG da Companhia abrange diretrizes para a subscrição de riscos, com o objetivo de aprimorar seus produtos de seguros, visando fortalecer a transição para uma economia de baixo carbono e gerando impactos positivos para os clientes, o meio ambiente e a sociedade.

Em atendimento aos novos requisitos regulatórios sobre o tema e como parte da implantação de sua política, o IRB Re desenvolveu estudo de materialidade de fatores ASG, avaliando um amplo leque de riscos relacionados, considerando-se probabilidades e impactos. Ao todo 11 temas materiais foram mapeados, quais sejam: Mudanças climáticas, Impacto ambiental na carteira de negócios, Gestão ambiental, Direitos humanos, Inclusão social e financeira, Relacionamento e Satisfação dos Clientes, Gestão do Capital Humano, Governança Corporativa, Transparência e Integridade, Privacidade de dados e Segurança da Informação, Inovação, Investimento Responsável.

Esses fatores passam a ser monitorados através de indicadores, podendo resultar na adoção de planos de ação específicos. O IRB Re já adota diversas ações para gestão dos riscos de sustentabilidade atrelados à sua operação e suas partes interessadas, tais como: diversificação geográfica e por linhas de negócio; processo de diligência de conformidade por meio de análises de parceiros de negócios, fornecedores e empregados; treinamentos de especialização técnica e de alto desempenho, entre outros. Uma das inovações resultantes dos aprendizados de sustentabilidade do último ano foi a introdução da cláusula contratual de "Limite por Evento", aplicável em casos de catástrofes climáticas. Outro aspecto relevante da Política de ASG do IRB Re foi o investimento significativo em P&D na área de mudanças climáticas e cyber riscos com a realização de um seminário internacional sobre o tema em setembro de 2024. Essa iniciativa objetiva a criação de um centro de inteligência de referência global, reforçando o compromisso da companhia em liderar soluções inovadoras no negócio de seguros e resseguros. O IRB(P&D) não apenas subsidiará decisões estratégicas e de negócios da companhia, mas também oferecerá suporte valioso a parceiros e clientes em um mercado cada vez mais desafiador e dinâmico.

Fornecedores

A Companhia trabalha com normativos que garantem a governança no processo de contratações, com controles que respeitam as alçadas de aprovação, passando pela análise reputacional dos fornecedores e incluindo cláusulas contratuais que nos protegem a respeito da confidencialidade, conflitos de interesse, proteção de dados pessoais, práticas de corrupção, lavagem de dinheiro e terrorismo, sustentabilidade (ASG), manipulação de dados relevantes, entre outras.

Dentre os fatos relevantes em 2024, cabe destacar a revisão do processo de compras e dos contratos em vigor para incluir o clausulado obrigatório de sustentabilidade (ASG).

Operação

Em 2024, finalizamos as melhorias no escritório de São Paulo e inauguramos o escritório da Companhia em Brasília, padronizado todos os ambientes e concluindo o processo de renovação das unidades operacionais do IRB Re. Ainda em 2024, com o objetivo de promover maior conforto aos funcionários, expandimos o escritório do Rio de Janeiro em 825m² no mesmo prédio e andar do escritório atual. Com a expansão do escritório, montamos um moderno auditório para receber clientes, promover treinamentos e integrações de equipe.

Aprovação da Lei 15.040/2024

Conhecido como Marco Legal dos Seguros, a Lei 15.040/2024, que prevê novas regras para os contratos de seguro e resseguros no Brasil, foi sancionada e publicada no dia 10 de dezembro de 2024. Após contribuir para as discussões e analisar de forma profunda o conteúdo da lei,

especialmente as regras relacionadas à atividade resseguradora, acreditamos que o a Lei contribuirá para o desenvolvimento saudável da operação resseguradora no país. Além disso, o IRB Re vem suportando, via Associação Nacional das Resseguradoras (ANRE), o Grupo de Trabalho coordenado pela Susep e reconhece o empenho do Ministério da Fazenda em prol do desenvolvimento do mercado de seguros.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que o IRB Re e suas controladas adotam como procedimento formal certificar-se de que os auditores da KPMG Auditores Independentes Ltda (KPMG) não sejam afetados quanto à independência e à objetividade necessárias ao seu trabalho com a Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a KPMG prestou serviços adicionais no valor total de R\$ 437 mil, referentes à Auditoria Atuarial. Este valor corresponde a 10% dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A KPMG considera que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância às normas de auditoria que tratam da isenção dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e, por isso, não representou situação que poderia afetar a independência e a objetividade no desempenho de seus serviços de auditoria externa.

Agradecimentos

A Administração do IRB Re expressa sua gratidão e apreço aos colaboradores, cedentes, fornecedores e parceiros, bem como aos acionistas e debenturistas, pela sólida relação e cooperação. Estendemos nossos agradecimentos aos representantes do poder público, aos órgãos reguladores e aos corretores, cujo apoio e confiança são fundamentais para nossa missão de oferecer soluções inovadoras e sustentáveis para o mercado segurador e ressegurador brasileiro.

irbre.com



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas do

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do IRB-Brasil Resseguros S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do IRB-Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de

nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos e passivos de contratos de resseguro e de retrocessão

Veja as notas explicativas de nº 16, 17, 18, 19, 23.1, 26.1, 26.14 e 26.15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém ativos e passivos relacionados aos contratos de resseguros e retrocessão, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, mensurados de acordo com o CPC 50 / IFRS 17. Na mensuração destes ativos e passivos, a Resseguradora utiliza-se de bases de dados de suas operações, além de técnicas e métodos que envolvem julgamento na determinação dos modelos de mensuração e nas premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguros que incluem, entre outros: expectativa de emissões de contratos de resseguro proporcionais, expectativa de sinistralidade futura e de ocorrência e pagamento de sinistros, além de taxas de descontos e prêmio de iliquidez. Consideramos a mensuração dos ativos e passivos relacionados aos contratos de resseguros e retrocessão como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos dados, valores envolvidos, o grau de julgamento envolvido na determinação dos modelos de mensuração e premissas relevantes relacionadas, e ao impacto que eventual alteração desses modelos de mensuração e premissas utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados dos contratos proporcionais; (ii) teste da efetividade operacional sobre a aprovação e controle de alterações da funcionalidade dos modelos de mensuração utilizada para computar os fluxos de caixa relacionados aos ativos e passivos de contratos de resseguro e retrocessão; (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação dos modelos de mensuração utilizados na projeção dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguros, além das premissas, relacionadas à expectativa de sinistralidade futura e de ocorrência e de pagamento de sinistros, utilizados nos referidos ativos e passivos; - no estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa, com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia, para estimativa do desenvolvimento dos fluxos de caixa futuro de sinistros incorridos, relativos a parcela não avisada ou não suficientemente avisada; - no cálculo independente da parcela dos fluxos de caixa futuro de sinistros incorridos citados no item anterior, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, incluindo a utilização de premissas independentes e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;

	(iii) envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram na avaliação das premissas, relacionadas as taxas de desconto e prêmio de iliquidez, utilizadas no desconto ao valor presente dos referidos ativos e passivos; (iv) conferência da precisão matemática dos percentuais de performance dos prêmios estimados incluídos no estudo de contratos proporcionais e comparação destes com aqueles constantes nas políticas da Companhia; (v) conferência em base de testes, da precisão matemática de certos aspectos dos modelos de mensuração do ativo e do passivo de contratos de resseguro e retrocessão para cobertura remanescente, por meio da utilização de técnicas de auditoria auxiliadas por computador; (vi) testes de precisão e integridade das bases de dados de contratos emitidos, sinistros incorridos e sinistros pagos, utilizadas para mensuração do ativo e passivo de contratos de resseguro e retrocessão; (vii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas na mensuração do ativo e passivo de contratos de resseguro e retrocessão, tais como: valores, agrupamento de contratos, datas de registro, período de vigência, limite de retenção, percentuais de retrocessão, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (viii) avaliação se as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo dos ativos e passivos de contratos de resseguro e de retrocessão, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	
Veja as notas explicativas de nº 8, 15 e 26.10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém ativos relacionados a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024. Estes ativos são reconhecidos na medida em que a Companhia possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado em estudo técnico. A elaboração deste estudo envolve julgamento da Companhia na definição de premissas econômicas e de crescimento de negócios, oriundas dos planos de negócios e orçamentos preparados pela Companhia e aprovados pelos órgãos de governança da Companhia. Consideramos a avaliação de realização dos créditos tributários relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação das referidas premissas econômicas e de crescimento dos negócios para prováveis lucros tributáveis futuros, além do impacto que eventual alteração destas premissas poderia ter nos valores dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação dos planos de negócio e orçamentos da Companhia e do estudo técnico de realização dos créditos tributários; e (ii) envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas, que nos auxiliaram: - na avaliação das premissas de projeções econômicas e de crescimento dos negócios apresentados no estudo técnico de realização dos créditos tributários; e - na conferência da exatidão matemática dos cálculos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos tributários. (iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Danielle de Freitas Torres

Contadora CRC 1SP262958/O-0

Índice

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial - Ativo.....	4
Balanço patrimonial - Passivo.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações dos valores adicionados.....	9
Seção A – Informações gerais	10
1.1 Contexto operacional	10
1.1.1 Continuidade operacional	10
1.2 Informações complementares	10
1.2.1 Impactos causados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.....	10
1.2.2 Desdobramentos da investigação sobre a base acionária.....	11
1.3 Bases de preparação	12
1.3.1 Consolidação	13
1.3.2 Entidades controladas	13
Seção B – Riscos.....	15
2 Gerenciamento de riscos	15
2.1 Modelo de três linhas	15
2.2 Tipologia de risco	15
2.2.1 Riscos operacionais	16
2.2.2 Riscos de subscrição	16
2.2.3 Risco de mercado	19
2.2.4 Risco de crédito	23
2.2.5 Risco de liquidez	25
2.3 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo	26
2.4 Mensurações ao valor justo reconhecidas	26
2.5 Taxas de desconto (Ajuste de valor do dinheiro no tempo)	29
2.6 Ajuste de risco não financeiro	29
2.7 Recuperabilidade (<i>impairment</i>) de ativos financeiros	30
Seção C – Informações por segmento.....	31
3 Informações de operações por segmento	31
Seção D – Estrutura do grupo.....	35
4 Investimentos	35
4.1 Movimentação dos investimentos.....	35
4.2 Participações societárias.....	35
Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	36
5 Caixa e equivalentes de caixa.....	36
6 Ativos financeiros.....	36
6.1 Composição dos ativos financeiros	36
7 Títulos e créditos a receber.....	44
8 Créditos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos.....	44
8.1 Créditos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos	44
9 Imóveis destinados a renda	46
10 Imobilizado	47
11 Intangível.....	48
12 Obrigações a pagar	49
13 Depósitos de terceiros	49
14 Empréstimos e financiamentos	49
14.1 Características das emissões:	50
14.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos:	50
14.3 Valor justo - debêntures:.....	51
14.4 Covenants:.....	51
15 Provisão para impostos e contribuições	51
16 Saldos de ativo e passivo de contrato de resseguro e retrocessão	52
17 Abertura dos saldos de contrato de resseguro e retrocessão	52
17.1 Movimentação dos saldos de contratos de resseguro	54
17.2 Movimentação dos saldos de contratos de retrocessão	55
18 Componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros e retrocessão	56

18.1	Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros	57
18.2	Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de retrocessão	60
18.3	Expectativa de reconhecimento da CSM no tempo	63
19	Efeitos no balanço patrimonial de contratos inicialmente reconhecidos no exercício	63
20	Partes relacionadas	64
20.1	Remuneração do pessoal-chave da Administração	64
21	Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais	65
21.1	Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária	65
21.2	Movimentação das obrigações legais e contencioso	66
21.3	Ações fiscais	67
21.4	Ações Trabalhistas/ Cíveis	73
21.5	Representações Criminais	74
21.6	Inquéritos Administrativos perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM	75
22	Patrimônio Líquido	76
22.1	Capital	76
22.2	Ações em tesouraria	76
22.3	Ajuste de avaliação patrimonial	77
22.4	Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	77
22.5	Alocação do resultado	77
23	Detalhamento das contas de resultado	78
23.1	Resultado da prestação de serviços de resseguros	78
23.2	Receitas e despesas financeiras	81
23.3	Resultado patrimonial	82
23.4	Imposto de renda e contribuição social	82
24	Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados	86
24.1	Planos de contribuição variável	88
24.2	Planos de benefício definido	89
24.3	Obrigação total do IRB Re	93
24.4	Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego	94
24.5	Análise de sensibilidade	95
25	Índices regulatórios	97
25.1	Cobertura do Capital Mínimo Requerido	97
25.2	Garantia das provisões técnicas	99
Seção F – Políticas contábeis		100
26	Políticas contábeis materiais	100
26.1	CPC 50 / IFRS 17 – Contrato de Seguros	100
26.2	Conversão em moeda estrangeira	107
26.3	Caixa e equivalentes de caixa	108
26.4	Ativos financeiros	108
26.5	Segregação circulante e não circulante	109
26.6	Ativos intangíveis	109
26.7	Imobilizado	110
26.8	Impairment de ativos não financeiros	110
26.9	Provisões	110
26.10	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	111
26.11	Benefícios a empregados	112
26.12	Capital social	113
26.13	Dividendos	113
26.14	Reconhecimento da receita	113
26.15	Receitas e despesas financeiras de resseguros	114
27	Estimativas e premissas contábeis críticas	114
28	Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas	116
Seção G – Outras informações que a Companhia entenda relevantes		117
29	Conciliação com as demonstrações financeiras padronizadas (DFP) disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet)	117
30	Evento subsequente	119
30.1	Cancelamento de ações em tesouraria	119
30.2	Registro Andrina SSPE	119

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante		5.035.132	3.317.870	5.003.598	3.300.842
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.210	7.406	18.861	20.335
Ativos financeiros	6.1	3.754.708	2.598.633	3.701.676	2.547.891
Títulos e créditos a receber	7	26.207	3.257	35.595	8.707
Créditos tributários e previdenciários	8	1.941	36.518	2.395	36.841
Despesas antecipadas		5.448	5.673	5.453	5.682
Ativos de contratos de retrocessão	16.2	1.239.618	666.383	1.239.618	666.383
Outros valores e bens		-	-	-	15.003
Não circulante		11.400.221	12.159.170	11.443.268	12.185.590
Ativos financeiros	6.1	5.388.237	5.744.511	5.388.238	5.745.021
Ativos de contratos de retrocessão	16.2	2.230.751	2.317.811	2.230.751	2.317.811
Títulos e créditos a receber	7	768.905	958.366	822.320	958.366
Créditos tributários e previdenciários	8	2.580.569	2.739.114	2.580.569	2.739.114
Depósitos judiciais e fiscais	21	185.722	184.997	185.722	184.997
Participações societárias	4.1	72.140	43.248	-	-
Imóveis destinados à renda	9	-	-	61.771	69.158
Outros Investimentos		330	335	330	335
Imobilizado		42.968	51.823	42.968	51.823
Intangível		130.599	118.965	130.599	118.965
Total do ativo		16.435.353	15.477.040	16.446.866	15.486.432

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante		4.767.467	4.418.306	4.778.980	4.427.698
Obrigações a pagar	12	73.104	73.053	82.116	80.270
Impostos e encargos sociais a recolher		38.212	38.733	38.537	38.956
Provisões trabalhistas		12.839	12.833	13.132	13.033
Provisões para benefícios pós-emprego	24.3	36.519	35.176	36.519	35.176
Imposto de renda e contribuição social	15	33.142	71.629	35.025	73.380
Empréstimos e financiamentos	14	246.111	3.738	246.111	3.739
Passivo de contrato de resseguro	17.1	3.949.162	4.052.064	3.949.162	4.052.064
Passivo de contrato de retrocessão	17.2	293.515	23.433	293.515	23.433
Depósitos de terceiros	13	57.371	89.990	57.371	89.990
Outros débitos		27.492	17.657	27.492	17.657
Não circulante		6.741.827	6.801.339	6.741.827	6.801.339
Obrigações a pagar	12	20.994	23.049	20.994	23.049
Provisões para benefícios pós-emprego	24.3	334.894	363.331	334.894	363.331
Empréstimos e financiamentos	14	242.866	542.466	242.866	542.466
Imposto de renda e contribuição social	15	17.054	37.518	17.054	37.518
Passivo de contrato de resseguro	17.1	5.957.087	5.758.857	5.957.087	5.758.857
Provisão para processos judiciais	21.2	168.932	76.118	168.932	76.118
Patrimônio líquido		4.926.059	4.257.395	4.926.059	4.257.395
Capital social	22.1	5.379.189	5.379.189	5.379.189	5.379.189
Ações em tesouraria	22.2	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)
Ajustes de avaliação patrimonial	22.3	(616.945)	(479.007)	(616.945)	(479.007)
Reserva para recomposição do lucro	22.5	463.444	-	463.444	-
Prejuízo acumulado		(15.869)	(359.027)	(15.869)	(359.027)
Total do passivo e patrimônio líquido		16.435.353	15.477.040	16.446.866	15.486.432

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas com resseguros	23.1	6.057.974	5.794.710	6.057.974	5.794.710
Despesas com prestação de serviços de resseguro	23.1	(4.090.696)	(4.371.421)	(4.090.696)	(4.371.421)
Receitas (Despesas) líquidas com contratos de retrocessão	23.1	(1.190.547)	(1.748.977)	(1.190.547)	(1.748.977)
Resultado da prestação de serviços de resseguro		776.731	(325.688)	776.731	(325.688)
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	23.2	(1.279.489)	(285.463)	(1.279.489)	(285.463)
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	23.2	367.087	50.286	367.087	50.286
Resultado financeiro líquido das operações		(912.402)	(235.177)	(912.402)	(235.177)
Resultado de investimentos	23.2	1.363.250	301.740	1.416.052	362.611
Outros resultados financeiros	23.2	(98.350)	(9.123)	(97.467)	(6.295)
Resultado financeiro líquido		352.498	57.440	406.183	121.139
Despesas administrativas		(18.158)	(20.039)	(28.202)	(31.365)
Resultado com tributos		10.279	(18.268)	4.667	(22.378)
Resultado patrimonial	23.3	66.837	41.826	37.167	614
Resultado antes dos impostos		1.188.187	(264.729)	1.196.546	(257.678)
IRPJ e CSLL	23.4	(382.447)	140.876	(390.806)	133.825
Lucro (prejuízo) do exercício		805.740	(123.853)	805.740	(123.853)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)	22.4	9,85	(1,51)	9,85	(1,51)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora e Consolidado	
		2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício		805.740	(123.853)
Outros resultados abrangentes			
Itens que serão ou poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado			
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior	22.3	(49.496)	(60.868)
Ajuste do valor justo dos títulos - VJORA			
Ganhos (Perdas) originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA	22.3	(121.218)	193.971
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercício dos ativos financeiros - VJORA	22.3	(14.257)	(43.549)
Perdas esperadas de créditos para ativos financeiros mensurados a VJORA		(6.828)	(1.982)
Imposto de renda e contribuição social		56.919	(59.664)
Total		(134.880)	27.908
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Benefícios pós emprego			
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	24.4	(5.095)	18.595
Imposto de renda e contribuição social		2.037	(7.438)
Total		(3.058)	11.157
Total de outros resultados abrangentes		(137.938)	39.065
Total do resultado abrangente do exercício		667.802	(84.788)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social				Reserva de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado acumulado	Patrimônio líquido
	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Gasto com emissão de ações	Ações em tesouraria				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	4.253.080	1.200.000	(73.891)	(283.760)	-	(538.263)	(215.701)	4.341.465
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, líquido de impostos	-	-	-	-	-	20.191	(19.473)	718
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2023	4.253.080	1.200.000	(73.891)	(283.760)	-	(518.072)	(235.174)	4.342.183
Resultado abrangente								
Ganhos originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA	-	-	-	-	-	90.758	-	90.758
Perdas esperadas de créditos para ativos financeiros mensurados a VJORA	-	-	-	-	-	(1.982)	-	(1.982)
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior	-	-	-	-	-	(60.868)	-	(60.868)
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	11.157	-	11.157
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(123.853)	(123.853)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	39.065	(123.853)	(84.788)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Aumento de capital	1.200.000	(1.200.000)	-	-	-	-	-	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	1.200.000	(1.200.000)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.453.080	-	(73.891)	(283.760)	-	(479.007)	(359.027)	4.257.395
Saldo em 1º de janeiro de 2024	5.453.080	-	(73.891)	(283.760)	-	(479.007)	(359.027)	4.257.395
Resultado abrangente								
Perdas originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA	-	-	-	-	-	(78.556)	-	(78.556)
Perdas esperadas de créditos para ativos financeiros mensurados a VJORA	-	-	-	-	-	(6.828)	-	(6.828)
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior	-	-	-	-	-	(49.496)	-	(49.496)
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	(3.058)	-	(3.058)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	805.740	805.740
Aumento de reserva por prática contábil	-	-	-	-	463.444	-	(463.444)	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	463.444	(137.938)	342.296	667.802
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Reversão de JCP e dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	-	862	862
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	862	862
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.453.080	-	(73.891)	(283.760)	463.444	(616.945)	(15.869)	4.926.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa – (Método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	805.740	(123.853)	805.740	(123.853)
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido				
Depreciações e amortizações	95.880	57.779	95.880	57.804
Constituição (reversão) da perda por redução ao valor recuperável de investimentos	4	(24)	4	(24)
Ganho na alienação de imobilizado, intangível e participações societárias	469	54	469	54
Resultado de equivalência patrimonial	(67.310)	(41.855)	-	-
Variação cambial líquida de ativos e passivos	(120.662)	(40.123)	(166.079)	(40.123)
Constituição (reversão) da perda por redução ao valor recuperável	(9.123)	10.306	(9.123)	10.306
Outros ajustes	(2.903)	(1.621)	3.412	805
Lucro (prejuízo) líquido ajustado do exercício	702.095	(139.337)	730.303	(95.031)
Atividades operacionais				
Variações nas contas patrimoniais				
Ativos financeiros	(112.155)	592.267	(63.939)	585.757
Títulos e créditos a receber	166.511	(63.430)	110.230	(61.951)
Outros valores e bens	-	-	15.003	-
Créditos tributários e previdenciários	252.078	(124.267)	251.947	(124.091)
Despesas antecipadas	225	578	229	578
Ativos de contratos de retrocessão	(47.382)	226.089	(47.382)	226.089
Depósitos judiciais e fiscais	(725)	70.185	(725)	70.185
Passivos de contratos de resseguro e retrocessão	(855.982)	(187.562)	(855.982)	(187.562)
Obrigações a pagar	(1.142)	39.240	653	38.977
Impostos e encargos sociais a recolher	(521)	33.790	(419)	33.838
Provisões trabalhistas	6	1.118	99	1.207
Provisões para benefícios pós-emprego	(32.189)	1.788	(32.189)	1.788
Imposto de renda e contribuição social	29.419	34.847	37.311	34.771
Depósitos de terceiros	(32.619)	(473)	(32.619)	(473)
Outros débitos	9.835	(2.330)	9.835	(2.330)
Provisão para processos judiciais	92.814	(6.756)	92.814	(6.756)
Empréstimos e financiamentos	66.119	121.772	66.118	121.772
Caixa utilizado nas atividades operacionais	236.387	597.519	281.287	636.768
Imposto de renda e contribuição social pagos	(88.370)	(33.538)	(96.130)	(33.538)
Juros pagos	(35.846)	(112.421)	(35.846)	(112.421)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	112.171	451.560	149.311	490.809
Atividades de investimento				
Variações nas contas patrimoniais				
Recebimento de dividendos	41.624	38.938	-	-
Aumento de capital em investida	(3.206)	(944)	-	-
Compra e venda de imobilizado	(25.680)	(23.323)	(25.680)	(23.323)
Compra de intangível	(64.681)	(65.038)	(64.681)	(65.038)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(51.943)	(50.367)	(90.361)	(88.361)
Atividades de financiamento				
Variações nas contas patrimoniais				
Emissão de debêntures	-	100.000	-	100.000
Gasto na emissão de debêntures	-	(7.813)	-	(7.813)
Pagamento de debêntures	(87.500)	(462.939)	(87.500)	(462.939)
Arrendamento mercantil	(5.321)	(3.380)	(5.321)	(3.380)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(92.821)	(374.132)	(92.821)	(374.132)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(32.593)	27.061	(33.871)	28.316
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.406	6.119	20.335	17.793
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa	32.397	(25.774)	32.397	(25.774)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.210	7.406	18.861	20.335

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita com operação de resseguros emitidos	6.057.974	5.794.710	6.057.974	5.794.710
Receitas	6.057.974	5.794.710	6.057.974	5.794.710
Despesas com prestação de serviços de resseguro	(3.364.863)	(3.769.760)	(3.364.863)	(3.769.760)
Outras	(18.158)	(20.039)	(18.158)	(20.039)
Despesas	(3.383.021)	(3.789.799)	(3.383.021)	(3.789.799)
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e outros	(42.716)	(50.763)	(44.710)	(51.312)
Serviços de terceiros	(79.204)	(70.816)	(79.986)	(71.682)
Despesas de comercialização	(281.794)	(209.184)	(281.794)	(209.184)
	(403.714)	(330.763)	(406.490)	(332.178)
Valor adicionado bruto	2.271.239	1.674.148	2.268.463	1.672.733
Depreciação e amortização	(95.880)	(57.779)	(95.880)	(57.804)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.175.359	1.616.369	2.172.583	1.614.929
Valor adicionado recebido (cedido) em transferência				
Receita financeira	1.802.043	852.681	1.854.845	913.552
Resultado com equivalência patrimonial	67.310	41.855	-	-
Resultado com operações de retrocessões mantidas	(1.190.547)	(1.748.977)	(1.190.547)	(1.748.977)
Outras transferências recebidas - receitas com imóveis de renda e venda de imobilizado	(473)	(29)	37.167	614
Outros	-	-	1.690	(4.176)
	678.333	(854.470)	703.155	(838.987)
Valor adicionado total a distribuir	2.853.692	761.899	2.875.738	775.942
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	220.525	209.267	229.483	214.977
Remuneração direta	133.982	161.249	140.379	165.337
Benefícios	76.347	36.769	78.923	38.126
F.G.T.S	10.196	11.249	10.181	11.514
Impostos, taxas e contribuições	372.168	(122.608)	386.139	(111.447)
Federais	372.168	(122.608)	384.804	(111.447)
Municipais	-	-	1.335	-
Remuneração de capitais de terceiros	1.455.259	799.093	1.454.376	796.265
Juros	1.449.545	795.241	1.448.662	792.413
Aluguéis	5.714	3.852	5.714	3.852
Lucro (prejuízo) do exercício	805.740	(123.853)	805.740	(123.853)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O IRB-Brasil Resseguros S.A., "IRB Re" ou "Companhia", é uma sociedade anônima de capital aberto brasileira, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida República do Chile, número 330, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo e Brasília. A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Em 1º de setembro de 2011, o IRB Re deu início às suas operações na sucursal Argentina como parte de sua estratégia de expansão na América Latina. Em 2022 a Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal. Os novos negócios são realizados através da Resseguradora Admitida, com a gestão realizada diretamente da sede do IRB Re no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de *run-off*, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal. Em linha com a estratégia da Companhia, as operações originadas na América Latina se mantêm como fundamentais ao desenvolvimento e diversificação dos negócios do IRB Re.

Ainda como parte da estratégia da Companhia em otimizar o capital, a Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Como parte dessa negociação, em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de *Loss Portfolio Transfer* (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido. Após a conclusão integral da operação, todos os saldos de ativos e passivos relacionados a esta sucursal serão devidamente desreconhecidos das demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2025.

1.1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta suficiência nos indicadores regulatórios, conforme exposto na nota explicativa 25. A Administração não tem o conhecimento e não considera nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade dos negócios.

Desta forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio de continuidade.

1.2 Informações complementares

1.2.1 Impactos causados pelas chuvas no Rio Grande do Sul

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas, resultando em alagamentos e impacto social e econômico significativo na região. Esse evento extremo destacou a importância do papel desempenhado pelas seguradoras e resseguradoras na mitigação dos impactos financeiros decorrentes de desastres naturais.

Em 31 de dezembro de 2024, os principais grupos afetados por sinistros avisados foram o patrimonial e riscos financeiros, com impacto de R\$143.535 líquido de retrocessão. Para o grupo patrimonial, a Companhia possui programa de retrocessão, na modalidade excesso de danos, com cobertura para eventos como o ocorrido no Rio Grande do Sul. Esta retrocessão limita o sinistro retido pela Companhia e já teve o seu gatilho atingido com os sinistros reportados. Desta forma, o montante de sinistros reportados e avisos futuros deste evento, nos grupos protegidos e acima do gatilho do programa serão

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recuperados dos retrocessionários até o limite de indenização dos respectivos contratos. A Companhia possui a política de trabalhar com retrocessionários sólidos que possuem, em larga escala, ratings acima de A e escala global.

Em 2024, o impacto total decorrente deste evento foi de R\$216.689 de sinistros avisados, líquidos de retrocessão, conforme quadro abaixo:

	2024		
	Resseguro	Retrocessão	Total
Patrimonial	455.478	(388.141)	67.337
Riscos financeiros	76.198	-	76.198
Automóvel	46.466	-	46.466
Rural	16.986	-	16.986
Outros	10.218	(516)	9.702
Total	605.346	(388.657)	216.689

A abertura apresentada no quadro acima se baseia nos portfólios definidos para o IFRS17.

Os montantes acima apresentados são baseados nos valores nominais e não consideram o efeito do valor do dinheiro no tempo, que foram devidamente registrados nas demonstrações contábeis de acordo com o CPC 50 / IFRS 17.

1.2.2 Desdobramentos da investigação sobre a base acionária

Em 4 de março de 2020, o Conselho de Administração do IRB Re determinou a instalação de procedimento de investigação de forma a identificar as circunstâncias exatas da divulgação de informações, pela Companhia, relativas à sua base acionária. Em 26 de junho de 2020, foi concluída a investigação independente, com o suporte de consultores especializados em atividade *forensic*, sobre a divulgação das informações acerca da base acionária da Companhia. A referida investigação identificou os responsáveis pela disseminação da informação inverídica acerca da base acionária da Companhia, os quais praticaram os referidos atos irregulares, em caráter individual, em absoluto descumprimento aos seus poderes regulares de gestão, na qualidade de Diretores Estatutários da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detectou a existência de irregularidades no pagamento de supostos bônus a Ex-Diretores e outros colaboradores do IRB Re e do IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. ("IRB Par") por meio da referida subsidiária integral de natureza imobiliária.

A Companhia também verificou que, em fevereiro e março de 2020, foram realizadas operações de recompra de ações da Companhia que ultrapassaram, em 2.850.000 ações, as quantidades autorizadas pelo Conselho de Administração.

Todas as referidas operações foram realizadas à revelia do Conselho de Administração do IRB Re e os responsáveis primários, já identificados por todas as irregularidades apuradas, não integram mais os quadros da Companhia.

A Administração do IRB Re apresentou as conclusões de todas as investigações acima indicadas ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro/RJ, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A Companhia vem contribuindo com as investigações que estão sendo conduzidas pelas autoridades competentes, fornecendo os devidos esclarecimentos, bem como todas as informações e documentos requisitados. Do mesmo modo, adotou as devidas providências legais a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe foram causados pelas condutas irregulares identificadas e praticadas pelos indivíduos envolvidos, em especial por meio da instauração de procedimento arbitral em face de Ex-Diretores Estatutários da Companhia, o qual foi devidamente aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2020, visando a devida responsabilização dos referidos Ex-Diretores Estatutários da Companhia.

Foi aprovado também o ajuizamento de ação de responsabilidade contra os Ex-Diretores Estatutários da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. ("IRB Par"). Destaca-se que o Jurídico, a Contabilidade e a área Financeira da Companhia assumiram as respectivas atribuições no âmbito das atividades operacionais realizadas pela referida subsidiária, a qual teve seu processo de incorporação concluído por meio da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas do IRB Re (incorporador), realizada no dia 30 de setembro de 2022.

Adicionalmente, o *U.S. Department of Justice* (DoJ) e a *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) anunciaram publicamente, em 18 de abril de 2022, o andamento de processos criminal e civil, respectivamente, contra o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores ("Ex-CFO") da Companhia, o qual representou a Companhia em reuniões com investidores norte-americanos no primeiro trimestre de 2020, em razão da declaração inverídica sobre a estrutura acionária da Companhia e potenciais investimentos na Companhia por terceiros, o que configuraria fraude ao mercado de capitais, nos termos da legislação norte-americana.

Após tratativas diversas com as referidas autoridades norte-americanas, a Companhia celebrou, em 20 de abril de 2023, com o DoJ um *Non-Prosecution Agreement* ("Acordo DoJ"), bem como um acordo adicional com a SEC ("Acordo SEC"), ambos tendo como objeto principal a informação inverídica de que a *Berkshire Hathaway* integraria a base acionária da Companhia, divulgada pelo Ex-CFO em território americano, entre fevereiro e março de 2020.

Com base nos termos e prazos previstos no Acordo DoJ, a Companhia disponibilizou, em 02 de maio de 2023, o montante de USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) ao DoJ, o qual está sob a custódia da empresa Kroll LLC, na qualidade de administrador selecionado pelo DoJ, e será destinado a compensar os acionistas da Companhia que venderam suas ações na data de 04 de março de 2020. As regras, rito e procedimentos para que os referidos acionistas pleiteiem acesso à referida compensação pecuniária encontram-se disponíveis no endereço eletrônico da empresa Kroll LLC, conforme divulgado pela Companhia através do Comunicado ao Mercado de 10 de junho de 2024.

Já com relação ao Acordo SEC, ressaltamos que o mesmo foi formalmente aprovado, em maio de 2023, pela *U.S. District Court for the Southern District of New York*.

Importante ressaltar que, em função da ampla cooperação e remediação da Companhia neste caso, ambos os acordos não preveem o pagamento de qualquer multa pecuniária e/ou o desembolso de outros valores com relação aos fatos em exame.

Diante da celebração dos referidos acordos, a Companhia vem desenvolvendo o seu programa de aprimoramento de práticas de controles internos, governança e conformidade, além de continuar se submetendo ao acompanhamento e reporte periódico ao DoJ pelo período de até 3 anos.

No âmbito do referido processo de acompanhamento periódico, informamos que a Companhia vem cumprindo todos os compromissos e prazos pactuados perante o DoJ.

1.3 Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na nota 26.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 26.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e outros ativos e passivos financeiros, são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A Companhia efetuou a adoção do CPC 9 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição – incluindo o exercício comparativo.

1.3.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as suas atividades relevantes.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota 4.2.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

1.3.2 Entidades controladas

A Andrina Participações S.A (Andrina), subsidiária integral do IRB Re, criada no 1º semestre de 2024, com objetivo de realizar operações independentes patrimonialmente entre si de transferência de riscos de seguro, resseguro ou retrocessão e o financiamento de tais riscos via emissão de Letras de Risco de Seguro (LRS) na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

No segundo trimestre de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a subscrição do capital social da subsidiária no valor de R\$4.000 correspondendo a 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$1 (um real) por ação dos quais R\$2.000 foram transferidos em junho de 2024, equivalente a 2.000.000 de ações ordinárias e R\$2.000 serão integralizados no prazo de 12 meses, correspondendo ao saldo de 2.000.000 de ações ordinárias.

A SUSEP emitiu a Portaria nº 42, de 03 de dezembro de 2024, concedendo autorização à Andrina para emitir LRS, no segmento S1, em todo o território nacional. Em 06 de dezembro de 2024, a referida Portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

As controladas IRB Chile Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Renda Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, IRB Uso Empreendimentos Imobiliários SPE S.A e IRB Santos Dumont Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., são responsáveis por gerir parte dos investimentos imobiliários do IRB Re.

A IRB Asset Management presta serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além de executar

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, nos termos da Instrução CVM 21 de 25/02/2021. Atualmente, a controlada executa a gestão da maioria dos fundos exclusivos da Companhia.

As informações sobre as controladas estão apresentadas conforme abaixo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Investimento em 2024
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	2.579	10	2.569	441	100,0%	2.569
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	7.269	44	7.225	713	100,0%	7.225
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	788	5	783	(326)	100,0%	783
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	54.801	1.222	53.579	32.593	100,0%	53.579
IRB Asset Management	12.391	5.315	7.076	34.981	100,0%	7.076
Andrina Sociedade Seguradora de Propósito Específico S.A.	1.072	164	908	(1.092)	100,0%	908
Total				67.310		72.140

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Investimento em 2023
IRB Chile Emp. Imobiliários SPE S.A.	2.136	8	2.128	221	100,0%	2.128
IRB Renda Emp. Imobiliários SPE S.A.	12.068	56	12.012	732	100,0%	12.012
IRB Uso Emp. Imobiliários SPE S.A.	388	18	370	(340)	100,0%	370
IRB Santos Dumont Emp. Imobiliários SPE S.A.	15.020	1	15.019	(583)	100,0%	15.019
IRB Asset Management	17.352	3.633	13.719	41.825	100,0%	13.719
Total				41.855		43.248

Adicionalmente a Companhia possui a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

Fundos geridos pela IRB Asset Management:

- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa
- IRB Fundo de Investimento em Ações
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- Sinergia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Multisetorial

Fundos geridos por outras gestoras de investimentos:

- BB IRB Brasil RE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
- Parking Partners Fundo de Investimento Imobiliário – FII
- BRZ IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- VINCI IRB Crédito Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- Santander IRB Brasil RE Renda Fixa – Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar os fundos de investimento indicados acima e suas controladas.

Seção B – Riscos

2 Gerenciamento de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) do IRB Re integra-se ao seu Sistema de Controles Internos (SCI), fundamentada em princípios de análise crítica e melhoria contínua, com o objetivo de identificar, mensurar, tratar e monitorar riscos que podem impactar os objetivos estratégicos da Companhia.

A Companhia mantém uma Diretoria Estatutária de Gestão de Riscos e a Gerência de Conformidade, responsável pela supervisão e monitoramento do gerenciamento de riscos do IRB Re. No mesmo sentido, mantém-se o comprometimento de toda Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração, do Comitê de Riscos e Solvência e dos demais órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, por fomentar a gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Em setembro de 2024, a agência A.M. Best, a mais antiga empresa de classificação de riscos com foco no setor de seguros e resseguros, confirmou a manutenção do rating de Força Financeira do IRB Re em "A-" (Excelente) e de Crédito de Emissor de Longo Prazo em "a-" (Excelente), revisando a perspectiva de negativa para estável. De acordo com o comunicado divulgado pela agência, a perspectiva é fundamentada na expectativa da AM Best de que a solidez do balanço patrimonial da empresa permanecerá nos níveis mais fortes, apoiada por uma tendência sustentada de melhoria no seu desempenho operacional e pelos benefícios das iniciativas implementadas pela sua administração.

Em novembro de 2024, a agência de classificação de riscos *Standard&Poor's Global Ratings* ("S&P") reafirmou o rating de crédito e de emissão "brAA+" atribuído à entidade e às suas emissões de debêntures. A perspectiva do rating de emissor passou de negativa para estável, refletindo a expectativa da agência de que a resseguradora continuará operando com níveis estáveis de capital e liquidez enquanto melhora gradualmente seus resultados técnicos.

2.1 Modelo de três linhas

O IRB Re adota o modelo das três linhas em sua Estrutura de Gestão de Riscos e Sistema de Controles Internos, como forma de conferir maior robustez à sua governança corporativa.

A primeira linha é composta pelas vice-presidências e diretorias executivas, abrangendo os gestores e responsáveis diretos pelos processos da Companhia.

A segunda linha é composta pela Diretoria de Controles Internos, Riscos e Conformidade, que tem por função apoiar e monitorar continuamente a gestão de riscos desempenhada pela primeira linha.

Por sua vez, a terceira linha, representada pela Auditoria Interna, tem atribuições relacionadas a avaliar de forma independente a efetividade da governança e do gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia opera essas três linhas de forma simultânea e integrada, por meio de canais de comunicação adequados e da colaboração de todos os envolvidos, visando conferir a devida transparência à tomada de decisões baseada em risco.

2.2 Tipologia de risco

As principais categorias de risco, inclusive determinadas pelos órgãos reguladores, são as que seguem: operacionais, subscrição, mercado, crédito e liquidez.

A Companhia entende que estas categorias de fato abrangem as suas principais exposições, não sendo, porém exaustivas, considerando as dinâmicas do contexto e própria dos mercados em que está inserida.

2.2.1 Riscos operacionais

O risco operacional no IRB Re considera a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão de riscos operacionais é coordenada pela Gerência de Controles Internos que atua, conjuntamente com a área de negócio, na aplicação do processo de gerenciamento de riscos operacionais, fornecendo o devido suporte e avaliando a eficiência e a efetividade dos controles existentes.

O IRB Re possui um programa de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) com definições para atuação em caso de contingência, organizado em planos de contingência específicos: Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Recuperação de Desastres e Planos de Continuidade Operacional, fundamentados no *Business Impact Analysis* (BIA), além do Plano de Gestão de Crises e do Plano de Atendimento à Emergência.

A Companhia possui ainda um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) com o objetivo de capturar e registrar a ocorrência de perdas oriundas de riscos materializados.

2.2.2 Riscos de subscrição

O risco de subscrição advém da possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas.

A transferência de riscos por meio de retrocessão é uma das técnicas utilizadas para a mitigação e controle do risco de subscrição. Da mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de riscos aceitos ou somente riscos específicos, (também chamados facultativos).

O IRB Re atualmente possui programas de retrocessão (ou programas de proteção de carteira), desenhados basicamente em estrutura não proporcional (excesso de danos e *stop loss*), que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição no balanço, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos.

Considerando os limites de retenção, magnitude e necessidade de pulverização de riscos ou ainda aspectos operacionais e comerciais, em vários negócios a retrocessão é utilizada para distribuir riscos a outros resseguradores, recebendo como contrapartida remuneração específica pela originação do negócio.

Uma outra modalidade de retrocessão utilizada pelo IRB são os contratos de LPT. Esses contratos são utilizados em situações em que a Companhia deseja se proteger de possíveis desvios nas provisões técnicas ou ceder provisões de sinistros de alguma carteira específica.

Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na Nota 2.2.4.

2.2.2.1 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir apresentam o triângulo de desenvolvimento dos sinistros ocorridos da Companhia, abertos por ano de subscrição, sendo que a Companhia adota a comparabilidade de demonstrar o montante de LIC da data-base de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Bruto de retrocessão

Controladora e Consolidado							
2024							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	6.024.933	6.449.708	6.017.812	2.945.565	2.786.502	1.606.219	25.830.739
No final de cada exercício	1.759.126	2.226.946	2.273.988	2.113.114	1.862.208	1.606.219	
Após 1 ano	4.303.687	4.773.769	5.425.314	3.742.931	2.786.502		
Após 2 anos	5.216.114	5.953.161	6.178.782	2.945.565			
Após 3 anos	5.854.825	6.436.772	6.017.812				
Após 4 anos	6.063.830	6.449.708					
Após 5 anos	6.024.933						
Sinistros brutos acumulados pagos	(5.434.214)	(5.350.983)	(4.906.067)	(1.666.649)	(645.040)	(247.778)	(18.250.731)
Passivo bruto – Sinistros de 2019 a 2024 (a)	590.720	1.098.725	1.111.746	1.278.915	2.141.462	1.358.440	7.580.008
Passivo bruto – Sinistros anteriores a 2019 (b)							3.693.370
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos não descontados (c) = (a) + (b)							11.273.378
Efeito do desconto – Sinistros de 2019 a 2024 (d)	(40.793)	(74.691)	(81.930)	(128.418)	(226.869)	(172.047)	(724.748)
Efeito do desconto – Sinistros anteriores a 2019 (d)							(853.992)
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos descontados (e) = (c) + (d)							9.694.638
Ajuste de risco descontado – Sinistros de 2019 a 2024 (f)	16.253	30.899	32.826	33.552	55.571	37.559	206.660
Ajuste de risco descontado – Sinistros anteriores a 2019 (f)							62.129
Passivo bruto incluído na demonstração financeira (e) + (f)							9.963.427

Controladora e Consolidado							
2023							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	7.192.976	5.867.342	6.121.173	5.762.045	2.722.418	1.120.157	28.786.111
No final de cada exercício	812.020	1.495.187	1.905.040	1.878.454	1.430.387	1.120.157	
Após 1 ano	2.884.896	3.901.929	4.413.945	5.013.355	2.722.418		
Após 2 anos	5.599.380	4.986.532	5.710.675	5.762.045			
Após 3 anos	6.469.613	5.642.972	6.121.173				
Após 4 anos	6.843.407	5.867.342					
Após 5 anos	7.192.976						
Sinistros brutos acumulados pagos	(6.634.308)	(5.204.494)	(4.877.786)	(4.198.286)	(705.066)	(59.504)	(21.679.444)
Passivo bruto – Sinistros de 2018 a 2023 (a)	558.668	662.848	1.243.387	1.563.759	2.017.352	1.060.653	7.106.667
Passivo bruto – Sinistros anteriores a 2018 (b)							3.268.137
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos não descontados (c) = (a) + (b)							10.374.804
Efeito do desconto – Sinistros de 2018 a 2023 (d)	(33.707)	(41.066)	(76.428)	(105.550)	(147.503)	(75.403)	(479.657)
Efeito do desconto – Sinistros anteriores a 2018 (d)							(305.920)
Passivo bruto - Sinistros ocorridos brutos descontados (e) = (c) + (d)							9.589.227
Ajuste de risco descontado – Sinistros de 2018 a 2023 (f)	3.303	5.168	10.969	12.010	16.888	11.030	59.368
Ajuste de risco descontado – Sinistros anteriores a 2018 (f)							16.643
Passivo bruto incluído na demonstração financeira (e) + (f)							9.665.238

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Líquido de retrocessão

	Controladora e Consolidado						
	2024						
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados	4.388.746	4.991.034	5.569.760	1.989.224	1.463.845	1.138.592	19.541.201
No final de cada exercício	1.536.503	1.580.592	1.890.367	1.129.653	1.025.065	1.138.592	
Após 1 ano	3.261.090	3.426.635	4.801.678	2.550.492	1.463.845		
Após 2 anos	3.718.606	4.410.625	5.610.794	1.989.224			
Após 3 anos	4.160.168	4.964.685	5.569.760				
Após 4 anos	4.413.173	4.991.034					
Após 5 anos	4.388.746						
Sinistros líquidos de retrocessão acumulados pagos	(3.946.671)	(4.245.730)	(4.741.765)	(1.152.147)	(499.363)	(219.623)	(14.805.299)
Passivo líquido de retrocessão – Sinistros de 2019 a 2024							
(a)	442.075	745.304	827.996	837.077	964.482	918.968	4.735.902
Passivo líquido de retrocessão – Sinistros anteriores a 2019							
(b)							1.876.679
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos líquidos não descontados (c) = (a) + (b)							6.612.581
Efeito do desconto – Sinistros de 2019 a 2024 (d)	(24.318)	(43.307)	(42.479)	(83.623)	(71.746)	(114.525)	(379.998)
Efeito do desconto – Sinistros anteriores a 2019 (d)							(353.499)
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos descontados (e) = (c) + (d)							5.879.084
Ajuste de risco descontado – Sinistros de 2019 a 2024 (f)	13.147	21.259	25.921	23.131	23.409	26.136	133.003
Ajuste de risco descontado – Sinistros anteriores a 2019 (f)							39.406
Passivo líquido de retrocessão incluído na demonstração financeira (e) + (f)							6.051.493

	Controladora e Consolidado						
	2023						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Estimativas de sinistros acumulados líquidos não descontados	5.656.740	4.240.575	4.661.848	5.201.964	1.952.066	604.030	22.317.223
No final de cada exercício	946.434	1.270.994	1.284.169	1.531.957	898.219	604.030	
Após 1 ano	2.581.218	2.922.794	3.093.399	4.419.848	1.952.066		
Após 2 anos	4.431.149	3.519.919	4.198.660	5.201.964			
Após 3 anos	5.050.191	3.985.538	4.661.848				
Após 4 anos	5.303.704	4.240.575					
Após 5 anos	5.656.740						
Sinistros líquidos de retrocessão acumulados pagos	(5.281.042)	(3.732.873)	(3.857.995)	(4.060.927)	(670.068)	(59.504)	(17.662.409)
Passivo líquido de retrocessão – Sinistros de 2018 a 2023							
(a)	375.698	507.702	803.853	1.141.037	1.281.998	544.526	4.654.814
Passivo líquido de retrocessão – Sinistros anteriores a 2018							
(b)							1.520.033
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos líquidos não descontados (c) = (a) + (b)							6.174.847
Efeito do desconto – Sinistros de 2018 a 2023 (d)	(21.242)	(26.885)	(43.166)	(62.681)	(83.548)	(22.573)	(260.095)
Efeito do desconto – Sinistros anteriores a 2018 (d)							(90.319)
Passivo líquido de retrocessão - Sinistros ocorridos descontados (e) = (c) + (d)							5.824.433
Ajuste de risco descontado – Sinistros de 2018 a 2023 (f)	2.497	4.164	5.675	8.402	9.319	6.352	36.409
Ajuste de risco descontado – Sinistros anteriores a 2018 (f)							6.092
Passivo líquido de retrocessão incluído na demonstração financeira (e) + (f)							5.866.934

2.2.2.2 Análise de sensibilidade

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e no patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram mudanças isoladas e razoavelmente possíveis nas premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas pelo processo de subscrição de riscos e que sejam consideradas relevantes na demonstração contábil.

Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de resseguro e equivale à relação entre as despesas de sinistros e receitas prêmios recebidos pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento e redução nos sinistros.

A Companhia passou a utilizar os cenários considerando LRC e LIC e demonstram o efeito de aumento ou diminuição nas despesas de resseguros para a CSM e resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se ocorrer um aumento ou redução de 5,0% e 10,0% na sinistralidade, percentuais considerados razoáveis em função da oscilação histórica da sinistralidade da Companhia, os possíveis impactos no resultado antes dos efeitos tributários e no patrimônio líquido antes dos efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado		
2024		
Bruto de retrocessão		
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 10% nas despesas de resseguros	(126.997)	(980.695)
Aumento de 5% nas despesas de resseguros	(64.399)	(489.447)
Diminuição de 5% nas despesas de resseguros	70.614	483.232
Diminuição de 10% nas despesas de resseguros	141.065	966.627

Controladora e Consolidado		
2023		
Bruto de retrocessão		
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 10% nas despesas de resseguros	(136.164)	(980.114)
Aumento de 5% nas despesas de resseguros	(70.156)	(487.983)
Diminuição de 5% nas despesas de resseguros	77.375	480.764
Diminuição de 10% nas despesas de resseguros	157.417	958.861

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Re, não há exposição material ao aumento do índice de conversibilidade, mortalidade ou sobrevivência.

2.2.3 Risco de mercado

São os riscos oriundos das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, que podem causar a redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado da carteira de investimentos do IRB Re são: taxas de juros reais e nominais e taxas de câmbio.

Para essas variáveis, a gestão de risco envolve diferentes unidades organizacionais, contemplando diretrizes e estratégias, assim como técnicas VaR (*Value at Risk*) e construção de cenários de estresse, com o objetivo de gestão preventiva de perdas.

Em relação a moedas estrangeiras, em 2024, a Companhia possui como principais exposições o dólar americano e a libra esterlina, além de outras em menor grau, tais como: peso argentino, novo sol peruano, peso colombiano, rupia indiana, peso mexicano, won sul-coreano e yuan chinês.

2.2.3.1 Análise de Value at Risk

Na Companhia, existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Além disso, a carteira de investimentos é monitorada diariamente, visando garantir que os limites definidos sejam respeitados.

O *Value at Risk* (VaR) é um dos métodos utilizados na gestão de risco de mercado. A mensuração do risco através deste método estima a perda máxima esperada dentro de um determinado horizonte de tempo e para um intervalo de confiança especificado sob condições normais de mercado. Esta medida considera o efeito da diversificação dos riscos na carteira total. Esta métrica é difundida no mercado para a mensuração do risco de mercado. No entanto, o modelo utiliza dados históricos para calcular perdas do portfólio e, como limitação, não mensura o montante desta perda acima do nível de confiança.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 97,5%, janela de observação de 24 meses e retornos diários, o VaR diário da carteira de ativos da Companhia estimado para 31 de dezembro de 2024, foi de aproximadamente R\$8.098, o que representa uma perda máxima estimada de 0,10% do total da

carteira de ativos.

2.2.3.2 Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia opera em moedas estrangeiras, sendo a principal exposição ao dólar americano, além disso, há exposição em menor grau a outras moedas, conforme mencionado na nota 2.2.3.

Para a análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio e taxas de desconto, foram considerados os seguintes cenários:

Taxas de câmbio

- Cenário base: taxa de câmbio P-TAX para cada moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023;
- Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento da taxa de câmbio em 5% relação ao cenário base.

O impacto da variação da taxa de câmbio no total de ativos e passivos detidos ou a liquidar em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é demonstrado nas tabelas abaixo:

Controladora e Consolidado		
2024		
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	243.797	(243.797)
Ativos de retrocessão	62.355	(62.355)

Controladora e Consolidado		
2023		
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	204.115	(204.115)
Ativos de retrocessão	58.841	(58.841)

Taxas de desconto

- Uso de taxas de desconto correntes para mensuração dos grupos de contratos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
- Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento de 2 bps na taxa de desconto para grupos de contratos com o Real Brasileiro como moeda predominante, e 15bps para grupos de contrato em moedas estrangeiras

O impacto da taxa de desconto no total de ativos e passivos detidos ou a liquidar em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é demonstrado nas tabelas abaixo:

Controladora e Consolidado		
2024		
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	(160.110)	168.097
Ativos de retrocessão	(75.022)	79.488

Controladora e Consolidado		
2023		
	Aumento das taxas	Diminuição das taxas
Passivos de resseguro	(111.041)	115.155
Ativos de retrocessão	(139.643)	(34.368)

Contratos futuros de moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de excedente de ativo e passivo para as moedas estrangeiras com maior representatividade no portfólio de negócios da Companhia.

Prêmio e comissão

Os prêmios no IFRS 17 são registrados líquidos de comissão de resseguro. O teste avaliou o impacto de aumento e redução no prêmio, o que pode representar variação na emissão de prêmios ou no comissionamento dos contratos.

- Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento da comissão de 5% e 10% em relação ao cenário base.

O impacto da comissão na CSM e resultado do exercício em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é demonstrado nas tabelas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2024	
	Bruto de retrocessão	
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 10% na comissão	(290.862)	(84.352)
Aumento de 5% na comissão	(147.200)	(40.407)
Diminuição de 5% na comissão	176.975	10.632
Diminuição de 10% na comissão	354.804	20.410

	Controladora e Consolidado	
	2023	
	Bruto de retrocessão	
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 10% na comissão	(281.093)	(72.087)
Aumento de 5% na comissão	(145.388)	(31.202)
Diminuição de 5% na comissão	157.578	19.012
Diminuição de 10% na comissão	318.011	35.169

Ajuste de risco

Representa o custo do ajuste de risco não financeiro, em complemento às despesas relacionadas a sinistros. O teste avaliou o impacto da variação no Índice de Confiança do Ajuste de Risco em 2% e 4%.

- Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento do nível de confiança do ajuste de risco de 2% e 4% em relação ao cenário base.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O impacto da comissão na CSM e resultado do exercício em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é demonstrado nas tabelas abaixo:

Controladora e Consolidado		
2024		
Bruto de retrocessão		
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 4% no ajuste de risco	(52.271)	(66.086)
Aumento de 2% no ajuste de risco	(26.691)	(31.926)
Diminuição de 2% no ajuste de risco	25.203	29.456
Diminuição de 4% no ajuste de risco	49.999	58.785

Controladora e Consolidado		
2023		
Bruto de retrocessão		
	CSM	Resultado do exercício
Aumento de 4% no ajuste de risco	(21.818)	(138.539)
Aumento de 2% no ajuste de risco	(10.802)	(69.950)
Diminuição de 2% no ajuste de risco	11.748	61.674
Diminuição de 4% no ajuste de risco	22.737	125.818

2.2.3.3 Análise de sensibilidade à taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, pois possui títulos e valores mobiliários vinculados a este fator de risco de mercado.

Para a análise de sensibilidade das variações nas principais taxas de juros que afetam aplicações pré-fixadas e indexadas ao IPCA, foram considerados os cenários descritos abaixo:

- Cenário base: taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023;
- Cenários de sensibilidade consideram uma redução ou aumento da taxa de juros das aplicações pré-fixas e indexadas ao IPCA em 25% e 50% em relação ao cenário base.

As tabelas abaixo apresentam o impacto imediato da variação da taxa de juros na carteira de aplicações pré-fixadas e indexadas ao IPCA, que correspondem a 19,2% do saldo da carteira total no montante de R\$9.153.085 em 31 de dezembro de 2024 (16,6% e R\$8.346.976 em 31 de dezembro de 2023):

2024					
Grupo	Base	Base - 25%	Base - 50%	Base +25%	Base +50%
Carteiras pré-fixadas e indexadas ao IPCA (*)	1.760.206	1.719.575	1.678.944	1.800.837	1.841.468
Impacto no resultado antes dos impostos		(40.631)	(81.262)	40.631	81.262
Impacto no patrimônio líquido (%)		(0,5)	(1,1)	0,5	1,1
Impacto sobre o lucro líquido (%)		(6,5)	(13,1)	6,5	13,1

2023					
Grupo	Base	Base - 25%	Base - 50%	Base +25%	Base +50%
Carteiras pré-fixadas e indexadas ao IPCA (*)	1.375.604	1.351.357	1.326.826	1.399.951	1.424.382
Impacto no resultado antes dos impostos		(24.347)	(48.778)	24.347	48.778
Impacto no patrimônio líquido (%)		(0,3)	(0,7)	0,3	0,7
Impacto sobre o lucro líquido (%)		11,8	23,6	(11,8)	(23,6)

(*) Saldo das aplicações pré-fixadas e indexadas ao IPCA, vide nota 6.1.

Análise consolidada por stress tests econômicos

O *stress test* consiste em mensurar o efeito das variações de preços e taxas observadas no mercado financeiro em momentos de stress significativos sobre o valor dos ativos e passivos da Companhia. Para isso, observa-se o valor dos principais preços e taxas em um momento anterior e posterior à crise e aplica-se estas variações sobre os ativos e passivos da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2024. O cálculo do efeito global também considera as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. As variáveis que mais afetam o resultado do *stress test* para a companhia são as taxas de juros reais e nominais e taxas de câmbio.

Após análise, conclui-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o *Fall 2008* (2008), correspondente à falência do *Lehman Brothers* seguida por dois cortes consecutivos da taxa de juros pelo Federal Reserve Bank (FED) e pela estatização da Fannie Mae e da *Freddie Mac* a fim de estabilizar o mercado hipotecário americano, que geraria uma perda estimada de 4,9% no patrimônio líquido em relação ao risco de mercado.

Os *stress test* econômicos mundiais analisados são: *Mexican Crisis* (1995), *Asian Crisis* (1997), *Russian Devaluation* (1998), *Tech Wreck* (2000), *Sept 11th* (2001), *Fall 2008* (2008).

2.2.4 Risco de crédito

O IRB Re considera que a principal origem do seu risco de crédito está nas transações de retrocessão. Desse modo, a Companhia adota a política de operar transações de retrocessão com sociedades que mantenham *ratings* iguais ou superiores, em escala internacional, a A- (S&P, Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's). As exceções a essa política são revisadas e aprovadas por colegiado dedicado (Comitê de Security). São estabelecidos limites de retrocessão (individual e agregado) para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com periodicidade mínima anual. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos ativos de retrocessão por escala de *rating*.

Rating de contratos de retrocessão

2024						
% de ativos de retrocessão						
Faixa de rating (i)	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	5,1	0,2	-	0,1	5,4
AA ou equivalente	-	12,5	33,1	-	5,8	51,4
A ou equivalente	-	15,2	18,1	-	4,5	37,8
BBB ou equivalente	-	-	-	-	0,1	0,1
Sem rating	0,2	-	1,3	1,2	2,6	5,3
	0,2	32,8	52,7	1,2	13,1	100,0

2023						
% de ativos de retrocessão						
Faixa de rating (i)	Local	Admitido	Eventual	Seguradora	Negócios Exterior	Total
AAA ou equivalente	-	5,8	0,2	-	0,3	6,3
AA ou equivalente	-	21,4	20,1	-	6,3	47,8
A ou equivalente	-	18,5	18,2	-	3,9	40,6
BBB ou equivalente	-	-	0,7	-	0,3	1,0
Sem rating	0,2	-	-	1,4	2,7	4,3
	0,2	45,7	39,2	1,4	13,5	100,0

(i) Os *ratings* são medidos pelas agências: S&P - *Standard & Poor's*, Moody's, A.M. Best e Fitch.

Retrocessionário Local: ressegurador sediado no País, constituído sob a forma de sociedade anônima.

Retrocessionário Admitido: ressegurador sediado no exterior, com escritório de representação no país de acordo com as normas da SUSEP.

Retrocessionário Eventual: ressegurador estrangeiro sem escritório de representação no Brasil, de acordo com as regras da SUSEP.

Negócios Exterior: ressegurador que, embora atualmente não possua cadastro no Brasil, estava devidamente registrado no momento em que realizou negócios com o IRB Re.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizadas técnicas para controlar e mitigar o risco de crédito, tais como: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	2024			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos não vencidos	Saldo contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	7.210	7.210	18.861	18.861
CA (i)				
Privados	449.201	449.201	449.719	449.719
Públicos	69.079	69.079	69.079	69.079
VJR (i)				
Privados	340.166	340.166	284.263	284.263
Exterior	294.300	294.300	294.300	294.300
VJORA (i)				
Públicos	4.438.732	4.438.732	4.441.086	4.441.086
Exterior	3.561.596	3.561.596	3.561.596	3.561.596
Total de ativos financeiros	9.160.284	9.160.284	9.118.904	9.118.904

(i) A diferença do valor apresentado na nota explicativa de R\$10.129 refere-se a perda esperada registrada no exercício.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	2023			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos não vencidos	Saldo contábil	Ativos não vencidos	Saldo contábil
Caixa e equivalentes de caixa	7.406	7.406	20.335	20.335
CA (i)				
Privados	450.619	450.619	459.005	459.005
Públicos	95.051	95.051	95.051	95.051
VJR (i)				
Privados	171.503	171.503	110.146	110.146
Exterior	91.406	91.406	91.406	91.406
VJORA (i)				
Públicos	4.176.821	4.176.821	4.179.559	4.179.559
Exterior	3.370.167	3.370.167	3.370.168	3.370.168
Total de ativos financeiros	8.362.973	8.362.973	8.325.670	8.325.670

(i) A diferença do valor apresentado na nota explicativa de R\$12.423 refere-se a perda esperada registrada no exercício.

No gerenciamento do risco de crédito relativo aos ativos financeiros, os limites são estabelecidos através da política de investimentos da Companhia. Estes limites são refletidos em mandatos de Investimento, especialmente quando trata-se de investimentos em quotas de fundos de créditos privados. O cumprimento dos mandatos é monitorado pela área de Riscos.

Resumidamente, os limites para exposição de crédito, não restringem alocações em títulos públicos federais. Em relação a emissões de empresas financeiras, não-financeiras ou quotas de fundos de investimentos, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos, de acordo com a política de investimentos da Companhia.

Como decorrência dessa análise, é elaborado um “score” (“rating” interno). Com base no “score” obtido, é estabelecido um limite de crédito. Esse limite será utilizado para restringir a exposição máxima a títulos de emissão de determinada empresa não-financeira ou financeira.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade da Companhia, ainda que solvente, indispor de recursos para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou cumpri-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras.

Como principal estratégia de gestão, busca-se alocar os ativos em fundos de elevada liquidez, de forma a fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa esperados dos ativos e passivos relacionados com contratos de resseguros, ao longo do tempo, conforme apresentado na tabela abaixo.

	2024			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses	6.431.320	2.453.457	6.442.970	2.453.457
Fluxo de caixa esperado de 13 a 24 meses	2.053.413	3.651.240	2.053.413	3.651.240
Fluxo de caixa esperado de 25 a 36 meses	643.704	906.163	643.704	906.163
Fluxo de caixa esperado de 37 a 48 meses	232.357	295.528	232.357	295.528
Fluxo de caixa esperado de 49 a 60 meses	185.003	241.941	185.003	241.941
Fluxo de caixa esperado acima de 61 meses	1.656.884	321.491	1.656.884	321.491
	11.202.681	7.869.820	11.214.331	7.869.820

	2023			
	Controladora		Consolidado	
	Ativos (*)	Passivos (**)	Ativos (*)	Passivos (**)
Fluxo de caixa esperado de 0 a 12 meses	4.764.629	4.052.064	4.777.559	4.052.064
Fluxo de caixa esperado de 13 a 24 meses	2.617.083	3.683.488	2.617.083	3.683.488
Fluxo de caixa esperado de 25 a 36 meses	2.074.407	160.827	2.074.407	160.827
Fluxo de caixa esperado de 37 a 48 meses	73.101	63.615	73.101	63.615
Fluxo de caixa esperado de 49 a 60 meses	441.955	12.947	441.955	12.947
Fluxo de caixa esperado acima de 61 meses	376.239	84.788	288.304	84.788
	10.347.414	8.057.729	10.272.408	8.057.729

(*) O fluxo de caixa esperado dos ativos é composto pela soma dos fluxos de caixa oriundos dos ativos financeiros, ativos do contrato de retrocessão (desconsiderando ajustes de risco) e caixa e equivalentes de caixa.

(**) O fluxo de caixa esperado dos passivos é composto pelo passivo do contrato de resseguro (desconsiderando ajustes de risco) e foi alocado ao longo do tempo utilizando métricas e premissas de projeção, levando em consideração sua respectiva relevância na projeção do dinheiro ao longo do tempo.

A nota demonstra excesso do saldo acumulado de ativos frente aos passivos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 88,05% da sua carteira em depósitos bancários, LFTs, NTN-Bs, títulos soberanos nacionais, *US Treasuries* e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 7,72% e 2,21% dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento e depósitos bancários com prazos de resgate de até 60 e 120 dias respectivamente. A participação da carteira composta por fundo de investimentos e demais ativos com prazo de resgate acima de 120 dias é de apenas 2,02%.

2.3 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- (a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- (b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

2.4 Mensurações ao valor justo reconhecidas

- (a) Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- (b) Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de insumos, exceto preços cotados, incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (com base no preço).
- (c) Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia de valor justo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nível	2024	2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de companhias abertas	Nível 1	7.724	23.102
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	Nível 2	67.534	77.865
Debêntures Inepar	Nível 3	5.000	5.000
Debêntures % CDI	Nível 1	0	2.172
Fundos de índices de mercado	Nível 1	19.759	21.533
Fundos de investimentos em direitos creditórios	Nível 1	27.527	25.138
Fundos imobiliários - Exclusivos	Nível 2	54.313	61.715
Letras financeiras % CDI	Nível 2	19.744	8.093
Letras financeiras CDI+	Nível 2	0	16.599
Outros	Nível 2	(1.594)	(1.419)
Quotas de fundos de investimentos - Não exclusivos - Exterior	Nível 2	226.766	13.541
Quotas de fundos de investimentos - Não exclusivos	Nível 1	203.509	9.570
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	4.184	-
Total		634.466	262.909
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Certificate of deposit	Nível 2	432.327	420.142
Depósito a prazo fixo no exterior - Times deposits	Nível 2	393.725	352.080
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	2.375.965	2.198.157
Notas do tesouro nacional - Série B	Nível 1	1.707.790	1.323.142
Notas do tesouro nacional - Série F	Nível 1	52.416	52.462
Operações compromissadas	Nível 2	304.913	605.798
Outros	Nível 2	(2.352)	(2.738)
Bonds corporativos	Nível 1	142.553	-
Reinsurance trust account (i)	Nível 1	1.367.272	1.121.461
Títulos da dívida soberana - Global 25, 26 e 31 (ii)	Nível 1	1.225.719	1.476.484
Total		8.000.328	7.546.988
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Debêntures % CDI	Nível 1	19.324	19.268
Debentures CDI +	Nível 1	149.530	215.483
Debentures IPCA +	Nível 1	22.276	2.729
Debentures conversíveis	Nível 3	5.908	-
Letras financeiras CDI+	Nível 2	252.681	213.433
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	48.219	43.409
Operações compromissadas	Nível 2	20.860	51.642
Outros	Nível 2	(518)	(294)
Total		518.280	545.670
Perda esperada		(10.129)	(12.423)
Total		9.142.945	8.343.144

		Controladora	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Nível	2024	2023
Passivos financeiros custo amortizado			
Debêntures	Nível 1	479.052	547.838
Total		479.052	547.838

(i) Ativos depositados no exterior representados por títulos da dívida pública americana.

(ii) Títulos brasileiros negociados no exterior.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Nível	2024	2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Ações de companhias abertas	Nível 1	7.724	23.102
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	Nível 2	67.534	77.865
Debêntures Inepar	Nível 3	5.000	5.000
Debêntures % CDI	Nível 1	-	2.172
Derivativos	Nível 1	-	215
Fundos de índices de mercado	Nível 1	19.759	21.533
Fundo de ações	Nível 1	-	-
Fundos de investimentos em direitos creditórios	Nível 1	27.527	25.138
Fundos de investimentos	Nível 1	-	-
Fundos imobiliários - Exclusivos	Nível 2	962	916
Letras financeiras % CDI	Nível 2	19.744	15.246
Letras financeiras CDI+	Nível 2	-	1.353
Operações compromissadas	Nível 1	-	-
Quotas de fundos de investimentos - Não exclusivos - Exterior	Nível 2	226.766	13.541
Quotas de fundos de investimentos - Não exclusivos	Nível 1	203.509	15.471
Quotas de fundos de investimentos - Não exclusivos	Nível 2	38	-
Total		578.563	201.552
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
<i>Certificate of deposit</i>	Nível 2	432.327	420.142
Depósito à prazo fixo no exterior - <i>Times Deposits</i>	Nível 2	393.725	352.080
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	2.375.966	2.198.157
Notas do tesouro nacional - Série B	Nível 1	1.707.790	1.323.142
Notas do tesouro nacional - Série F	Nível 1	52.417	52.462
Operações compromissadas	Level 2	304.913	605.798
Bonds Corporativos	Nível 1	142.553	-
<i>Reinsurance trust account (i)</i>	Nível 1	1.367.272	1.121.462
Títulos da dívida soberana - Global 25, 26 e 31 (ii)	Nível 1	1.225.719	1.476.484
Total		8.002.682	7.549.727
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Debêntures % CDI	Nível 1	19.324	19.268
Debentures CDI +	Nível 1	149.530	194.280
Debentures IPCA	Nível 1	22.276	23.931
Debentures conversíveis	Nível 3	5.908	-
Letras financeiras % CDI	Nível 2	252.681	8.093
Letras financeiras CDI+	Nível 2	-	213.433
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	48.219	43.409
Operações compromissadas	Level 2	20.860	51.642
Total		518.798	554.056
Perda esperada		(10.129)	(12.423)
Total		9.089.914	8.292.912

		Consolidado	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Nível	2024	2023
Passivos financeiros custo amortizado			
Debêntures	Nível 1	479.052	547.838
Total		479.052	547.838

(i) Ativos depositados no exterior representados por títulos da dívida pública americana.

(ii) Títulos brasileiros negociados no exterior.

Os valores de caixa e equivalente de caixa e obrigações a pagar não estão incluídos na tabela acima por ter seu valor contábil próximo ao valor justo devido aos vencimentos desses instrumentos financeiros de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Taxas de desconto (Ajuste de valor do dinheiro no tempo)

Para o cálculo das taxas de desconto a Companhia optou pela abordagem denominada “*Bottom-Up*”, em conformidade com os requisitos do CPC 50 / IFRS 17. Nesta abordagem, a curva de rendimento livre de risco líquido é ajustada para refletir as diferenças entre as características de liquidez dos instrumentos financeiros que fundamentam as taxas observadas no mercado e as características de liquidez dos contratos. Desta forma, a Companhia definiu que para o cálculo da taxa de desconto serão utilizadas as seguintes taxas livres de risco disponíveis no mercado, de acordo com a moeda do contrato de resseguro:

- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) Pré-Fixada (metodologia ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) para os contratos de resseguro emitidos em real.
- Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) Cambial (metodologia SUSEP – Superintendência de Seguros Privados) para os contratos de resseguro emitidos em dólar dos EUA.
- Taxas livres de risco da EIOPA (*European Insurance and Occupational Pensions Authority*) para os contratos de resseguro emitidos em dólar canadense, euro, peso colombiano, peso chileno, peso mexicano, yuan, libra esterlina, rupia indiana, iene japonês, won sul coreano, coroa norueguesa e rublo russo.
- Para os contratos emitidos em peso argentino e sol peruano, devido à indisponibilidade de dados individualizados de curvas de juros futuras, bem como às incertezas da elaboração de curvas livres de risco com metodologia própria que representem de maneira fidedigna a expectativa de juros futura livre de risco para essas moedas, tendo em vista o cenário econômico atual, foi definida pela Companhia a utilização da taxa básica de juros (equivalente à SELIC) de cada moeda na data-base de cálculo.
- Para os contratos de resseguro emitidos nas demais moedas, é utilizada a taxa livre de risco correspondente à moeda estrangeira mais correlata (dentre aquelas descritas anteriormente), conforme matriz de correlação entre as moedas.

A tabela abaixo demonstra a curva de rendimento utilizada para descontar os fluxos de caixa dos contratos de resseguros nas principais moedas:

	Controladora e Consolidado									
	2024					2023				
	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos	1 ano	3 anos	5 anos	10 anos	20 anos
BRL	15,71%	16,29%	15,91%	15,19%	14,28%	10,81%	10,50%	10,79%	11,45%	12,39%
USD	6,36%	6,57%	6,81%	7,38%	8,30%	6,78%	5,85%	5,76%	6,59%	8,05%
EUR	2,63%	2,48%	2,53%	2,66%	2,65%	4,05%	3,13%	3,01%	3,08%	3,10%
GBP	4,85%	4,55%	4,43%	4,47%	4,70%	5,44%	4,37%	4,05%	3,98%	4,13%

2.6 Ajuste de risco não financeiro

Ajuste à estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que a entidade requer por suportar a incerteza sobre o valor e o prazo dos fluxos de caixa que decorram de risco não financeiro.

O CPC 50 / IFRS 17 não prescreve métodos para determinar o ajuste de risco para o risco não financeiro. Portanto, o julgamento da Administração é necessário para determinar uma técnica adequada de ajuste de risco a ser utilizada.

A Companhia definiu a metodologia do Custo de Capital (*Cost of Capital - CoC*) para cálculo do ajuste de risco pelo risco não financeiro. Este método projeta de forma prospectiva o capital futuro que a Companhia precisa manter no final de cada exercício de projeção, durante o *run-off* do negócio existente, no qual é

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aplicada a taxa de retorno esperada sobre este capital que será descontado e somado para obtenção do ajuste de risco.

A Companhia estima o capital necessário para sustentar a operação frente ao passivo da Companhia e, após aplicar o custo de capital de 15,92%, obtemos o ajuste de risco para o risco não financeiro. O ajuste de risco calculado representa o excesso do valor em risco no 71º percentil para o quarto trimestre de 2024 (64º percentil em 31 de dezembro de 2023) - nível de confiança - em relação ao valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros.

2.7 Recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” para determinar a perda de crédito esperada. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o IRB RE considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do IRB RE, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

A Companhia aplica uma metodologia que consiste na utilização de informações advindas da *Bloomberg* e das agências de rating (*S&P Global Ratings*, *Fitch Ratings* e *Moody's Investors Service*) para determinar o valor de Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD, PDD, PE ou ECL), conforme os requisitos do CPC 48.

Seção C – Informações por segmento

3 Informações de operações por segmento

As informações de operações por segmento da Companhia são elaboradas com base em informações financeiras disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis.

A Companhia está sujeita aos regulamentos aplicáveis às empresas de capital aberto e às empresas supervisionadas pela SUSEP.

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Resolução CVM nº42/2021 tornou obrigatória para as empresas de capital aberto brasileiras a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 50 / IFRS 17 em suas demonstrações contábeis. No entanto, a SUSEP não referendou o CPC 50 / IFRS 17 para suas entidades reguladas e, por esta razão, a Companhia prepara outras demonstrações contábeis, segundo as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela SUSEP, isso inclui o cumprimento dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC, quando referendados por este regulador.

Diante do exposto, a Diretoria Estatutária na figura de principal gestor de operações, permanece alocando recursos e avaliando o desempenho dos segmentos operacionais da entidade com base nas informações financeiras elaboradas conforme o CPC 11/ IFRS 4, garantindo assim, que a operação esteja adequada a todos os requisitos prudenciais estabelecidos pela SUSEP.

Para garantir a representação fidedigna do saldo total exibido na demonstração de resultados em conformidade com o CPC 50/ IFRS 17, apresentada na demonstração do resultado do exercício, considerou-se de forma separada e evidente o impacto decorrente da norma.

Os segmentos de negócio da Companhia demonstrados a seguir são:

- a) País: Representa os riscos de seguros aceitos no Brasil;
- b) Exterior: Representa os riscos de seguros aceitos no exterior;
- c) Outros: São alocados os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócios, compreendendo aqueles com características corporativas. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira, despesa administrativa, despesa com tributos, resultado patrimonial e impostos e contribuições. O acompanhamento desses itens é realizado pela Administração da Companhia em sua totalidade, não considerando a abertura por segmento em seus relatórios financeiros internos.

Em 31 de dezembro de 2024, um único cliente respondeu por um percentual equivalente a 13,25% (7,85% no mesmo período de 2023) da receita da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra os valores consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado		
	2024		
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	6.621.287	(6.621.287)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.573.754)	2.573.754	-
Prêmios retidos	4.047.533	(4.047.533)	-
Variações das provisões técnicas	(73.842)	73.842	-
Prêmios ganhos	3.973.691	(3.973.691)	-
Sinistros retidos	(2.538.068)	2.538.068	-
Custo de aquisição	(955.186)	955.186	-
Outras despesas operacionais	(28.601)	28.601	-
Receitas com resseguros	-	6.057.974	6.057.974
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(4.090.696)	(4.090.696)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.190.547)	(1.190.547)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	451.836	324.895	776.731
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	-	(1.279.489)	(1.279.489)
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	-	367.087	367.087
Resultado financeiro líquido das operações	-	(912.402)	(912.402)
Despesas administrativas	(407.955)	379.753	(28.202)
Despesas com tributos	(135.271)	139.938	4.667
Resultado financeiro	515.778	802.807	1.318.585
Resultado patrimonial	88.703	(51.536)	37.167
Resultado antes dos impostos	513.091	683.455	1.196.546
Impostos, contribuições e participações nos lucros	(140.426)	(250.380)	(390.806)
Lucro do exercício	372.665	433.075	805.740

	Consolidado		
	2023		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	6.521.088	(6.521.088)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.583.060)	2.583.060	-
Prêmios retidos	3.938.028	(3.938.028)	-
Variações das provisões técnicas	213.196	(213.196)	-
Prêmios ganhos	4.151.224	(4.151.224)	-
Sinistros retidos	(2.906.825)	2.906.825	-
Custo de aquisição	(1.047.206)	1.047.206	-
Outras despesas operacionais	(42.145)	42.145	-
Receitas com resseguros	-	5.794.710	5.794.710
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(4.371.421)	(4.371.421)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.748.977)	(1.748.977)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	155.048	(480.736)	(325.688)
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	-	(285.463)	(285.463)
Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	-	50.286	50.286
Resultado financeiro líquido das operações	-	(235.177)	(235.177)
Despesas administrativas	(353.990)	322.625	(31.365)
Despesas com tributos	(155.994)	133.616	(22.378)
Resultado financeiro	507.781	(151.465)	356.316
Resultado patrimonial	40.892	(40.278)	614
Resultado antes dos impostos	193.737	(451.415)	(257.678)
Impostos, contribuições e participações nos lucros	(79.508)	213.333	133.825
Lucro (prejuízo) do exercício	114.229	(238.082)	(123.853)

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As tabelas abaixo demonstram os valores por segmento em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Consolidado		
	2024		
	País		
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	5.284.882	(5.284.882)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.411.277)	2.411.277	-
Prêmios retidos	2.873.604	(2.873.604)	-
Variações das provisões técnicas	(78.957)	78.957	-
Prêmios ganhos	2.794.647	(2.794.647)	-
Sinistros retidos	(1.635.663)	1.635.663	-
Custo de aquisição	(652.058)	652.058	-
Outras despesas operacionais	(25.421)	25.421	-
Receitas com resseguros	-	4.982.377	4.982.377
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(2.947.050)	(2.947.050)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.030.950)	(1.030.950)
Resultado da prestação de serviços de resseguro (Resultado de underwriting)	481.505	522.872	1.004.377

	Consolidado		
	2024		
	Exterior		
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2024 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	1.336.405	(1.336.405)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(162.477)	162.477	-
Prêmios retidos	1.173.929	(1.173.929)	-
Variações das provisões técnicas	5.115	(5.115)	-
Prêmios ganhos	1.179.044	(1.179.044)	-
Sinistros retidos	(902.405)	902.405	-
Custo de aquisição	(303.128)	303.128	-
Outras despesas operacionais	(3.180)	3.180	-
Receitas com resseguros	-	1.075.597	1.075.597
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(1.143.646)	(1.143.646)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(159.597)	(159.597)
Resultado da prestação de serviços de resseguro (Resultado de underwriting)	(29.669)	(197.977)	(227.646)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	2023		
	País		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	4.980.459	(4.980.459)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(2.255.711)	2.255.711	-
Prêmios retidos	2.724.748	(2.724.748)	-
Variações das provisões técnicas	(71.341)	71.341	-
Prêmios ganhos	2.653.407	(2.653.407)	-
Sinistros retidos	(1.586.553)	1.586.553	-
Custo de aquisição	(689.826)	689.826	-
Outras despesas operacionais	(24.239)	24.239	-
Receitas com resseguros	-	4.502.418	4.502.418
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(2.690.993)	(2.690.993)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(1.633.275)	(1.633.275)
Resultado da prestação de serviços de resseguro (Resultado de underwriting)	352.789	(174.639)	178.150

	Consolidado		
	2023		
	Exterior		
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Com adoção do CPC 50
Prêmios de resseguros	1.540.629	(1.540.629)	-
Prêmios cedidos em retrocessão	(327.349)	327.349	-
Prêmios retidos	1.213.280	(1.213.280)	-
Variações das provisões técnicas	284.537	(284.537)	-
Prêmios ganhos	1.497.817	(1.497.817)	-
Sinistros retidos	(1.320.272)	1.320.272	-
Custo de aquisição	(357.380)	357.380	-
Outras despesas operacionais	(17.906)	17.906	-
Receitas com resseguros	-	1.292.292	1.292.292
Despesas com prestação de serviços de resseguro	-	(1.680.428)	(1.680.428)
Despesas líquidas com contratos de retrocessão	-	(115.702)	(115.702)
Resultado da prestação de serviços de resseguro (Resultado de underwriting)	(197.741)	(306.097)	(503.838)

Os impactos observados no resultado operacional são decorrentes principalmente: (i) da mudança no critério de apuração da receita de resseguro, que passa a ser medida pela entrega da operação de resseguro ao invés de uma apropriação pela passagem de tempo de cobertura; (ii) a despesa de resseguro passa a registrar os valores de sinistros ocorridos considerando o valor do dinheiro no tempo, as perdas com contratos onerosos e uma alocação de parte das despesas administrativas e de tributos que sejam atribuíveis aos contratos de resseguro e retrocessão.

Os impactos observados no resultado financeiro são decorrentes principalmente da utilização de desconto financeiro e mudanças subsequentes nas taxas de desconto para mensuração dos ativos e passivos de resseguro, sendo a prática contábil anterior de mensuração feita em base não descontada.

Seção D – Estrutura do grupo

4 Investimentos

4.1 Movimentação dos investimentos

	2024	2023
Posição inicial	43.248	39.387
Resultado de controladas		
<i>IRB Asset Management</i>	34.981	41.825
IRB Chile	441	221
IRB Renda	713	732
IRB Uso	(326)	(340)
IRB Santos Dumont	32.593	(583)
Andrina SSPE	(1.092)	-
Participação societária de controladas		
IRB Uso	739	214
IRB Santos Dumont	5.967	730
IRB Renda	(5.500)	-
Andrina SSPE	2.000	-
Dividendos		
<i>IRB Asset Management</i>	(41.624)	(38.938)
Participações Societárias	72.140	43.248

4.2 Participações societárias

A participação societária da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

					2024
					Percentual
Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias	
<i>IRB Asset Management</i>	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada		100,0%
IRB Santos Dumont	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
IRB Chile	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
IRB Uso	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
IRB Renda	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
Andrina SSPE	Brasil	SSPE	Controlada		100,0%
B3i (i)	Suíça	Tecnologia	Outros investimentos		7,35%

					2023
					Percentual
Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias	
<i>IRB Asset Management</i>	Brasil	Gestão de ativos financeiros	Controlada		100,0%
IRB Santos Dumont	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
IRB Chile	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
IRB Uso	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
IRB Renda	Brasil	Gestão imobiliária	Controlada		100,0%
B3i (i)	Suíça	Tecnologia	Outros investimentos		7,35%

(i) Plataforma de integração e troca de transações baseado na tecnologia *blockchain*, entrou com pedido de falência em julho de 2022. Com base nas informações recebidas da investida, a Companhia realizou, no 2º trimestre de 2022, o *impairment* do valor integral contabilizado na rubrica de Investimentos, no montante de R\$15.879.

Seção E – Notas explicativas relevantes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dessa conta pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	246	526	11.897	13.455
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	6.964	6.880	6.964	6.880
Total	7.210	7.406	18.861	20.335

6 Ativos financeiros

6.1 Composição dos ativos financeiros

Controladora								
2024								
		VJR		VJORA		Custo amortizado		
	Taxa média de juros - %	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Total
Títulos de renda fixa - Privados								
Debêntures		-	5.000	-	-			5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa								
Ações de companhias abertas		-	5	-	-	-	-	5
Debêntures %CDI	106,98% CDI	-	-	-	-	19.324	19.519	19.324
Debentures CDI +	CDI+1,89%	-	-	-	-	149.530	137.162	149.530
Debêntures IPCA+	IPCA+6,97%	-	-	-	-	22.276	23.403	22.276
Debentures conversíveis	-	-	-	-	-	5.908	1.576	5.908
Fundos de investimentos	-	-	216.805	-	-	-	-	216.805
Letra financeira %CDI	CDI+1,38%	19.686	19.744	-	-	-	-	19.744
Letra financeira CDI+	110,74%	-	-	-	-	252.681	254.064	252.681
Letra financeira do tesouro	SELIC+0,13%	-	-	2.373.487	2.375.965	48.219	48.360	2.424.184
Notas do tesouro nacional - Série B	IPCA+3,79%	-	-	2.002.677	1.707.790	-	-	1.707.790
Notas do tesouro nacional - Série F	5,74%	-	-	52.429	52.416	-	-	52.416
Operações compromissadas	12,12%	-	-	304.913	304.913	20.860	20.860	325.773
Outros (i)	-	-	(1.583)	(2.352)	(2.352)	(518)	(518)	(4.453)
Quotas de fundos de investimentos	-	-	4.184	-	-	-	-	4.184
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável								
Fundos de investimentos	-	-	6.921	-	-	-	-	6.921
Fundos de índices de mercado	-	-	19.759	-	-	-	-	19.759
Outros	-	-	(11)	-	-	-	-	(11)
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos	-	-	54.313	-	-	-	-	54.313
Quotas de fundos investimentos - Não exclusivos	-	-	7.310	-	-	-	-	7.310
Ações de companhias abertas	-	-	7.719	-	-	-	-	7.719
Ativos financeiros no Exterior								
Títulos de renda fixa - Públicos								
Títulos da dívida soberana - Global 25, 26 e 31	5,24%	-	-	1.302.619	1.225.719	-	-	1.225.719
Outros ativos financeiros								
Ativos financeiros restritas - Carta de crédito remunerada	-	-	67.534	-	-	-	-	67.534
Reinsurance trust account (ii)	3,50%	-	-	1.375.914	1.367.272	-	-	1.367.272
Títulos de renda fixa - Privados								
Bonds corporativo	5,95%	-	-	144.146	142.553	-	-	142.553
Certificado de depósito	5,70%	-	-	432.327	432.327	-	-	432.327
Depósito a prazo fixo no exterior - Times deposits (iii)	2,21%	-	-	393.725	393.725	-	-	393.725
Quotas de fundos não exclusivos								
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	-	-	226.766	-	-	-	-	226.766
Total		19.686	634.466	8.379.885	8.000.328	518.280	504.426	9.153.074
%			7,0%		87,3%		5,7%	100,0%
Circulante			634.466		3.087.961		32.281	3.754.708
Não circulante (iv)			-		4.912.367		485.999	5.398.366

(i) Refere-se a valores a receber e a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(ii) Ativos depositados no exterior, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2025, 2026 e 2027.

(iii) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 2 até 100 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e euro.

(iv) A diferença do valor apresentado na nota explicativa de R\$10.129 refere-se a perda esperada registrada no exercício.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos ativos financeiros

Controladora								
2023								
	VJR		VJORA		Custo amortizado		Total	
	Taxa média de juros - %	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado		
Títulos de renda fixa - Privados								
Debêntures	-	5.000	5.000	-	-	-	-	5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa								
Debêntures % CDI	1,077534	2.172	2.172	-	-	19.268	19.246	21.440
Debêntures CDI +	CDI+1,96% a.a.	-	-	-	-	215.483	206.366	215.483
Debêntures IPCA +	IPCA+6,96%	-	-	-	-	2.729	2.729	2.729
Fundos de investimentos		25.138	25.138	-	-	-	-	25.138
Letras financeiras % CDI	111,93% a.a.	8.093	8.093	-	-	-	-	8.093
Letras financeiras CDI+	CDI+1,40% a.a.	16.593	16.599	-	-	213.433	213.901	230.032
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	2.195.299	2.198.157	43.409	43.488	2.241.566
Notas do tesouro nacional - Série B		-	-	1.477.234	1.323.142	-	-	1.323.142
Notas do tesouro nacional - Série F		-	-	54.386	52.462	-	-	52.462
Operações compromissadas	SELIC	-	-	599.711	599.711	51.642	51.642	651.353
Outros (i)		(1.355)	(1.355)	(2.738)	(2.738)	(294)	(294)	(4.387)
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável								
Fundos de índices de mercado	SELIC	21.533	21.533	-	-	-	-	21.533
Operações compromissadas		-	-	6.087	6.087	-	-	6.087
Outros		(64)	(64)	-	-	-	-	(64)
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos		61.715	61.715	-	-	-	-	61.715
Quotas de fundos investimentos - Não exclusivos		9.570	9.570	-	-	-	-	9.570
Ações de companhias abertas		23.102	23.102	-	-	-	-	23.102
		171.497	171.503	4.329.979	4.176.821	545.670	537.078	4.893.994
Aplicações financeiras no exterior								
Títulos de renda fixa - Públicos								
Títulos da dívida soberana - Global 25 e 26	4,01%	-	-	1.545.784	1.476.484			1.476.484
Outras Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras restritas - Carta de crédito remunerada		77.865	77.865	-	-	-	-	77.865
Reinsurance trust account (ii)	1,82%	-	-	1.143.087	1.121.461	-	-	1.121.461
Títulos de renda fixa - Privados								
Depósito a prazo fixo no exterior - Times deposits (iii)	2,62%	-	-	352.080	352.080	-	-	352.080
Certificate of deposit	6,83%	-	-	420.142	420.142	-	-	420.142
Quotas de fundos não exclusivos								
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	-	13.541	13.541	-	-	-	-	13.541
		91.406	91.406	3.461.093	3.370.167	-	-	3.461.573
Total	-	262.903	262.909	7.791.072	7.546.988	545.670	537.078	8.355.567
%			3,1%		90,3%	6,5%		100,0%
Circulante			262.909		2.266.264	69.461		2.598.633
Não circulante (iv)					5.280.724	476.210		5.756.933

(i) Refere-se a valores a receber e a pagar administrativos que se encontram dentro dos fundos de investimentos exclusivos.

(ii) Ativos depositados no exterior, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2024, 2025, 2026 e 2027.

(iii) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 2 até 80 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e Euro.

(iv) A diferença do valor apresentado na nota explicativa de R\$12.423 refere-se a perda esperada registrada no exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos ativos financeiros

Consolidado								
2024								
	Taxa média de juros - %	VJR		VJORA		Custo amortizado		Total
		Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	
Títulos de renda fixa - Privados								
Debêntures		-	5.000	-	-			5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa								
Ações de companhias abertas		-	5	-	-	-	-	5
Debêntures CDI+	CDI+1,89%	-	-	-	-	19.324	19.519	19.324
Debêntures %CDI	106,98% CDI	-	-	-	-	149.530	137.162	149.530
Debêntures IPCA+	IPCA+6,97%	-	-	-	-	22.276	23.403	22.276
Debentures Conversíveis	-	-	-	-	-	5.908	1.576	5.908
Fundos de investimentos	-		216.805	-	-	-	-	216.805
Letra financeira %CDI	CDI+1,38%	19.686	19.744	-	-	-	-	19.744
Letra financeira CDI+	110,74%	-	-	-	-	252.681	254.064	252.681
Letra financeira do tesouro	SELIC+0,13%	-	-	2.373.487	2.375.966	48.219	48.360	2.424.185
Notas do tesouro nacional - Série B	IPCA+3,79%	-	-	2.002.677	1.707.790	-	-	1.707.790
Notas do tesouro nacional - Série F	5,74%	-	-	52.429	52.417	-	-	52.417
Operações compromissadas	12,12%	-	-	304.913	304.913	20.860	20.860	325.773
Quotas de fundos de investimentos	-	-	38	-	-	-	-	38
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável								
Fundos de investimentos		-	6.921					6.921
Fundos de índices de mercado		-	19.759	-	-			19.759
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos		-	962	-	-	-	-	962
Quotas de fundos investimentos - Não exclusivos		-	7.310	-	-	-	-	7.310
Ações de companhias abertas		-	7.719	-	-	-	-	7.719
Ativos financeiros no Exterior								
Títulos de renda fixa - Públicos								
Títulos da dívida soberana - Global 25, 26 e 31	5,24%	-	-	1.302.619	1.225.719	-	-	1.225.719
Outros ativos financeiros								
Ativos financeiros restritas - Carta de crédito remunerada		-	67.534	-	-	-	-	67.534
Reinsurance trust account (ii)	3,50%	-	-	1.375.914	1.367.272	-	-	1.367.272
Títulos de renda fixa - Privados								
Bonds corporativo	5,95%	-	-	144.146	142.553			142.553
Certificado de depósito	5,70%	-	-	432.327	432.327			432.327
Depósito à prazo fixo no exterior - Times deposits (iii)	2,21%	-	-	393.725	393.725	-	-	393.725
Quotas de fundos não exclusivos								
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos		-	226.766	-	-	-	-	226.766
Total								
		19.686	578.563	8.382.237	8.002.682	518.798	504.944	9.100.043
%			6,4%		87,9%	5,7%		100%
Circulante			578.563		3.090.314	32.799		3.701.676
Não circulante (iii)					4.912.368	485.999		5.398.367

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 2 até 100 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o euro.

(ii) Ativos depositados no exterior, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2024, 2025, 2026 e 2027.

(iii) A diferença do valor apresentado na nota explicativa de R\$10.129 refere-se a perda esperada registrada no exercício.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Composição dos ativos financeiros

Consolidado								
2023								
	Taxa média de juros - %	VJR		VJORA		Custo amortizado		Total
		Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo	
Títulos de renda fixa - Privados								
Debêntures		5.000	5.000	-	-	-	-	5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa								
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	-	2.195.299	2.198.157	43.409	43.489	2.241.566
Operações compromissadas	SELIC	-	-	599.711	599.711	51.642	51.642	651.353
Notas do tesouro nacional - Série B	IPCA+2,87%	-	-	1.477.234	1.323.142	-	-	1.323.142
Notas do tesouro nacional - Série F	5,73% a.a.	-	-	54.386	52.462	-	-	52.462
Debêntures CDI +	CDI+1,96% a.a.	-	-	-	-	194.280	184.690	194.280
Debentures % CDI	107,75%	2.172	2.172	-	-	19.268	19.246	21.440
Debêntures IPCA +	IPCA+6,96%	-	-	-	-	23.931	24.405	23.931
Letras financeiras % CDI	111,93% a.a.	15.240	15.246	-	-	8.093	8.093	23.339
Letras financeiras CDI+	CDI+1,40% a.a.	1.353	1.353	-	-	213.433	213.901	214.786
Fundos de renda fixa		25.138	25.138	-	-	-	-	25.138
Derivativos		215	215	-	-	-	-	215
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável								
Operações compromissadas		-	-	6.087	6.087	-	-	6.087
Fundos de índices de mercado		21.533	21.533	-	-	-	-	21.533
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos		916	916	-	-	-	-	916
Quotas de fundos investimentos - Não exclusivos		15.471	15.471	-	-	-	-	15.471
Ações de companhias abertas								
INEP3		23.102	23.102	-	-	-	-	23.102
		110.140	110.146	4.332.717	4.179.559	554.056	545.466	4.843.761
Ativos financeiros no exterior								
Títulos de renda fixa - Públicos								
Títulos da dívida soberana - Global 25 e 26	4,01%	-	-	1.545.784	1.476.484	-	-	1.476.484
Outros ativos financeiros								
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada		77.865	77.865	-	-	-	-	77.865
Reinsurance trust account (i)	1,82%	-	-	1.143.087	1.121.462	-	-	1.121.462
Títulos de renda fixa - Privados								
Depósito à prazo fixo no exterior - Times deposits (ii)	2,62%	-	-	352.080	352.080	-	-	352.080
Certificate of deposit	6,83%	-	-	420.142	420.142	-	-	420.142
Quotas de fundos não exclusivos								
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos		13.541	13.541	-	-	-	-	13.541
		91.406	91.406	3.461.093	3.370.168	-	-	3.461.574
Total		201.546	201.552	7.793.810	7.549.727	554.056	545.466	8.305.335
%			2,4%		90,9%	6,6%		100%
Circulante			201.552		2.269.004	77.335		2.547.891
Não circulante (iii)			-		5.280.723	476.721		5.757.444

(i) Representam ativos financeiros em *time deposits* cujos prazos de vencimento oscilam entre 2 até 80 dias. Tais ativos financeiros possuem como moedas de origem o dólar dos Estados Unidos e Euro.

(ii) Ativos depositados no exterior, representados por títulos da dívida pública americana com vencimentos em 2024, 2025, 2026 e 2027.

(iii) A diferença do valor apresentado na nota explicativa de R\$12.423 refere-se a perda esperada registrada no exercício.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	2024				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
VJR					
Títulos de renda fixa - Privados					
Debêntures	5.000	-	-	-	5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Ações de companhias abertas	5	-	-	-	5
Fundos de investimentos	216.805	-	-	-	216.805
Letra financeira %CDI	-	1.326	6.742	11.676	19.744
Outros	(1.583)	-	-	-	(1.583)
Quotas de Fundos de Investimentos	4.184	-	-	-	4.184
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável					
Fundos de investimentos	6.921	-	-	-	6.921
Fundos de índices de mercado	19.759	-	-	-	19.759
Outros	(11)	-	-	-	(11)
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos	54.313	-	-	-	54.313
Quotas de fundos de investimentos - Não exclusivos	7.310	-	-	-	7.310
Ações de companhias abertas	7.719	-	-	-	7.719
Ativos financeiros no exterior					
Outros ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	67.534	-	-	-	67.534
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	226.766	-	-	-	226.766
	614.722	1.326	6.742	11.676	634.466
VJORA					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Letra financeira do tesouro	-	-	148.372	2.227.593	2.375.965
Notas do tesouro nacional - Série B	-	151.006	-	1.556.784	1.707.790
Notas do tesouro nacional - Série F	-	52.416	-	-	52.416
Operações compromissadas	-	304.913	-	-	304.913
Outros	(2.352)	-	-	-	(2.352)
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável					
Ativos financeiros no exterior					
Títulos de renda fixa - Públicos					
Títulos da dívida soberana - Global 25, 26 e 31	-	554.779	-	670.940	1.225.719
Outros ativos financeiros					
Reinsurance trust account	176	1.028.166	24.433	314.497	1.367.272
Títulos de renda fixa - Privados					
Bonds corporativo	-	-	-	142.553	142.553
Certificado de depósito	-	432.327	-	-	432.327
Depósito à prazo fixo no exterior - Times deposits	-	393.725	-	-	393.725
	(2.176)	2.917.332	172.805	4.912.367	8.000.328
Custo amortizado					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Debêntures %CDI	-	-	-	19.324	19.324
Debêntures CDI +	-	2.639	1.400	145.491	149.530
Debêntures IPCA+	-	-	-	22.276	22.276
Debêntures conversíveis	-	-	-	5.908	5.908
Letra financeira CDI+	-	1.228	6.672	244.781	252.681
Letra financeira do tesouro	-	-	-	48.219	48.219
Operações compromissadas	-	20.860	-	-	20.860
Outros	(518)	-	-	-	(518)
	(518)	24.727	8.072	485.999	518.280
Total	612.028	2.943.385	187.619	5.410.042	9.153.074

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Controladora				
	2023				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
VJR					
Títulos de renda fixa - Privados					
Debêntures	5.000	-	-	-	5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Debêntures % CDI	-	-	-	2.172	2.172
Fundos de investimentos	25.138	-	-	-	25.138
Letras financeiras % CDI	-	-	7.581	512	8.093
Letras financeiras CDI+	-	6.811	-	9.788	16.599
Outros	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável					
Fundos de índices de mercado	21.533	-	-	-	21.533
Outros	(64)	-	-	-	(64)
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos	61.715				61.715
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	9.570	-	-	-	9.570
Ações de companhias abertas					
INEP3	23.102	-	-	-	23.102
Ativos financeiros no exterior					
Outros ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	77.865	-	-	-	77.865
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	13.541	-	-	-	13.541
	236.045	6.811	7.581	12.472	262.909
VJORA					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Letras financeiras do tesouro	-	-	28.539	2.169.618	2.198.157
Notas do tesouro nacional - Série B	-	-	-	1.323.142	1.323.142
Notas do tesouro nacional - Série F	-	-	-	52.462	52.462
Operações compromissadas	-	599.711	-	-	599.711
Outros	(2.738)	-	-	-	(2.738)
Quotas de fundos exclusivos - Renda variável					
Operações compromissadas	-	6.087	-	-	6.087
Ativos financeiros no exterior					
Títulos de renda fixa - Públicos					
Títulos da dívida soberana - Global 25 e 26	-	-	-	1.476.484	1.476.484
Reinsurance trust account	1.334	410.148	450.961	259.018	1.121.461
Títulos de renda Fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times deposits	-	352.080	-	-	352.080
Certificate of deposit	-	420.142	-	-	420.142
	(1.404)	1.788.168	479.500	5.280.724	7.546.988
Custo amortizado					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Debêntures % CDI	-	-	-	19.268	19.268
Debêntures CDI +	-	3.719	7.278	204.486	215.483
Debêntures IPCA +	-	-	-	2.729	2.729
Letras financeiras CDI+	-	992	6.123	206.318	213.433
Letras financeiras do tesouro	-	0	-	43.409	43.409
Operações compromissadas	-	51.642	-	-	51.642
Outros	(294)	-	-	-	(294)
	(294)	56.353	13.401	476.210	545.670
Total	234.347	1.851.332	500.482	5.769.406	8.355.567

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Consolidado				
	2024				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
VJR					
Títulos de renda fixa - Privados					
Debêntures	5.000	-	-	-	5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Ações de companhias abertas	5	-	-	-	5
Fundos de investimentos	216.805	-	-	-	216.805
Letra financeira %CDI	-	1.326	6.742	11.676	19.744
Quotas de fundos de investimentos	38	-	-	-	38
Quotas de fundos de investimentos exclusivos - Renda variável					
Fundos de investimentos	6.921	-	-	-	6.921
Fundos de índices de mercado	19.759	-	-	-	19.759
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos	962	-	-	-	962
Quotas de fundos investimentos - Não exclusivos	7.310	-	-	-	7.310
Ações de companhias abertas					
Ativos financeiros no Exterior	7.719				7.719
Outros Ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	67.534	-	-	-	67.534
Quotas de fundos não exclusivos					
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	226.766	-	-	-	226.766
	558.819	1.326	6.742	11.676	578.563
VJORA					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Letra financeira do tesouro	-	-	148.372	2.227.594	2.375.966
Notas do tesouro nacional - Série B	-	151.006	-	1.556.784	1.707.790
Notas do tesouro nacional - Série F	-	52.417	-	-	52.417
Operações compromissadas	-	304.913	-	-	304.913
Ativos financeiros no exterior					
Títulos de renda fixa - Públicos					
Títulos da dívida soberana - Global 25, 26 e 31	-	554.779	-	670.940	1.225.719
Outros Ativos financeiros					
Reinsurance trust account (ii)	176	1.028.166	24.433	314.497	1.367.272
Títulos de renda fixa - Privados					
Bonds corporativo	-	-	-	142.553	142.553
Certificado de depósito	-	432.327	-	-	432.327
Depósito à prazo fixo no exterior - Times Deposits (i)	-	393.725	-	-	393.725
	176	2.917.333	172.805	4.912.368	8.002.682
Custo amortizado					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Debêntures %CDI	-	2.639	1.400	145.491	149.530
Debêntures CDI+	-	-	-	19.324	19.324
Debêntures IPCA+	-	-	-	22.276	22.276
Debêntures Conversíveis	-	-	-	5.908	5.908
Letra financeira CDI+	-	1.228	6.672	244.781	252.681
Letra financeira do tesouro	-	-	-	48.219	48.219
Operações compromissadas	-	20.860	-	-	20.860
	-	24.727	8.072	485.999	518.798
Total	558.995	2.943.386	187.619	5.410.043	9.100.043

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.1 Abertura dos ativos financeiros por tipo e prazo de vencimento

	Consolidado				
	2023				
	Sem vencimento	De 1 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
VJR					
Títulos de renda fixa - Privados					
Debêntures	5.000	-	-	-	5.000
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Debentures % CDI	-	-	-	2.172	2.172
Derivativos	215	-	-	-	215
Fundos de renda fixa	25.138	-	-	-	25.138
Letras Financeiras % CDI	-	6.811	-	8.435	15.246
Letras financeiras CDI+	-	-	-	1.353	1.353
Quotas de fundos de investimentos exclusivos - Renda variável					
Fundos de índices de mercado	21.533	-	-	-	21.533
Quotas de fundos imobiliários - Exclusivos					
	916	-	-	-	916
Quotas de fundos investimentos - Não exclusivos					
	15.471	-	-	-	15.471
Ações de companhias abertas					
INEP3	23.102	-	-	-	23.102
Ativos financeiros no Exterior					
Outros ativos financeiros					
Ativos financeiros restritos - Carta de crédito remunerada	77.865	-	-	-	77.865
Quotas de fundos não exclusivos					
Quotas de Fundos de Investimento não exclusivo	13.541	-	-	-	13.541
	182.781	6.811	-	11.960	201.552
VJORA					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Letras financeiras do tesouro	-	-	28.540	2.169.617	2.198.157
Notas do tesouro nacional - Série B	-	-	-	1.323.142	1.323.142
Notas do tesouro nacional - Série F	-	-	-	52.462	52.462
Operações compromissadas	-	599.711	-	-	599.711
Quotas de fundos de investimentos exclusivos - Renda variável					
Operações compromissadas	-	6.087	-	-	6.087
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos					
Ativos financeiros no exterior					
Títulos de renda fixa - Públicos					
Títulos da dívida soberana - Global 25 e 26	-	-	-	1.476.484	1.476.484
Reinsurance trust account (iii)	1.334	410.148	450.962	259.018	1.121.462
Títulos de renda fixa - Privados					
Depósito a prazo fixo no exterior - Times deposits	-	352.080	-	-	352.080
Certificate of deposit	-	420.142	-	-	420.142
	1.334	1.788.168	479.502	5.280.723	7.549.727
Custo amortizado					
Quotas de fundos exclusivos - Renda fixa					
Debentures % CDI	-	-	-	19.268	19.268
Debêntures CDI +	-	3.719	7.278	183.283	194.280
Debêntures IPCA +	-	-	-	23.931	23.931
Letras financeiras % CDI	-	-	7.581	512	8.093
Letras financeiras CDI+	-	992	6.123	206.318	213.433
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	43.409	43.409
Operações compromissadas	-	51.642	-	-	51.642
	-	56.353	20.982	476.721	554.056
Total	184.115	1.851.332	500.484	5.769.404	8.305.335

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reembolso decorrente de operações de resseguro (i)	376.031	343.988	376.031	343.988
PIS/PASEP e multa de mora a recuperar (ii)	169.920	445.107	169.920	445.107
Valores a receber Previrb (nota 24.2)	145.952	169.271	145.952	169.271
Crédito a receber - Acordo de comutação (iii)	99.000	-	99.000	-
Crédito a receber - Venda terreno	-	-	54.385	-
Outros	4.209	3.257	12.627	8.707
Total	795.112	961.623	857.915	967.073
Circulante	26.207	3.257	35.595	8.707
Não circulante	768.905	958.366	822.320	958.366

(i) Trata-se de reembolso de valores decorrente de ação judicial envolvendo questão ressecutória, na qual a Companhia teve êxito no mérito, estando o processo em fase de execução. O montante é mensurado com base nos parâmetros das decisões até então proferidas, incluindo juros e correção, possuindo como referência o laudo de avaliação do ativo que é objeto de garantia da discussão judicial, reavaliado por profissional externo em dezembro de 2024.

(ii) Corresponde aos créditos de PIS/PASEP e multa de mora, conforme descritos nas notas explicativas 21.3.4 e 21.3.5.

(iii) Trata-se do valor a receber referente ao acordo de comutação de um contrato específico do grupo de Vida.

8 Créditos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos

8.1 Créditos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos

	Controladora	
	2024	2023
Créditos Tributários	181.993	205.812
Tributos Retidos na Fonte	209	490
Tributos a Compensar / Recuperar - Curto Prazo (i)	1.732	36.028
Tributos a Compensar / Recuperar - Longo Prazo (ii)	180.052	169.294
Ativos Fiscais Diferidos	2.400.517	2.569.820
IRPJ e CSLL Diferidos (iii)	2.411.778	2.306.768
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 48 / IFRS 9	(415)	2.365
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 50 / IFRS 17	(317.662)	(26.273)
PIS e COFINS Diferidos (iv)	308.897	289.042
Outros	(2.081)	(2.082)
Total	2.582.510	2.775.632
Circulante	1.941	36.518
Não Circulante	2.580.569	2.739.114

	Consolidado	
	2024	2023
Créditos Tributários	182.447	206.135
Tributos Retidos na Fonte	663	812
Tributos a Compensar / Recuperar - Curto Prazo (i)	1.732	36.029
Tributos a Compensar / Recuperar - Longo Prazo (ii)	180.052	169.294
Ativos Fiscais Diferidos	2.400.517	2.569.820
IRPJ e CSLL Diferidos (iii)	2.411.778	2.306.768
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 48 / IFRS 9	(415)	2.365
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 50 / IFRS 17	(317.662)	(26.273)
PIS e COFINS Diferidos (iv)	308.897	289.042
Outros	(2.081)	(2.082)
Total	2.582.964	2.775.955
Circulante	2.395	36.841
Não Circulante	2.580.569	2.739.114

(i) Principalmente créditos de exercícios anteriores decorrentes de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de \$1.652 (R\$35.693 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) Refere-se, principalmente, à:

- Créditos de PIS R\$86.525 (R\$81.998 em 31 de dezembro de 2023), oriundos da ação de alargamento de base, cujo trânsito em julgado da ação ocorreu em 29 de outubro de 2013, e o pedido de restituição protocolado em 19 de dezembro de 2013. Para determinação e contabilização desses montantes, foram considerados os créditos sobre os quais não existe qualquer dúvida ou discussão sobre a composição de sua base de cálculo. A Companhia está momentaneamente impossibilitada de utilizar os créditos em virtude do disposto no art. 74, §3, inc. VI e §12 inc. I, ambos da Lei nº 9.430/1996. Neste sentido, muito embora o Processo Administrativo nº 16682-722.248/2015-28 - onde se discute o aproveitamento do crédito, obtido por meio da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101 - ainda se encontra em trâmite na esfera administrativa, por conta da mencionada Lei a RFB veda a utilização desses créditos, sob pena das declarações serem consideradas não declaradas (nota 21.3.3).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Refere-se aos valores de IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários atualizados até 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$53.395 (R\$49.866 em 31 de dezembro de 2023).

- Créditos de exercícios anteriores no valor de R\$24.159 (R\$22.381 em 31 de dezembro de 2023) após processo de incorporação da subsidiária IRB Investimentos e Participações Imobiliárias S.A. realizada no dia 30 de setembro de 2022.

(iii) A Companhia estima realizar os respectivos créditos diferidos nos exercícios futuros com base nos estudos e projeções de lucros tributáveis futuros. Tais projeções incluem estimativas operacionais, taxa de câmbio, volume de operações futuras, dentre outras que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Os resultados reais podem diferir dessas projeções e estimativas, o que pode resultar em ajuste no valor contábil dos ativos fiscais diferidos e na demonstração do resultado no futuro. Do valor total apresentado acima de R\$2.410.531 (R\$2.306.766 em 31 de dezembro de 2023), R\$2.165.427 (R\$2.218.515 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a prejuízos fiscais e bases negativas e R\$245.104 (R\$88.252 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a diferenças temporárias.

(iv) Créditos tributários de PIS e COFINS originados das provisões de sinistros, deduzidas das recuperações de sinistros. Para fins de determinação das bases de cálculo destas contribuições, os valores somente são dedutíveis quando pagos ou recebidos.

A contribuição para o PIS é apurada pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%.

8.1.1 Créditos tributários diferidos

(a) Créditos tributários diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas são compostos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Não Circulante				
Ações Judiciais Transitadas em Julgado	(12.297)	(12.297)	(65.067)	(65.067)
Atualização de Depósitos Judiciais Fiscais / Trabalhistas (i)	(55.186)	(55.186)	(271.197)	(271.197)
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	64.206	64.206	18.502	18.502
Provisão para Contingências Trabalhistas	51.338	51.338	53.445	53.445
Provisão para Contingências Cíveis	6.368	6.368	4.171	4.171
Ajuste a Valor de Mercado - VJORA	379.557	379.557	244.084	244.084
Ajuste a Valor de Mercado - Investimentos	21.230	21.230	21.230	21.230
Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas	5.398.543	5.438.606	5.532.108	5.569.917
PIS e COFINS Diferidos	(308.897)	(308.897)	(289.042)	(289.042)
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 48 / IFRS 9	61.301	61.301	22.323	22.323
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 50 / IFRS 17	(794.155)	(794.155)	(15.454)	(15.454)
IRPJ e CSLL Diferidos - Impactos Aplicação CPC 06 / IFRS 16	1.808	1.808	1.965	1.965
Benefícios Pós-emprego	371.413	371.413	398.507	398.507
Provisão para Participação nos Lucros	34.278	34.278	37.395	37.395
Provisão Incentivos Fiscais	(278)	(278)	-	-
Base de Cálculo	5.219.229	5.259.292	5.692.970	5.730.779
Alíquota Nominal Vigente	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Créditos Tributários Diferidos	1.304.807	788.894	1.423.243	859.617

(i) A variação entre os exercícios decorre, principalmente, da conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos de mandado de segurança impetrado para questionar a majoração da alíquota da CSLL instituída pela Lei nº 11.727/2008 e cuja decisão transitou em julgado em 2020.

O ativo fiscal diferido, decorrente de prejuízos fiscais de IRPJ, bases de cálculo negativas de CSLL e diferenças temporárias, deve ser reconhecido, desde que a entidade possua expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização deste ativo.

O planejamento estratégico da Companhia para os próximos anos contempla medidas que reforçam a disciplina financeira e a eficiência operacional de suas atividades, dentre elas, acompanhamento constante das estratégias de subscrição e precificação e controle de despesas administrativas.

A revisão do estudo técnico de viabilidade da Companhia, que resultou em projeções de lucros tributáveis futuros, considerou todas as medidas previstas no planejamento estratégico.

Desta forma, a Companhia manteve em suas demonstrações contábeis a integralidade do crédito tributário diferido, após reavaliar seu estudo técnico de viabilidade, fundamentado nas premissas operacionais de seu planejamento estratégico, nos dados históricos e nos cenários econômicos futuros, e concluiu pela capacidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensação de

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

todo o crédito reconhecido. O estudo foi aprovado pela Diretoria Estatutária, e pelo Conselho de Administração da Companhia em dezembro de 2024 para o montante de R\$2.405.662. O IRB Re monitora continuamente a realização de seus créditos tributários, conforme informado na nota 8.1 (iii).

8.1.1 Créditos tributários diferidos
(b) Estimativa de realização dos créditos tributários diferidos

A realização dos tributos diferidos é apurada com base no resultado da Companhia conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Considerando a ausência de especificação de horizonte temporal nos normativos contábeis para a avaliação da capacidade de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IRPJ e bases de cálculo negativas de CSLL e a não prescrição dos mesmos pela Receita Federal do Brasil, a Companhia, com base em seu estudo técnico de viabilidade e projeções, estima sua realização conforme tabela a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
2024			2023		
	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%		Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%
2025	77.355	4%	2025	62.944	3%
2026	100.721	5%	2026	86.197	4%
2027	102.729	5%	2027	101.017	4%
2028	120.813	6%	2028	129.409	6%
2029	162.946	9%	2029	160.344	7%
2030 a 2031	426.794	20%	2030 a 2031	440.375	19%
2032 a 2033	587.046	28%	2032 a 2033	660.669	29%
2034 a 2035	515.297	23%	2033 a 2034	641.905	28%
Total (i)	2.093.701	100%	Total (i)	2.282.860	100%

(i) Desconsiderando os impactos de IRPJ e CSLL decorrentes da aplicação do CPC 50 / IFRS17.

A variação entre os exercícios, refere-se, principalmente, a reversão do passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL decorrente da conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos de mandado de segurança impetrado para questionar a majoração da alíquota da CSLL instituída pela Lei nº 11.727/2008 e cuja decisão transitou em julgado em 2020.

9 Imóveis destinados a renda

	Consolidado			
	2024			
	Terrenos	Edificações	Shopping Centers	Total
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2023	16.302	7.090	63.195	86.587
Atualização ao valor justo	-	-	(2.425)	(2.425)
Alienação	(15.003)	-	-	(15.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.299	7.090	60.770	69.159
Custo dos imóveis de renda bruto				
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.299	7.090	60.770	69.159
Atualização ao valor justo	-	-	(7.371)	(7.371)
Transferência	-	(17)	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.299	7.073	53.399	61.771

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	Controladora e Consolidado						Total
	Equipamentos de processamento de dados	Equipamentos de telecomunicações	Móveis, máquinas e utensílios	Outras imobilizações	Veículos	Direito de uso	
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 1º de janeiro de 2023	27.693	1.856	598	5.464	70	23.793	59.474
Adições	887	469	3.120	22.555	667	5.418	33.116
Baixa	(1.550)	(81)	(3.110)	(1.028)	(690)	-	(6.459)
Transferências	4.165	-	590	(4.755)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.195	2.244	1.198	22.236	47	29.211	86.131
Depreciação acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(24.305)	(1.641)	(365)	(306)	(70)	(3.331)	(30.018)
Depreciação	(1.841)	(463)	(2.531)	(1.604)	(667)	(2.987)	(10.093)
Baixas	1.457	145	2.510	1.001	690	-	5.803
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(24.689)	(1.959)	(386)	(909)	(47)	(6.318)	(34.308)
Saldos contábeis, líquidos	6.506	285	812	21.327	-	22.893	51.823
Custo imobilizado bruto							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	31.195	2.244	1.198	22.236	47	29.211	86.131
Adições	1.658	493	9.378	28.673	-	660	40.862
Baixa	(7.845)	(397)	(9.362)	(31.551)	-	-	(49.155)
Transferências	3.750	(18)	421	(4.153)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.758	2.322	1.635	15.205	47	29.871	77.838
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(24.689)	(1.959)	(386)	(909)	(47)	(6.318)	(34.308)
Depreciação	(2.583)	(521)	(1.741)	(3.079)	-	(3.546)	(11.470)
Baixas	7.815	305	1.590	1.198	-	-	10.908
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(19.457)	(2.175)	(537)	(2.790)	(47)	(9.864)	(34.870)
Saldos contábeis, líquidos	9.301	147	1.098	12.415	-	20.007	42.968

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

	Controladora		
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	339.177	39.229	378.406
Adições	44.120	21.336	65.456
Transferências	8.740	(8.740)	-
Baixa	(390)	-	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	391.647	51.825	443.472
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(272.603)	-	(272.603)
Amortização	(52.294)	-	(52.294)
Baixas	390	-	390
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(324.507)	-	(324.507)
Saldo contábil, líquido	67.140	51.825	118.965
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	391.647	51.825	443.472
Adições	96.949	3.347	100.296
Transferências	53.963	(53.963)	-
Baixa	(5.242)	(1.049)	(6.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	537.317	160	537.477
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(324.507)	-	(324.507)
Amortização	(84.410)	-	(84.410)
Baixas	2.039	-	2.039
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(406.878)	-	(406.878)
Saldo contábil, líquido	130.439	160	130.599

	Consolidado		
	Custos de desenvolvimento e aquisição de licenças de softwares	Software em andamento	Total
Custo intangível bruto			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	339.373	39.229	378.602
Adições	44.120	21.336	65.456
Transferências	8.740	(8.740)	-
Baixa	(390)	-	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	391.843	51.825	443.668
Amortização acumulada			
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(272.774)	-	(272.774)
Amortização	(52.319)	-	(52.319)
Baixas	390	-	390
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(324.703)	-	(324.703)
Saldo contábil, líquido	67.140	51.825	118.965
Custo intangível bruto			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	391.843	51.825	443.668
Adições	96.949	3.347	100.296
Transferências	53.963	(53.963)	-
Baixa	(5.242)	(1.049)	(6.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	537.513	160	537.673
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(324.703)	-	(324.703)
Amortização	(84.410)	-	(84.410)
Baixas	2.039	-	2.039
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(407.074)	-	(407.074)
Saldo contábil, líquido	130.439	160	130.599

12 Obrigações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações nos lucros (i)	34.278	37.395	35.195	37.662
Fornecedores	22.705	14.943	28.892	20.716
Passivo de arrendamento	21.770	24.900	21.770	24.900
Gratificações - Diretoria (20.1)	12.744	9.763	14.652	10.940
Processos trabalhistas	-	7.476	-	7.476
Outros	2.601	1.625	2.601	1.625
Total	94.098	96.102	103.110	103.319
Circulante	73.104	73.053	82.116	80.270
Não circulante	20.994	23.049	20.994	23.049

(i) Em abril de 2024 foi pago o montante de R\$36.039 de participações nos lucros.

13 Depósitos de terceiros

Os valores recebidos das cedentes relativos a créditos não baixados integralmente estão registrados nesta rubrica. Os valores creditados de prêmio e de recuperação de sinistros são recebidos deduzidos de comissões e eventualmente adiantamento de sinistros.

Abaixo a composição do saldo da conta por idade de depósito:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Até 30 dias	22.344	47.263
Entre 31 e 60 dias	10.954	11.137
Entre 61 e 120 dias	10.133	13.199
Entre 121 e 180 dias	6.778	6.316
Mais de 180 dias	7.162	12.075
	57.371	89.990

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia realizou sua 1ª e 2ª emissão de debêntures nos dias 15 de outubro de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente. Os recursos captados por meio das Emissões foram utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para contribuir com o reenquadramento da Companhia aos critérios definidos pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), para os fins previstos na Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações e na Resolução CMN nº 4.993/2022 e alterações posteriores, bem como para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Em 09 de junho de 2023 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures no montante de R\$100.000, empregando os recursos obtidos para reforçar a sua estrutura de liquidez. A Companhia pagou integralmente, em 15 de abril de 2024, a 3ª emissão das debêntures no montante de R\$91.921 composto pelos valores de principal e juros devidos na respectiva data de realização do resgate antecipado facultativo total

Em 16 de outubro de 2023 a Companhia pagou integralmente a 1ª série da 1ª emissão das debêntures no montante de R\$487.300 considerando principal mais juros. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de empréstimos e financiamentos da Companhia são compostos pelas obrigações referentes às emissões de debêntures citadas acima, cujos saldos e principais características estão apresentados conforme abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Debêntures - Primeira emissão	194.430	185.038
Principal	147.000	147.000
Juros e encargos	47.953	38.857
Custo a amortizar	(523)	(819)
Debêntures - Segunda emissão	294.547	280.179
Principal	229.193	229.193
Juros e encargos	66.466	52.671
Custo a amortizar	(1.112)	(1.685)
Debêntures - Terceira emissão	-	80.987
Principal	-	87.500
Juros e encargos	-	682
Custo a amortizar	-	(7.195)
Total	488.977	546.204
Circulante	246.111	3.738
Não circulante	242.866	542.466

14.1 Características das emissões:

	Controladora e Consolidado	
	1ª Emissão - 2ª série	2ª Emissão - Série única
Código	IRBR21	IRBR12
Conversibilidade	Debêntures simples não conversíveis em ações	Debêntures simples não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	147.000	229.193
Valor nominal (Em Reais)	1.000	1.000
Data de emissão	15/10/2020	15/12/2020
Vencimento final	15/10/2026	15/12/2026
Atualização monetária	IPCA	IPCA
Remuneração	IPCA + 6,6579% a.a.	IPCA + 6,6579% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Data das amortizações	2025 e 2026	2025 e 2026
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Resgate antecipado	A partir de 15/10/2022	A partir de 15/12/2022
Oferta facultativa de resgate antecipado	A Companhia pode realizar a qualquer tempo	A Companhia pode realizar a qualquer tempo

14.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado				
	1ª Emissão - 1ª série	1ª Emissão - 2ª série	2ª Emissão - Série única	3ª Emissão - Série única	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	464.213	176.388	267.004	-	907.605
Captação	-	-	-	100.000	100.000
Custo da transação	-	-	-	(8.322)	(8.322)
Amortização principal	(450.439)	-	-	(12.500)	(462.939)
Pagamento juros	(74.286)	(11.747)	(18.204)	(8.184)	(112.421)
Despesas de juros	59.079	20.105	30.812	8.866	118.862
Amortização custo da transação	1.433	292	567	1.127	3.419
Saldo em 1º de janeiro de 2024	-	185.038	280.179	80.987	546.204
Amortização principal	-	-	-	(87.500)	(87.500)
Pagamento juros	-	(12.340)	(19.085)	(4.421)	(35.846)
Despesas de juros	-	21.436	32.880	3.739	58.055
Amortização custo da transação	-	296	573	7.195	8.064
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	194.430	294.547	-	488.977

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3 Valor justo - debêntures:

A tabela a seguir apresenta o valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2024:

	Série	Valor justo	Taxa
Primeira emissão	2ª série	189.100	IPCA + 6,6579% a.a.
Segunda emissão	Série única	289.952	IPCA + 6,6579% a.a.

Para o cálculo do valor justo, foram utilizadas as relações entre os preços unitários atualizados na Curva e os respectivos preços de negociação unitários, observados a partir do histórico de negociações dos instrumentos financeiros em mercado secundário até a data base do cálculo.

14.4 Covenants:

As debêntures da Companhia preveem o cumprimento de uma série de obrigações ("covenants").

Dentre os principais *covenants* destacamos:

- i) manutenção de indicadores de endividamento (Dívida Bruta/Patrimônio) líquido igual ou inferior a 0,35. Sendo, dívida bruta o volume total dos empréstimos e financiamentos calculados pela Companhia.
- ii) não rebaixamento da classificação de risco (rating) atribuído pela Agência de Classificação de Risco em nota de *rating* inferior a brAA+.
- iii) cumprimento das normas pelo CNSP, pela SUSEP e/ou pelo CMN com relação à capital mínimo, provisões técnicas, liquidez, solvência e ativos garantidores. No caso de eventuais descumprimentos regulatórios, estes devem ser sanados no prazo estabelecido pela SUSEP, que determina o envio do Plano de Regularização de Solvência (PRS) e do Plano de Regularização de Suficiência de Cobertura (PRC) em até 45 dias e 30 dias, respectivamente, a partir da data de comunicação da SUSEP.

A Companhia encerrou o exercício de 2024 cumprindo com todos os *covenants* previstos nas respectivas escrituras de emissão.

15 Provisão para impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ a Recolher	64.226	31.713	65.488	32.867
(-) Antecipação IRPJ	(58.981)	-	(58.981)	-
CSLL a Recolher	39.273	12.869	39.735	13.289
(-) Antecipação CSLL	(35.969)	-	(35.969)	-
COFINS a Recolher	3.551	5.661	3.682	5.807
PIS a Recolher	577	920	605	952
Parcelamento IRPJ	27.515	42.522	27.515	42.522
Parcelamento CSLL	10.004	15.462	10.004	15.461
Total	50.196	109.147	52.079	110.898
Circulante	33.142	71.629	35.025	73.380
Não Circulante	17.054	37.518	17.054	37.518

16 Saldos de ativo e passivo de contrato de resseguro e retrocessão

16.1 Resseguro

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Passivo de cobertura remanescente (LRC)	(57.178)	145.695
Excluindo componente de perda (nota 17.1)	(168.400)	(47.723)
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros (nota 18.1)	(1.887.198)	(1.689.679)
Ajuste de risco para o risco não financeiro (nota 18.1)	216.785	(21.370)
Margem contratual de seguro (CSM) (nota 18.1)	1.502.013	1.663.326
Componente de perda (nota 17.1)	111.222	193.418
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros (nota 18.1)	63.348	157.929
Ajuste de risco para o risco não financeiro (nota 18.1)	47.874	35.489
Passivos por sinistros ocorridos (LIC) (nota 17.1)	9.963.427	9.665.226
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros (nota 18.1)	9.694.638	9.589.216
Ajuste de risco para o risco não financeiro (nota 18.1)	268.789	76.010
Passivos de resseguros	9.906.249	9.810.921
Circulante	3.949.162	4.052.064
Não circulante	5.957.087	5.758.857

16.2 Retrocessão

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Ativos e passivos de cobertura remanescente (LRC)	(735.080)	(837.362)
Excluindo componente de perda (nota 17.2)	(746.043)	(853.475)
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros (nota 18.2)	(1.771.387)	(1.643.337)
Ajuste de risco para o risco não financeiro (nota 18.2)	110.739	1.924
Margem contratual de seguro (CSM) (nota 18.2)	914.605	787.938
Componente de recuperação de perda (nota 17.2)	10.963	16.113
Ativos e passivos de sinistros ocorridos (LIC) (nota 17.2)	3.911.934	3.798.123
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	3.815.554	3.764.615
Ajuste de risco para o risco não financeiro	96.380	33.508
Ativos e passivos de retrocessão	3.176.854	2.960.761
Circulante	946.103	642.950
Não circulante	2.230.751	2.317.811

17 Abertura dos saldos de contrato de resseguro e retrocessão

Resseguro

	Controladora e Consolidado					
	2024			2023		
	Passivos por cobertura remanescente (LRC)	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total	Passivos por cobertura remanescente (LRC)	Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda		Excluindo componente de perda	Componente de perda	
Rural	(166.101)	63.173	709.171	(199.240)	93.277	986.439
Aeronáuticos	(12.397)	5.846	972.740	(18.673)	1.582	791.158
Responsabilidades	38.551	(3.313)	902.834	73.928	(3.834)	872.841
Riscos financeiros	11.332	(7)	726.097	3.943	13	1.120.838
Vida	(366.269)	31.585	710.249	(195.664)	87.594	860.905
Marítimo	(80.415)	2.035	910.502	(71.142)	330	742.092
Automóvel	(2.997)	963	198.889	482	799	220.301
Patrimonial	351.009	6.133	4.091.502	287.007	3.998	3.537.327
Riscos especiais	58.887	4.807	631.995	71.636	9.659	445.207
Sucursal de Londres	-	-	109.448	-	-	88.118
Total	(168.400)	111.222	9.963.427	(47.723)	193.418	9.665.226

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Retrocessão

	Controladora e Consolidado							
	2024					2023		
	Ativos e passivos por cobertura remanescente (LRC)		Ativos por sinistros ocorridos (LIC)	Total	Ativos e passivos por cobertura remanescente (LRC)		Ativos por sinistros ocorridos (LIC)	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda			Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda		
Rural	(238.723)	4.277	41.966	(192.480)	(22.822)	6.673	91.423	75.274
Aeronáuticos	47.709	1.529	580.184	629.422	(158.481)	392	486.559	328.470
Responsabilidades	71.358	(1.715)	470.504	540.147	46.050	(1.983)	392.101	436.168
Riscos financeiros	(13.324)	(2)	133.108	119.782	(15.115)	3	533.298	518.186
Vida	43.894	1.333	100.223	145.450	(5.697)	3.590	93.977	91.870
Marítimo	(34.824)	594	389.684	355.454	(18.250)	83	340.840	322.673
Automóvel	(547)	68	8.098	7.619	(1.795)	36	9.259	7.500
Patrimonial	(332.732)	1.771	1.815.038	1.484.077	(299.535)	1.451	1.525.595	1.227.511
Riscos especiais	(81.395)	3.108	263.681	185.394	(231.095)	5.868	237.136	11.909
Sucursal de Londres	(207.459)	-	109.448	(98.011)	(146.735)	-	87.935	(58.800)
Total	(746.043)	10.963	3.911.934	3.176.854	(853.475)	16.113	3.798.123	2.960.761

A Companhia apresenta abaixo a reconciliação dos saldos de abertura e fechamento do ativo e passivo por cobertura remanescente (LRC) e ativo e do passivo por sinistros ocorridos (LIC), que excluem quaisquer ativos de fluxo de caixa de aquisição de resseguros e outros fluxos de caixa de pré-reconhecimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 Movimentação dos saldos de contratos de resseguro

	Controladora e consolidado							
	2024						2023	
	Passivos por cobertura remanescente (LRC)		Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total	Passivos por cobertura remanescente (LRC)		Passivos por sinistros ocorridos (LIC)	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de perda			Excluindo componente de perda	Componente de perda		
Saldo de abertura dos passivos	(47.723)	193.418	9.665.226	9.810.921	(833.075)	178.831	10.898.263	10.244.019
Saldo líquido de abertura	(47.723)	193.418	9.665.226	9.810.921	(833.075)	178.831	10.898.263	10.244.019
Receita de resseguro	(6.057.974)	-	-	(6.057.974)	(5.794.710)	-	-	(5.794.710)
Despesas de resseguro	282.607	(86.004)	3.894.093	4.090.696	209.185	33.179	4.129.057	4.371.421
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	-	-	2.312.651	2.312.651	-	-	2.169.431	2.169.431
Ajustes no passivo por sinistros incorridos	-	-	1.581.442	1.581.442	-	-	1.959.626	1.959.626
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	813	(86.004)	-	(85.191)	-	33.179	-	33.179
Amortização de fluxos de caixa de aquisições de resseguro	281.794	-	-	281.794	209.185	-	-	209.185
Resultado de resseguro	(5.775.367)	(86.004)	3.894.093	(1.967.278)	(5.585.525)	33.179	4.129.057	(1.423.289)
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros emitidos (nota 23,2)	(7.209)	(3.800)	69.106	58.097	(1.034)	(15.497)	667.619	651.088
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio (nota 23.2)	(44.409)	7.608	1.258.193	1.221.392	23.447	(3.095)	(385.977)	(365.625)
Total de variações na demonstração do resultado	(5.826.985)	(82.196)	5.221.392	(687.789)	(5.563.112)	14.587	4.410.699	(1.137.826)
Fluxos de caixa								
Prêmios recebidos	5.789.197	-	-	5.789.197	6.604.130	-	-	6.604.130
Sinistros pagos e outras despesas diretamente atribuíveis pagas	-	-	(4.923.191)	(4.923.191)	-	-	(5.643.736)	(5.643.736)
Fluxos de caixa para aquisições de resseguro	(192.889)	-	-	(192.889)	(255.666)	-	-	(255.666)
Total dos fluxos de caixa	5.596.308	-	(4.923.191)	673.117	6.348.464	-	(5.643.736)	704.728
Transferência para outras rubricas no balanço patrimonial	110.000	-	-	110.000	-	-	-	-
Saldo bruto de fechamento	(168.400)	111.222	9.963.427	9.906.249	(47.723)	193.418	9.665.226	9.810.921
Saldo líquido de fechamento	(168.400)	111.222	9.963.427	9.906.249	(47.723)	193.418	9.665.226	9.810.921

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 Movimentação dos saldos de contratos de retrocessão

	Controladora e consolidado							
	2024						2023	
	Ativos e passivos por cobertura remanescente (LRC)		Ativos para sinistros ocorridos (LIC)	Total	Ativos e passivos por cobertura remanescente (LRC)		Ativos para sinistros ocorridos (LIC)	Total
	Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda			Excluindo componente de perda	Componente de recuperação de perda		
Saldo de abertura dos ativos	(619.445)	12.419	3.591.220	2.984.194	(503.727)	20.832	3.828.208	3.345.313
Saldo de abertura dos passivos	(234.030)	3.694	206.903	(23.433)	(393.829)	1.804	248.507	(143.518)
Saldo líquido de abertura	(853.475)	16.113	3.798.123	2.960.761	(897.556)	22.636	4.076.715	3.201.795
Alocação de prêmios de retrocessão	(2.161.696)	-	-	(2.161.696)	(2.679.183)	-	-	(2.679.183)
Valores a recuperar junto à retrocessionárias	-	(7.273)	978.422	971.149	-	(6.358)	936.564	930.206
Recuperação de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	-	-	978.422	978.422	-	-	936.564	936.564
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	(7.273)	-	(7.273)	-	(6.358)	-	(6.358)
Despesas líquidas dos contratos de retrocessão	(2.161.696)	(7.273)	978.422	(1.190.547)	(2.679.183)	(6.358)	936.564	(1.748.977)
Resultado financeiro líquido dos contratos de retrocessão (nota 23.2)	(39.410)	-	(32.296)	(71.706)	25.681	-	159.635	185.316
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio (nota 23.2)	(52.840)	2.123	489.510	438.793	19.495	(165)	(154.360)	(135.030)
Total de variações na demonstração do resultado	(2.253.946)	(5.150)	1.435.636	(823.460)	(2.634.007)	(6.523)	941.839	(1.698.691)
Fluxos de caixa								
Prêmios pagos	2.361.378	-	-	2.361.378	2.678.088	-	-	2.678.088
Valores recebidos	-	-	(1.321.825)	(1.321.825)	-	-	(1.220.431)	(1.220.431)
Total dos fluxos de caixa	2.361.378	-	(1.321.825)	1.039.553	2.678.088	-	(1.220.431)	1.457.657
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	(452.971)	13.507	3.909.833	3.470.369	(619.445)	12.419	3.591.220	2.984.194
Saldo de fechamento dos passivos	(293.072)	(2.544)	2.101	(293.515)	(234.030)	3.694	206.903	(23.433)
Saldo líquido de fechamento	(746.043)	10.963	3.911.934	3.176.854	(853.475)	16.113	3.798.123	2.960.761

18 Componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros e retrocessão

Resseguro

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Rural	532.088	44.887	29.268	606.243	842.332	15.958	22.186	880.476
Aeronáuticos	943.193	22.722	274	966.189	771.416	1.806	845	774.067
Responsabilidades	861.041	18.186	58.845	938.072	852.668	3.877	86.390	942.935
Riscos financeiros	597.867	18.254	121.301	737.422	973.959	2.644	148.191	1.124.794
Vida	242.633	62.763	70.169	375.565	454.215	11.536	287.084	752.835
Marítimo	724.418	61.664	46.040	832.122	586.598	10.356	74.326	671.280
Automóvel	173.580	10.782	12.493	196.855	205.303	1.090	15.189	221.582
Patrimonial	3.440.672	235.318	772.654	4.448.644	3.224.706	25.217	578.409	3.828.332
Riscos especiais	245.848	58.872	390.969	695.689	58.151	17.645	450.706	526.502
Sucursal de Londres	109.448	-	-	109.448	88.118	-	-	88.118
Total	7.870.788	533.448	1.502.013	9.906.249	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921

Retrocessão

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Rural	(214.406)	3.065	18.861	(192.480)	30.626	1.371	43.639	75.636
Aeronáuticos	605.933	12.747	10.742	629.422	321.494	596	6.381	328.471
Responsabilidades	499.614	7.401	33.132	540.147	380.582	2.712	52.874	436.168
Riscos financeiros	75.527	4.025	40.230	119.782	495.809	415	21.962	518.186
Vida	75.539	9.198	60.713	145.450	41.529	1.637	48.702	91.868
Marítimo	287.943	23.035	44.476	355.454	275.804	4.603	42.267	322.674
Automóvel	7.288	249	82	7.619	7.429	16	55	7.500
Patrimonial	1.008.516	105.716	369.845	1.484.077	970.845	11.181	245.122	1.227.148
Riscos especiais	(192.813)	41.683	336.524	185.394	(327.927)	12.901	326.936	11.910
Sucursal de Londres	(98.011)	-	-	(98.011)	(58.800)	-	-	(58.800)
Total	2.055.130	207.119	914.605	3.176.854	2.137.391	35.432	787.938	2.960.761

A Companhia apresenta abaixo os valores dos componentes de mensuração dos saldos de contratos de resseguro, composto pelo valor presente de fluxo de caixa, ajuste de risco e margem contratual de seguro (CSM).

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de resseguros

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos passivos	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921	8.464.897	115.189	1.663.933	10.244.019
Saldo líquido de abertura	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921	8.464.897	115.189	1.663.933	10.244.019
Variação relacionada à cobertura de resseguro corrente	(309.426)	(171.731)	(2.875.877)	(3.357.034)	(416.579)	(25.319)	(2.967.174)	(3.409.072)
CSM reconhecida para serviços prestados	-	-	(2.875.877)	(2.875.877)	-	-	(2.967.174)	(2.967.174)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(171.731)	-	(171.731)	-	(25.319)	-	(25.319)
Ajustes pela experiência	(309.426)	-	-	(309.426)	(416.579)	-	-	(416.579)
Variação relacionada à cobertura de resseguro futura	(2.832.471)	403.331	2.347.454	(81.686)	(2.835.038)	8.191	2.860.026	33.179
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(1.147.128)	225.852	921.276	-	(1.326.211)	(11.136)	1.337.347	-
Variação das estimativas que resultam em perdas (reversões) em contratos onerosos e demais perdas	(150.160)	(3.136)	-	(153.296)	(27.979)	(2.871)	-	(30.850)
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício (nota 19.1)	(1.535.183)	180.615	1.426.178	71.610	(1.480.848)	22.198	1.522.679	64.029
Variação relacionada à cobertura de resseguro passada	1.299.979	171.463	-	1.471.442	1.965.775	(13.171)	-	1.952.604
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos	1.409.979	171.463	-	1.581.442	1.965.775	(13.171)	-	1.952.604
Ajustes de serviços passados	(110.000)	-	-	(110.000)	-	-	-	-
Resultado de resseguro	(1.841.918)	403.063	(528.423)	(1.967.278)	(1.285.842)	(30.299)	(107.148)	(1.423.289)
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros emitidos (nota 23.2)	(101.170)	(2.143)	161.410	58.097	481.353	8.710	161.025	651.088
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio (nota 23.2)	973.293	42.399	205.700	1.221.392	(307.670)	(3.471)	(54.484)	(365.625)
Total de variações na demonstração do resultado	(969.795)	443.319	(161.313)	(687.789)	(1.112.159)	(25.060)	(607)	(1.137.826)
Fluxos de caixa	673.117	-	-	673.117	704.728	-	-	704.728
Transferência para outras rubricas no balanço patrimonial	110.000	-	-	110.000	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos passivos	7.760.788	533.448	1.502.013	9.796.249	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921
Saldo líquido de fechamento	7.870.788	533.448	1.502.013	9.906.249	8.057.466	90.129	1.663.326	9.810.921

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1.1 Abertura por contrato

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Grupos de contratos na data de transição				Grupos de contratos na data de transição			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos passivos	6.295.897	51.350	430.794	6.778.041	8.378.598	76.836	588.882	9.044.316
Saldo líquido de abertura	6.295.897	51.350	430.794	6.778.041	8.378.598	76.836	588.882	9.044.316
Variação relacionada à cobertura de resseguro corrente	(157.228)	(18.144)	(694.054)	(869.426)	10.234	(8.966)	(817.355)	(816.087)
CSM reconhecida para serviços prestados	-	-	(694.054)	(694.054)	-	-	(817.355)	(817.355)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(18.144)	-	(18.144)	-	(8.966)	-	(8.966)
Ajustes pela experiência	(157.228)	-	-	(157.228)	10.234	-	-	10.234
Variação relacionada à cobertura de resseguro futura	(468.652)	30.597	356.708	(81.347)	(638.473)	(1.064)	640.105	568
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(382.275)	25.567	356.708	-	(639.997)	(108)	640.105	-
Variação das estimativas que resultam em baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos e demais perdas	(86.377)	5.030	-	(81.347)	1.524	(956)	-	568
Variação relacionada à cobertura de resseguro passada	579.468	86.163	-	665.631	1.128.801	(17.304)	-	1.111.497
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos	689.468	86.163	-	775.631	1.128.801	(17.304)	-	1.111.497
Ajustes de serviços passados	(110.000)	-	-	(110.000)	-	-	-	-
Resultado de resseguro	(46.412)	98.616	(337.346)	(285.142)	500.562	(27.334)	(177.250)	295.978
Despesas (receitas) financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos	(153.179)	(5.819)	23.817	(135.181)	422.461	4.248	35.743	462.452
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	689.274	14.550	25.050	728.874	(271.410)	(2.400)	(16.581)	(290.391)
Total de variações na demonstração do resultado	489.683	107.347	(288.479)	308.551	651.613	(25.486)	(158.088)	468.039
Fluxos de caixa	(1.903.654)	-	-	(1.903.654)	(2.734.314)	-	-	(2.734.314)
Transferência para outras rubricas no balanço patrimonial	110.000	-	-	110.000	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos passivos	4.881.926	158.697	142.315	5.182.938	6.295.897	51.350	430.794	6.778.041
Saldo líquido de fechamento	4.991.926	158.697	142.315	5.292.938	6.295.897	51.350	430.794	6.778.041

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.1.1 Abertura por contrato

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Demais grupos de contratos				Demais grupos de contratos			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos passivos	1.761.569	38.779	1.232.532	3.032.880	86.299	38.353	1.075.051	1.199.703
Saldo líquido de abertura	1.761.569	38.779	1.232.532	3.032.880	86.299	38.353	1.075.051	1.199.703
Variação relacionada à cobertura de resseguro corrente	(152.198)	(153.587)	(2.181.823)	(2.487.608)	(426.813)	(16.353)	(2.149.819)	(2.592.985)
CSM reconhecida para serviços prestados	-	-	(2.181.823)	(2.181.823)	-	-	(2.149.819)	(2.149.819)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(153.587)	-	(153.587)	-	(16.353)	-	(16.353)
Ajustes pela experiência	(152.198)	-	-	(152.198)	(426.813)	-	-	(426.813)
Variação relacionada à cobertura de resseguro futura	(2.363.819)	372.734	1.990.746	(339)	(2.196.565)	9.255	2.219.921	32.611
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(764.853)	200.285	564.568	-	(686.214)	(11.028)	697.242	-
Variação das estimativas que resultam em baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos e demais perdas	(63.783)	(8.166)	-	(71.949)	(29.503)	(1.915)	-	(31.418)
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício (nota 19.1)	(1.535.183)	180.615	1.426.178	71.610	(1.480.848)	22.198	1.522.679	64.029
Variação relacionada à cobertura de resseguro passada	720.511	85.300	-	805.811	836.974	4.133	-	841.107
Ajustes no passivo por sinistros ocorridos	720.511	85.300	-	805.811	836.974	4.133	-	841.107
Resultado de resseguro	(1.795.506)	304.447	(191.077)	(1.682.136)	(1.786.404)	(2.965)	70.102	(1.719.267)
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguros emitidos	52.009	3.676	137.593	193.278	58.892	4.462	125.282	188.636
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	284.019	27.849	180.650	492.518	(36.260)	(1.071)	(37.903)	(75.234)
Total de variações na demonstração do resultado	(1.459.478)	335.972	127.166	(996.340)	(1.763.772)	426	157.481	(1.605.865)
Fluxos de caixa	2.576.771	-	-	2.576.771	3.439.042	-	-	3.439.042
Saldo de fechamento dos passivos	2.878.862	374.751	1.359.698	4.613.311	1.761.569	38.779	1.232.532	3.032.880
Saldo líquido de fechamento	2.878.862	374.751	1.359.698	4.613.311	1.761.569	38.779	1.232.532	3.032.880

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2 Reconciliação dos componentes de mensuração dos saldos dos contratos de retrocessão

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	2.495.146	24.339	464.709	2.984.194	2.694.472	23.125	627.716	3.345.313
Saldo de abertura dos passivos	(357.755)	11.093	323.229	(23.433)	(478.281)	10.684	324.079	(143.518)
Saldo líquido de abertura	2.137.391	35.432	787.938	2.960.761	2.216.191	33.809	951.795	3.201.795
Variação relacionada à cobertura corrente	242.066	(123.656)	(1.523.567)	(1.405.157)	394.935	241	(1.776.796)	(1.381.620)
CSM reconhecida pelos serviços recebidos	-	-	(1.512.671)	(1.512.671)	-	-	(1.757.593)	(1.757.593)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(123.656)	-	(123.656)	-	241	-	241
Ajustes pela experiência	241.258	-	-	241.258	393.871	-	-	393.871
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	(2.527)	(2.527)	-	-	(19.203)	(19.203)
Mudança nas estimativas que não ajustam a CSM	808	-	(8.369)	(7.561)	1.064	-	-	1.064
Variação relacionada à cobertura futura	(1.670.706)	193.201	1.481.125	3.620	(1.591.108)	2.551	1.601.242	12.685
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(357.200)	89.510	267.690	-	(536.051)	203	535.848	-
Variação das estimativas relacionadas a perdas e a reversões de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	3.620	3.620	-	-	12.685	12.685
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício (nota 19.2)	(1.313.506)	103.691	1.209.815	-	(1.055.057)	2.348	1.052.709	-
Variação relacionada à cobertura passada	122.512	88.478	-	210.990	(378.401)	(1.641)	-	(380.042)
Ajustes ao ativo por sinistros incorridos	122.512	88.478	-	210.990	(378.401)	(1.641)	-	(380.042)
Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras	(1.306.128)	158.023	(42.442)	(1.190.547)	(1.574.574)	1.151	(175.554)	(1.748.977)
Resultado financeiro líquido com retrocessão (nota 23.2)	(129.274)	(1.738)	59.306	(71.706)	141.374	2.141	41.801	185.316
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio (nota 23.2)	313.588	15.402	109.803	438.793	(103.257)	(1.669)	(30.104)	(135.030)
Total de variações na demonstração do resultado	(1.121.814)	171.687	126.667	(823.460)	(1.536.457)	1.623	(163.857)	(1.698.691)
Fluxos de caixa	1.039.553	-	-	1.039.553	1.457.657	-	-	1.457.657
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	2.347.918	207.104	915.347	3.470.369	2.495.146	24.339	464.709	2.984.194
Saldo de fechamento dos passivos	(292.788)	15	(742)	(293.515)	(357.755)	11.093	323.229	(23.433)
Saldo líquido de fechamento	2.055.130	207.119	914.605	3.176.854	2.137.391	35.432	787.938	2.960.761

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2.1 Abertura por contrato

	Controladora e Consolidado							
	2024				2023			
	Grupos de contratos na data de transição				Grupos de contratos na data de transição			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	2.469.891	13.291	32.996	2.516.178	2.736.028	18.172	89.784	2.843.984
Saldo de abertura dos passivos	78.235	8.353	14.042	100.630	165.627	9.755	22.458	197.840
Saldo líquido de abertura	2.548.126	21.644	47.038	2.616.808	2.901.655	27.927	112.242	3.041.824
Variação relacionada à cobertura corrente	(3.188)	(19.846)	(27.705)	(50.739)	275.882	(2.714)	(215.506)	57.662
CSM reconhecida pelos serviços recebidos	-	-	(19.336)	(19.336)	-	-	(196.821)	(196.821)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(19.846)	-	(19.846)	-	(2.714)	-	(2.714)
Ajustes pela experiência	(3.996)	-	-	(3.996)	274.818	-	-	274.818
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	-	-	-	-	(18.685)	(18.685)
Mudança nas estimativas que não ajustam a CSM	808	-	(8.369)	(7.561)	1.064	-	-	1.064
Variação relacionada à cobertura futura	(2.644)	2.725	(3.063)	(2.982)	(133.660)	(37)	145.664	11.967
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(2.644)	2.725	(81)	-	(133.660)	(37)	133.697	-
Variação das estimativas relacionadas a baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	(2.982)	(2.982)	-	-	11.967	11.967
Variação relacionada à cobertura passada	(30.885)	38.884	-	7.999	72.636	(3.932)	-	68.704
Ajustes ao ativo por sinistros ocorridos	(30.885)	38.884	-	7.999	72.636	(3.932)	-	68.704
Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras	(36.717)	21.763	(30.768)	(45.722)	214.858	(6.683)	(69.842)	138.333
Resultado financeiro líquido com retrocessão	(132.933)	(2.751)	1.903	(133.781)	158.558	1.393	6.827	166.778
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	292.732	4.668	2.300	299.700	(109.307)	(993)	(2.189)	(112.489)
Total de variações na demonstração do resultado	123.082	23.680	(26.565)	120.197	264.109	(6.283)	(65.204)	192.622
Fluxos de caixa	(697.171)	-	-	(697.171)	(617.638)	-	-	(617.638)
Saldo bruto de fechamento								
Saldo de fechamento dos ativos	1.972.176	45.309	23.157	2.040.642	2.469.891	13.291	32.996	2.516.178
Saldo de fechamento dos passivos	1.861	15	(2.684)	(808)	78.235	8.353	14.042	100.630
Saldo líquido de fechamento	1.974.037	45.324	20.473	2.039.834	2.548.126	21.644	47.038	2.616.808

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2.1 Abertura por contrato

	2024				2023			
	Demais grupos de contratos				Demais grupos de contratos			
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajuste de risco para o risco não financeiro	Margem contratual de seguro (CSM)	Total
Saldo de abertura dos ativos	25.255	11.048	431.713	468.016	(41.556)	4.953	537.932	501.329
Saldo de abertura dos passivos	(435.990)	2.740	309.187	(124.063)	(643.908)	929	301.621	(341.358)
Saldo líquido de abertura	(410.735)	13.788	740.900	343.953	(685.464)	5.882	839.553	159.971
Variação relacionada à cobertura corrente	245.254	(103.810)	(1.495.862)	(1.354.418)	119.053	2.955	(1.561.290)	(1.439.282)
CSM reconhecida pelos serviços recebidos	-	-	(1.493.335)	(1.493.335)	-	-	(1.560.772)	(1.560.772)
Variação do ajuste de risco para risco não financeiro para risco vencido	-	(103.810)	-	(103.810)	-	2.955	-	2.955
Ajustes pela experiência	245.254	-	-	245.254	119.053	-	-	119.053
Recuperações e reversões de recuperações de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	(2.527)	(2.527)	-	-	(518)	(518)
Variação relacionada à cobertura futura	(1.668.062)	190.476	1.484.188	6.602	(1.457.448)	2.588	1.455.578	718
Variação das estimativas que ajustam a CSM	(354.556)	86.785	267.771	-	(402.391)	240	402.151	-
Variação das estimativas relacionadas a baixas (reversões) de perdas em contratos onerosos subjacentes	-	-	6.602	6.602	-	-	718	718
Contratos reconhecidos inicialmente no exercício (nota 19.2)	(1.313.506)	103.691	1.209.815	-	(1.055.057)	2.348	1.052.709	-
Variação relacionada à cobertura passada	153.397	49.594	-	202.991	(451.037)	2.291	-	(448.746)
Ajustes ao ativo por sinistros ocorridos	153.397	49.594	-	202.991	(451.037)	2.291	-	(448.746)
Efeito da variação no risco de não desempenho das resseguradoras	(1.269.411)	136.260	(11.674)	(1.144.825)	(1.789.432)	7.834	(105.712)	(1.887.310)
Resultado financeiro líquido com retrocessão	3.659	1.013	57.403	62.075	(17.184)	748	34.974	18.538
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	20.856	10.734	107.503	139.093	6.050	(676)	(27.915)	(22.541)
Total de variações na demonstração do resultado	(1.244.896)	148.007	153.232	(943.657)	(1.800.566)	7.906	(98.653)	(1.891.313)
Fluxos de caixa	1.736.724	-	-	1.736.724	2.075.295	-	-	2.075.295
Saldo bruto de fechamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de fechamento dos ativos	375.742	161.795	892.190	1.429.727	25.255	11.048	431.713	468.016
Saldo de fechamento dos passivos	(294.649)	-	1.942	(292.707)	(435.990)	2.740	309.187	(124.063)
Saldo líquido de fechamento	81.093	161.795	894.132	1.137.020	(410.735)	13.788	740.900	343.953

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.3 Expectativa de reconhecimento da CSM no tempo

Controladora e Consolidado						
2024						
Contratos de resseguro emitidos			Contratos de retrocessão			
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Até 2 anos	1.119.509	316.373	1.435.882	816.896	63.627	880.523
De 2 a 5 anos	51.178	10.122	61.300	30.669	-	30.669
De 5 a 10 anos	4.714	5	4.719	3.413	-	3.413
Acima de 10 anos	112	-	112	-	-	-
Total	1.175.513	326.500	1.502.013	850.978	63.627	914.605

Controladora e Consolidado						
2023						
Contratos de resseguro emitidos			Contratos de retrocessão			
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Até 2 anos	1.245.620	348.239	1.593.859	700.858	63.290	764.148
De 2 a 5 anos	50.312	8.186	58.498	16.183	-	16.183
De 5 a 10 anos	10.637	20	10.657	7.607	-	7.607
Acima de 10 anos	312	-	312	-	-	-
Total	1.306.881	356.445	1.663.326	724.648	63.290	787.938

19 Efeitos no balanço patrimonial de contratos inicialmente reconhecidos no exercício

19.1 Contratos de resseguro

Controladora e Consolidado						
2024						
	Contratos rentáveis emitidos	Contratos onerosos emitidos	Total	Contratos rentáveis emitidos	Contratos onerosos emitidos	Total
Fluxos de caixa para aquisição de resseguro	171.054	6.949	178.003	157.876	92	157.968
Estimativas do valor presente das saídas (entradas) de caixa	(1.766.661)	53.475	(1.713.186)	(1.701.851)	63.036	(1.638.815)
Ajuste de risco pelo risco não financeiro	169.429	11.186	180.615	21.296	901	22.197
Margem contratual de seguro (CSM)	1.426.178	-	1.426.178	1.522.679	-	1.522.679
Perdas no reconhecimento inicial	-	71.610	71.610	-	64.029	64.029

19.2 Contratos de retrocessão

Controladora e Consolidado		
2024		
	Contratos iniciados sem componente de recuperação de perda	Contratos iniciados sem componente de recuperação de perda
Estimativas do valor presente das entradas (saídas) de caixa	(1.313.501)	(1.055.056)
Ajuste de risco pelo risco não financeiro	103.691	2.347
Margem contratual de seguro (CSM)	1.209.810	1.052.709
Ganhos no reconhecimento inicial	-	-

20 Partes relacionadas

Considerando que a Companhia é uma *Corporation*, com controle pulverizado, foram definidas como partes relacionadas: suas controladas, a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB e o pessoal chave da administração.

As principais transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir:

		Controladora				Consolidado			
		2024		2023		2024		2023	
		A receber	A pagar	A receber	A pagar	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Planos de pensão	(i)	145.952	114.902	169.271	122.620	145.952	114.902	169.271	122.620
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(ii)	-	48.608	-	46.247	-	48.608	-	46.247
Valor a receber/pagar de controlada	(iii)	178	4.326	39	4.820	-	-	-	-

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
		Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Planos de pensão	(i)				
Despesa		(12.234)	(12.616)	(12.234)	(12.616)
Receita		25.142	46.240	25.142	46.240
Outros resultados abrangentes		(28.507)	30.535	(28.507)	30.535
		(15.599)	64.159	(15.599)	64.159
Empréstimos e financiamentos - Debêntures	(ii)	(5.433)	(1.164)	(5.433)	(1.164)
Resultado com controlada	(iii)	(50.044)	(56.966)	-	-
IRB Asset Management		(50.113)	(56.966)	-	-
Andrina SSPE		69	-	-	-

(i) Referem-se a valores a receber e a pagar com a PREVIRB, referente aos planos de benefício pós emprego, nos quais a Companhia é patrocinadora.

(ii) Referem-se a valores a pagar a debenturistas que são parte relacionadas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, representado pela PREVIRB.

(iii) Valores correspondem ao compartilhamento de despesas e valores a pagar a controlada pelos serviços de gestão de ativos.

20.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitês da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	Contas a pagar		Resultado		Contas a pagar		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Benefícios de curto prazo	11.401	9.763	41.320	44.198	13.054	10.940	46.695	44.198
Benefícios de longo prazo	1.343	-	-	-	1.598	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	1.452	2.543	-	-	1.619	2.543
	12.744	9.763	42.772	46.741	14.652	10.940	48.314	46.741

21 Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

Controladora e Consolidado			
2024			
	Depósitos judiciais e fiscais	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais	48.136	-	110.776
PIS	2.366	-	2.366
COFINS	16.604	-	16.604
IRPJ e CSLL	26.270	-	88.862
ISS	1.667	-	-
FGTS	1.229	-	2.944
Previdenciárias	66.754	-	450
INSS	66.754	-	450
Trabalhistas e Cíveis	70.832	56.134	-
Ações Trabalhistas	27.005	51.338	-
Ações Cíveis	43.827	4.796	-
	185.722	56.134	111.226

Controladora e Consolidado			
2023			
	Depósitos judiciais e fiscais	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais	44.329	-	18.060
ILL	18.060	-	18.060
Contribuição social	9.144	-	-
Imposto de renda	15.569	-	-
ISS	1.556	-	-
Previdenciárias	65.212	-	442
INSS	63.990	-	-
FGTS	1.222	-	442
Trabalhistas e cíveis	75.456	57.479	-
Ações trabalhistas	25.710	53.445	-
Ações cíveis	49.746	4.034	-
	184.997	57.479	18.502

21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionamento:

Controladora e Consolidado				
2024				
	Quantidade	Valor em risco	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscais				
Provável	8	48.185	-	48.185
Possível	7	133.484	-	-
	15	181.669	-	48.185
Previdenciárias				
Provável	1	450	-	450
Possível	7	67.267	-	-
	8	67.717	-	450
Trabalhistas e Cíveis				
Provável	28	56.134	56.134	-
Possível	128	169.270	-	-
Remota	10	281.256	-	-
	166	506.660	56.134	48.635

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado				
2023				
	Quantidade	Valor em risco	Contingências cíveis e trabalhistas	Obrigações fiscais
Fiscal				
Provável	1	18.060	-	18.060
Possível	10	336.005	-	-
	12	354.064	-	18.060
Previdenciário				
Provável	2	442	-	442
Possível	12	71.700	-	-
	14	72.142	-	442
Trabalhista e cível				
Provável	46	57.479	57.479	-
Possível	153	194.562	-	-
Remota	9	271.611	-	-
	208	523.653	57.479	18.502

Além das provisões relativas às ações acima mencionadas, a Companhia possui provisões relativas a processos administrativos judiciais no montante de R\$64.163 (R\$137 em 31 de dezembro de 2023).

Apenas os processos com probabilidade de perda provável são passíveis de provisionamento, portanto as discussões com probabilidade de perda possível e remota não são provisionadas, uma vez que não há expectativa de condenação da Companhia nestes casos.

Para as causas de risco possível, a norma contábil requer que potenciais perdas sejam divulgadas em notas explicativas. Para as contingências trabalhistas são consideradas as expectativas de desembolso em função de acordos.

21.2 Movimentação das obrigações legais e contencioso

Controladora e Consolidado					
	2023	Adições	Atualizações monetárias	Reversão / Pagamento	2024
Fiscais	18.502	26.509	3.741	(567)	48.185
PIS	2.253	-	113	-	2.366
COFINS	15.807	-	797	-	16.604
IRPJ e CSLL	-	25.030	1.241	-	26.271
FGTS	442	1.479	1.590	(567)	2.944
Previdenciárias	-	286	164	-	450
INSS	-	286	164	-	450
Trabalhistas e Cíveis	57.479	11.132	11.312	(23.789)	56.134
Ações trabalhistas (21.4)	53.445	11.107	10.571	(23.785)	51.338
Ações cíveis	4.034	25	741	(4)	4.796
Saldo final do exercício	75.981	37.927	15.217	(24.356)	104.769

Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Adições	Atualizações monetárias	Reversão / Pagamento	2023
Fiscais	17.282	-	1.220	-	18.502
FGTS	409	-	33	-	442
ILL	16.873	-	1.187	-	18.060
Trabalhistas e cíveis	65.460	12.065	10.766	(30.812)	57.479
Ações trabalhistas (nota 21.4)	54.783	3.821	10.176	(15.335)	53.445
Cíveis	10.677	8.244	590	(15.477)	4.034
Saldo final do exercício	82.742	12.065	11.986	(30.812)	75.981

21.3 Ações fiscais

21.3.1 INSS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1989 e 1999, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia recorreu administrativamente, e sem sucesso impetrou, em 1999, Mandado de Segurança ("MS"), no qual o montante questionado e atualizado é de R\$66.305 (R\$67.488 em 31 de dezembro de 2023) relativos aos autos lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras. Os valores questionados encontram-se integralmente depositados judicialmente no montante atualizado de R\$66.305 (R\$63.990 em 31 de dezembro de 2023).

Não obstante o julgamento do RE nº 599.309 (Leading Case), no sentido da constitucionalidade da contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas, entendemos que tal decisão não se aplica ao caso específico da Companhia. A Companhia defende como tese principal o fato de que o IRB Re, no período de janeiro/1993 a setembro/1998, não era equiparável às empresas de seguros privados, uma vez que, naquele período a Companhia era um Instituto, com personalidade jurídica própria e tendo, como funções principais, regular e fiscalizar o mercado de resseguro brasileiro, não estando, portanto, sujeita às regras da SUSEP.

Sendo assim, tendo em vista não ter sido apreciada, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e nem pelas instâncias inferiores, a referida tese específica da Companhia nos autos do Mandado de Segurança nº 0023782-04.1999.4.02.5101, o IRB Re ajuizou Ação Rescisória nº 0002271-86.2020.4.02.0000 em novembro de 2020.

Ressalta-se, por fim, que a Companhia apresentou pedido liminar nos autos da referida ação rescisória, visando a suspensão do processo de conversão do depósito judicial em renda para a União Federal nos autos do Mandado de Segurança original. Neste sentido, a Companhia, por meio do escritório externo responsável, vem envidando todos os esforços no sentido de obter, o quanto antes, o julgamento do referido pedido liminar.

A Companhia, juntamente com o escritório externo responsável, classifica como possível a estimativa de perda da referida ação rescisória ajuizada, visando (i) o julgamento do referido pedido liminar acerca do depósito judicial já realizado, bem como (ii) a análise da tese específica do IRB Re de não ser equiparável às empresas de seguros privados no referido período de janeiro/1993 a setembro/1998.

21.3.2 - FINSOCIAL

Trata-se de Ação Declaratória cumulada com Anulatória ajuizada em julho de 2016, pelo IRB Re, em face da decisão administrativa que denegou a restituição, pleiteada pela Companhia, de créditos fiscais de FINSOCIAL, no valor histórico de R\$56.107, tendo como base a autorização contida no artigo 169 do Código Tributário Nacional - CTN.

Com o encerramento da discussão acerca dos créditos fiscais de FINSOCIAL na via administrativa, de forma desfavorável à Companhia, o débito de IRPJ, relativo ao 2º trimestre de 2002, objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, o qual seria quitado por meio de compensação com os créditos objeto do pedido de restituição, teve sua exigibilidade reativada.

Diante deste cenário, para que seja reconhecido o crédito pleiteado pelo IRB Re e, por conseguinte, quitado o débito objeto do Processo Administrativo nº 19740.00013/2007-28, foi ajuizada a referida medida judicial em face da decisão administrativa que denegou a restituição pleiteada pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 10 de abril de 2023, houve o julgamento do processo em referência com prolação de sentença favorável aos interesses da Companhia.

Em 14 de maio de 2023, a União Federal interpôs recurso de apelação visando reformar a sentença proferida.

Após contrarrazões apresentadas pelo IRB Re, foi realizado, em 14 de setembro de 2023, novo pedido de substituição do depósito judicial por seguro garantia, tendo em vista a sentença favorável à Companhia proferida na presente ação.

Em 27 de setembro de 2023, foi proferida a decisão favorável ao IRB Re, deferindo a substituição do valor integral do referido depósito judicial pela apólice do seguro garantia, retornando os referidos recursos ao caixa da Companhia.

Em 12 de abril de 2024, foi proferido o acórdão, no qual a 3ª Turma Especializada negou provimento às apelações das partes e à remessa necessária.

Atualmente, o processo se encontra em fase recursal nas instâncias superiores.

O Jurídico da Companhia e o escritório externo que patrocina a referida ação estimam como remotas as chances de perda no âmbito da referida medida judicial. Isto porque, diferentemente do que restou decidido na esfera administrativa, o Plenário do STF julgou, sob o regime da repercussão geral, o RE nº 566.621, para definir o entendimento de que nas restituições pleiteadas anteriormente à vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que é o caso do pedido em questão, deve ser aplicado o prazo decadencial dos 10 anos (Tese dos 5 + 5).

21.3.3 – Processo Administrativo Fiscal – Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base)

Trata-se de Declaração de Compensação (“DCOMP”) de crédito original de R\$437.783 (COFINS) e de R\$77.876 (PIS), sendo R\$86.525 (R\$81.998 em 31 de dezembro de 2023) ainda a compensar, decorrente de decisão judicial transitada em julgado em 29.10.2013 nos autos da Ação Ordinária nº 0010496-12.2006.4.02.5101, a qual possuía como objetivo a declaração de inexistência de relação jurídica que obrigasse o recolhimento de Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), na forma prevista no art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98 (Alargamento da Base de Cálculo).

Em junho de 2019, foi publicado acórdão que decidiu pela diligência para apuração de documentação acerca do referido pedido de crédito. Em setembro de 2020, o processo foi remetido ao setor de Triagem da Delegacia de Maiores Contribuintes (DEMAC).

Atualmente, entendemos que são possíveis as chances de êxito quanto à procedência do referido crédito, tendo em vista a decisão judicial favorável à Companhia já transitada em julgado.

21.3.4 Ação Anulatória nº 0002281-76.2008.4.02.5101 – Créditos Fiscais de PIS/PASEP:

Trata-se de Ação Anulatória da decisão administrativa definitiva proferida nos autos do PAF nº 10768.011679/2001-33, ajuizada em 22 de fevereiro de 2008, na parte em que denegou o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos a título de Contribuição ao PIS, com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, no período de outubro/1991 a dezembro/1995, com o consequente reconhecimento do direito de crédito do IRB Re em decorrência dos recolhimentos indevidamente efetuados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Foi publicado em 04 de setembro de 2020, o acórdão, por meio do qual a 2ª Turma do STJ, por unanimidade, deu provimento ao agravo interno do IRB Re, para conhecer e prover o seu recurso especial, visando afastar a prescrição dos 10 anos anteriores ao protocolo do pedido administrativo, garantindo a restituição à Companhia dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/PASEP por todo período acima referendado.

Ocorre que o referido acórdão transitou em julgado, em 29 de outubro de 2020, e após os autos terem retornado à origem, foi disponibilizada decisão certificando o trânsito em julgado e determinando que o IRB Re se manifestasse a respeito da execução do julgado.

Em 30 de outubro de 2020, os autos foram remetidos ao STF em grau de recurso, sendo autuados sob o nº ARE 1297479. Considerando que houve equívoco na remessa dos autos ao STF, foi determinada a baixa à origem. Em 13 de janeiro de 2021, os autos foram recebidos na 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Em 09 de abril de 2021, foi apresentada execução do julgado pelo IRB Re, pleiteando o valor de aproximadamente R\$308.000.

Em 13 de agosto de 2021, a União Federal apresentou Impugnação, indicando o valor do indébito de R\$215.788 que entende por devido, atualizado até março/2021. Em relação à quantia de R\$92.894, correspondente à diferença entre o valor reconhecido como incontroverso e o montante requerido pelo IRB Re, a União Federal alegou excesso de execução, sem, entretanto, apresentar quaisquer cálculos que embasassem a sua manifestação.

Já em 14 de novembro de 2021, em que pese as manifestações anteriores, a União Federal juntou cálculos confirmando a impugnação parcial da execução de julgado apresentada pelo IRB Re apenas no que tange à parte do montante do indébito tributário, reconhecendo expressamente como devido à Companhia o valor de R\$261.034, também atualizado até março/2021.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão verificando “que se operou a preclusão com relação à eventual impedimento da restituição do PIS/PASEP recolhido neste período, pois não foi suscitado no momento oportuno”.

Em 01 de abril de 2022, o Contador Judicial apresentou novos cálculos, desta vez reconhecendo como devido ao IRB Re o valor de R\$266.433, atualizado até março de 2021.

Em 06 de outubro de 2022, a Contadoria Judicial apresentou nova manifestação, retificando os seus cálculos anteriores para indicar um novo valor incontroverso no montante de R\$278.482, atualizado para março/2021.

Em 13 de outubro de 2022, a 4ª Turma Especializada do TRF2 decidiu, por unanimidade, dar provimento ao Agravo de Instrumento nº 5017147-24.2021.4.02.0000, deferindo o direito da Companhia à expedição do precatório com relação ao valor incontroverso dos referidos créditos fiscais.

Em dezembro de 2022, foi proferida decisão reconhecendo a concordância das partes e determinando o prosseguimento das providências para expedição do precatório, em favor da Companhia, no valor incontroverso de aproximadamente R\$261.000 (atualizado para março/2021), o qual foi expedido em 17 de janeiro de 2023.

Em 23 de fevereiro de 2023, a Companhia apresentou pedido de expedição de novo precatório em detrimento do saldo remanescente do valor incontroverso, no montante aproximado de R\$20.000. Deste pedido, a União Federal foi intimada a se manifestar tanto sobre esta solicitação, bem como acerca da manifestação da Companhia sobre os novos cálculos apresentados pela Contadoria.

Assim, a Fazenda se manifestou, em 30 de maio de 2023, requerendo o bloqueio do precatório já expedido, o indeferimento do pedido da expedição de novo precatório do saldo remanescente e, por fim,

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a concessão de dilação de prazo para que possa realizar diligências administrativas a fim de confirmar o valor dos recolhimentos realizados pela Companhia.

Destarte, foi proferida decisão indeferindo o bloqueio requerido pela União Federal e intimando a acostar nos autos a documentação que alegou necessária para a confirmação do recolhimento dos DARFs. Além disso, foi deferida a realização de perícia contábil, tendo, para tanto, intimado as partes a apresentarem quesitos e assistente técnico.

Em 07 de julho de 2023, foi apresentada petição com quesitos e indicação de assistente técnico pela Companhia.

Após, foi realizado o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 3ª (terceira) emissão, no valor aproximado de R\$92 milhões, pagos pela Companhia aos debenturistas, em 15 de abril de 2024, culminando no cancelamento da cessão de crédito dos precatórios que havia sido realizada em garantia ao pagamento das referidas debêntures, no dia 02 de maio de 2024, a Companhia recebeu, no seu caixa, o valor líquido de aproximadamente R\$277 milhões (R\$285.998 – IRRF de R\$8.580), referentes ao Precatório Judicial da parte incontroversa dos créditos fiscais.

Atualmente, o processo encontra-se em fase pericial para apuração do montante ainda pendente de restituição à Companhia.

Diante do acima exposto, o Jurídico da Companhia e os consultores externos avaliam como praticamente certas as chances de êxito do IRB Re em relação ao reconhecimento do seu direito ao recebimento do valor integral dos créditos fiscais de PIS apresentados pela Companhia na fase de execução, que somam o montante de R\$333.951, valor atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$326.392 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$285.998 já foram efetivamente recebidos, conforme mencionado acima.

Portanto, com base no andamento da ação judicial descrita acima e considerando que a Companhia pleiteará o recebimento dos referidos créditos por meio de expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

21.3.5 Ação Declaratória nº 0031383-94.2018.4.02.5101 - Multa de Mora:

Trata-se de ação declaratória objetivando a recuperação de valores indevidamente recolhidos a título de multa de mora sobre pagamentos de débitos de IRPJ, IRRF, CSLL, Contribuição ao PIS e COFINS, relativos ao período compreendido de setembro de 1994 a junho de 2001, cujos pagamentos ocorreram de julho de 1997 a maio de 2002, em razão da caracterização da denúncia espontânea, prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional - CTN, e, por consequência, a anulação da decisão administrativa definitiva nos autos do Processo Administrativo nº 10768.014957/2002-95, a qual negou ao IRB Re a restituição em questão.

Em sede sentencial, foi proferida decisão em favor da Companhia, da qual a União Federal decidiu por não recorrer, tendo em vista se tratar de tema cujo entendimento já se encontra pacificado nos Tribunais Superiores. Em 01 de fevereiro de 2022, foi certificada a ciência com renúncia expressa de prazo pelo ente federativo, não tendo ocorrido interposição de qualquer recurso, de modo que os autos foram encaminhados ao Tribunal competente para apreciação apenas da remessa necessária. Em 22 de março de 2023, foi negado provimento à remessa necessária, para manter a sentença favorável ao IRB Re.

Na sequência, a União Federal opôs embargos de declaração em 04 de abril de 2023, apenas no que se refere à condenação em honorários, o que foi devidamente contrarrazoado pela Companhia, porém, não foram acolhidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de agosto de 2024, foi proferida decisão deferindo o pedido da Companhia para a certificação do trânsito parcial do mérito. Em 4 de setembro de 2024, apresentado agravo interno pela União Federal. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso.

A Companhia e os consultores externos avaliam como praticamente certo o direito do IRB Re em relação ao reconhecimento do crédito fiscal no montante de R\$121.967, R\$31.425 de valor principal e R\$90.542 de atualização, atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$118.714 sendo R\$31.425 de valor principal e R\$87.290 de atualização em 31 de dezembro de 2023). Com base no andamento da ação judicial descrita acima e considerando que a Companhia pleiteará o recebimento dos referidos créditos por meio de expedição de precatório, o montante encontra-se devidamente reconhecido na rubrica títulos e créditos a receber.

21.3.6 – Mandado de Segurança nº 5031965-50.2022.4.03.6100 – PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras dos Ativos Garantidores:

Trata-se de Mandado de Segurança (MS) impetrado pelo IRB Re em face da União em 08 de dezembro de 2022, para que seja assegurado o direito líquido e certo da Companhia de não ser compelida a recolher as contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes dos ativos garantidores, bem como das variações ou oscilações cambiais relacionadas às operações de seguro, cosseguro, resseguro e retrocessão, bem como de ter reconhecido o direito à pleitear a restituição e/ou compensação dos valores indevidamente recolhidos no quinquênio anterior à impetração e no transcorrer do referido MS, nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996.

Em 18 de abril de 2023, a Companhia interpôs o Agravo de Instrumento nº 5010269-85.2023.4.03.0000 em face da decisão que indeferiu o pedido liminar. Em 08 de maio de 2023, foram apresentadas contrarrazões pela União. Em 11 de janeiro de 2024, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação da tutela recursal.

Em 15 de setembro de 2023, foi publicado o julgamento do Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de RE 400479 AgR-ED / RJ (AXA Seguros Brasil S.A. x União Federal), concluindo pela não incidência de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras de ativos garantidores das reservas técnicas, considerando que tais rendimentos não integram o conceito de faturamento. Em 10 de outubro de 2023, o referido acórdão transitou em julgado.

Em 23 de maio de 2024, foi proferida decisão que denegou o MS, a qual foi embargada e aguarda-se a apreciação do recurso.

Diante da referida decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a Companhia reforçou o pedido de restituição dos valores indevidamente recolhidos nos anos anteriores à impetração do referido MS.

Considerando que a decisão favorável proferida pelo STF em 2023 não foi com repercussão geral, o Plenário do referido Tribunal, no segundo semestre de 2024, reconheceu a repercussão geral da discussão jurídica se as receitas financeiras decorrentes das aplicações das reservas técnicas de empresas seguradoras (e resseguradoras) integram a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Além da possibilidade de restituição dos valores indevidamente recolhidos, pela Companhia, de PIS e COFINS sobre tais receitas financeiras decorrentes dos ativos garantidores, a partir do exercício de 2018, o possível julgamento favorável pelo STF, em repercussão geral, acerca da referida matéria, irá contribuir na defesa da Companhia em autos de infração, lavrados pela Receita Federal, acerca do tema com relação a exercícios sociais anteriores a 2018. Até o presente momento, a maioria das decisões proferidas nos referidos processos administrativos fiscais do IRB têm sido favoráveis à tese defendida pela Companhia e por todo mercado securitário.

Com base no exposto, o Jurídico da Companhia, bem como os consultores jurídicos externos que patrocinam o referido MS, estimam a probabilidade de perda como “possível”.

21.3.7 – Processo Administrativo nº 16327-721.226/2024-81 – PIS/COFINS sobre Variação Cambial

Trata-se de Autos de Infração lavrados para a cobrança de valores relativos à suposta falta de inclusão, na base de cálculo do PIS e da COFINS, de variações cambiais ativas relacionadas às operações de seguro, cosseguro, resseguro e retrocessão.

Atualmente, aguarda-se o julgamento da impugnação apresentada pela Companhia, em 23 de dezembro de 2024.

A Companhia, juntamente com o escritório externo responsável, classifica como possível tendente à remota a estimativa de perda da referida ação. Considerando a existência de erros na determinação da base de cálculo do referido Auto de Infração, em violação ao disposto no artigo 142 do CTN e Parecer Normativo COSIT nº 2/1996, não foi possível quantificar o valor em risco no presente processo administrativo fiscal.

21.3.8 – Processo Administrativo nº 16327-720.955/2023-39 – Lucros no Exterior

Trata-se de auto de Infração lavrado por suposta falta de inclusão, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, de lucros auferidos na Argentina por meio de sucursal constituída naquele país, referente ao período de apuração de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

Recentemente, foi publicado o acórdão que, em sessão de julgamento realizada em 11 de dezembro de 2024, por unanimidade de votos, não conheceu dos documentos apresentados pela Companhia e julgou improcedente a impugnação, para rejeitar a arguição de nulidade e, quanto ao mérito, manter integralmente os créditos tributários exigidos.

A Companhia, juntamente com o escritório externo responsável, classifica a estimativa de perda da referida ação como remota, em relação à parcela do valor do imposto de renda recolhido pela Companhia na Argentina, que não foi compensado, de ofício, pelo fisco na lavratura dos Autos de Infração (valor total de R\$22.228 até 31 de dezembro de 2024) e classifica como provável em relação aos demais valores envolvidos (R\$62.591 até 31 de dezembro de 2024).

21.3.9 – Demais processos administrativos fiscais

Dentre os mais relevantes processos administrativos fiscais da Companhia, temos (i) o Processo Administrativo nº 16327-721.226/2024-81 (PIS/COFINS sobre Variação Cambial), mencionado no item 22.3.7 acima; (ii) o Processo Administrativo Fiscal referente à discussão dos Créditos de PIS e COFINS (Alargamento de Base), mencionado no item 22.3.3 acima; (iii) Processo Administrativo nº 16327-720.955/2023-39 – Lucros no Exterior, mencionado no item 22.3.8.

Adicionalmente aos processos administrativos fiscais acima destacados, a Companhia informa que possui atualmente 49 processos (55 processos em 2023), tendo como valor total em discussão, o montante aproximado de R\$801.537 (R\$872.626 em 2023). Dentre eles, alguns autos de infração discutindo a tese da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras dos ativos garantidores.

A Companhia informa que a classificação da probabilidade de perda dos referidos processos administrativos fiscais é possível, não tendo nenhum processo classificado como perda provável.

21.4 Ações Trabalhistas/ Cíveis

A Companhia encontra-se envolvida em demandas de natureza trabalhista ajuizadas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetivam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais, bem como pedidos de equiparação salarial, pagamento de complementação de aposentadoria, pagamento de horas extras com reflexos em outras verbas trabalhistas, e de pedido de reconhecimento de nulidade da dispensa e consequentemente reintegração do empregado à Companhia. Há também reclamações trabalhistas movidas por prestadores de serviços, pretendendo a responsabilidade subsidiária do IRB Re pelo adimplemento de verbas trabalhistas ou o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia, em razão da condição deste na qualidade de tomador do serviço.

Cumprе ressaltar, adicionalmente, que a Companhia é parte em cinco procedimentos arbitrais e sete ações cíveis movidas por acionistas minoritários, visando à responsabilização da Companhia e ao consequente ressarcimento pelos alegados prejuízos sofridos em razão da desvalorização das ações da Companhia, após os eventos ocorridos no primeiro trimestre de 2020.

Em relação ao Procedimento Arbitral CAM nº 258/23, a Companhia firmou termo de arbitragem em 14 de janeiro de 2025, que tem como requerente a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e requeridos o IRB Re, Fernando Passos e José Carlos Cardoso, sendo este o documento formal que marca o início do procedimento arbitral, determinando regras e procedimentos que irão nortear a referida arbitragem.

Ressalta-se que os valores envolvidos nos procedimentos arbitrais não são passíveis de liquidação nas atuais fases em que se encontram.

O Jurídico da Companhia e os consultores jurídicos externos estimam o valor atualizado dos processos judiciais trabalhistas e cíveis, classificados como perda provável, em R\$56.134 (R\$57.479 em 31 de dezembro de 2023). As causas trabalhistas e cíveis, classificadas como perdas possíveis, totalizam R\$169.270, (R\$194.562 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$14.147 (R\$35.692 em 31 de dezembro de 2023) cíveis e R\$155.123 (R\$158.870 em 31 de dezembro de 2023) trabalhistas.

21.4.1 Ação Civil Pública SINTRES

Trata-se de duas ações civis públicas, propostas em 2014 e em 2018 pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Resseguros – SINTRES e pela Federação Nacional dos Securitários – FENESPIC contra a Companhia, sob o fundamento de que foram promovidas, no Plano de Saúde da Companhia, supostas alterações unilaterais e prejudiciais aos empregados e aposentados do IRB Re. Pretendem, na primeira ação, o restabelecimento do Plano de Saúde anterior, na modalidade de autogestão, com a manutenção de todos os benefícios previstos anteriormente, além de danos morais individuais e coletivos. Na segunda ação, pretendem os autores que seja restabelecido o modo de custeio anterior, o reembolso dos valores pagos em patamares superiores aos previstos antes da alteração praticada em junho de 2016, além de danos morais individuais e coletivos.

Atualmente, aguarda-se o julgamento dos agravos de instrumento nos recursos de revista interpostos pela Companhia nos Processos nº 0010694-57.2014.5.01.0075 e nº 0100808-56.2018.5.01.0025.

O Jurídico da Companhia e os consultores jurídicos externos estimam que o valor em risco na primeira ação é de R\$36.501, e na segunda R\$576, sendo a probabilidade de perda de ambas as ações classificada como “possível”.

21.4.2 Ação Civil Pública - IBRACI

Em função da notícia veiculada na mídia em 13 de outubro de 2022, informando acerca da existência de uma Ação Civil Pública (“ACP”) movida pelo Instituto Brasileiro de Cidadania – IBRACI, em curso na

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6ª Vara Empresarial do Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado em 17 de outubro de 2022, por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3, esclarecendo que, até aquela data, não tinha recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, tendo tido conhecimento apenas pela imprensa.

Não obstante não ter recebido intimação ou citação acerca da referida ACP, a Companhia, em 31 de janeiro de 2023, optou, de forma voluntária, ingressar nos autos da ACP, através do protocolo de sua defesa. A referida ACP tem como objeto irregularidades quanto à informação ao mercado sobre a composição da base acionária da Companhia e à apresentação de demonstrações contábeis incorretas, com alegação de que teria induzido acionistas e investidores ao erro.

A Companhia está sendo representada por escritório externo especializado, contratado para defesa de seus interesses, o qual avaliou a probabilidade de perda da referida ação como possível, tendo em vista que a tese defendida pelo IBRACI é semelhante àquela discutida em outros processos judiciais e procedimentos arbitrais envolvendo a Companhia, já divulgados em seu Formulário de Referência.

O processo encontra-se em fase inicial. Atualmente, aguarda-se decisão acerca das preliminares apresentadas pelo IRB Re.

21.4.3 Ação Civil Pública - IPGE

Trata-se de Ação Civil Pública movida em 2023 pelo Instituto de Proteção e Gestão do Empreendedorismo – IPGE, contra o IRB Re e Outros. A ação foi autuada sob o nº 0811417-06.2023.8.19.0001 e distribuída à 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. O objeto da ação consiste em suposta fraude e práticas ilícitas cometidas a investidores. O Instituto formulou diversos pedidos, dentre eles o de reparação por dano moral, material e a concessão, quando da prolação da sentença, de tutela de urgência para indisponibilizar bens e direitos dos Requeridos no valor dos pedidos deduzidos na inicial.

Atualmente, o processo aguarda a citação de todos os réus para início do prazo para apresentação das respectivas contestações.

O Jurídico da Companhia e os consultores jurídicos externos classificam a probabilidade de perda como “possível”.

21.5 Representações Criminais

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia informou ao mercado que apresentou representações criminais ao Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, estando uma delas relacionada às irregularidades encontradas nas demonstrações contábeis da Companhia, divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, conforme desvios e manipulações contábeis, entre outras irregularidades identificadas pelas investigações internas e forenses realizadas, as quais resultaram no refazimento das demonstrações contábeis do exercício de 2019, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de junho de 2020.

Adicionalmente à referida representação criminal relacionada às manipulações contábeis, existem outras duas representações criminais em curso, as quais foram apresentadas com base em toda a documentação apurada nas investigações internas, conduzidas pela Companhia com o suporte de empresas de consultoria independentes, referentes (i) à base acionária da Companhia, bem como (ii) às irregularidades no pagamento de bônus a Ex-Diretores Estatutários e Colaboradores da Companhia e de sua Subsidiária Imobiliária, além de irregularidades também no programa de recompra de ações do IRB Re, aprovado em 19 de fevereiro de 2020 pelo Conselho de Administração.

Com base nas três representações criminais acima mencionadas, a Polícia Federal instaurou três inquéritos administrativos específicos para apurar os fatos ocorridos, os quais estão sendo acompanhadas pelo Jurídico da Companhia e por escritório externo especializado na área criminal.

Em outubro de 2023, com base em um dos referidos Inquéritos Administrativos da Polícia Federal, tornou-se pública a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal em face dos Srs. Fernando Passos e Carlos Augusto Velloso, Ex-CFO e Ex-Diretor de Sinistros do IRB Re à época, pela prática do crime de manipulação de mercado, sob a alegação de que os acusados teriam divulgado informação falsa sobre o aumento de posição da Berkshire Hathaway no IRB Re, com o intuito de valorizar o preço das ações da Companhia. Em maio de 2024, o IRB Re foi admitido nos autos como assistente de acusação.

21.6 Inquéritos Administrativos perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Apresentamos o status atual dos dois Inquéritos Administrativos perante a CVM, os quais apresentam os seguintes objetos descritos abaixo:

- (i) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003611/2020-91: Inquérito administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas às operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Re, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2020. O inquérito teve origem no Processo Administrativo nº 19957.002942/2020-11, o qual foi instaurado para avaliar operações na B3 envolvendo ações ordinárias de emissão do IRB Re, em decorrência: (i) da queda observada na cotação das ações de emissão da Companhia após a divulgação da Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra"); (ii) de suposto conflito de interesse, inclusive publicamente admitido pela Squadra, uma vez que mantinha investimentos *short* nas ações de emissão da Companhia; (iii) dos eventos subsequentes que reforçaram a queda da cotação das ações de emissão da Companhia, culminando na renúncia do Presidente e do Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia em 4 de março de 2020. Em 25 de novembro de 2021, a CVM concluiu o referido Inquérito e instaurou o Processo Administrativo Sancionador nº 19957.993611/2020-91, no qual foram acusados os seguintes Ex-Diretores Estatutários do IRB Re: (i) o Ex-Diretor Presidente ("Ex-CEO") por falha no dever de diligência ao divulgar informação falsa ao mercado, sem tomar os devidos cuidados para verificar a veracidade da informação, bem como (ii) o Ex-Vice-Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores ("Ex-CFO") pela prática de manipulação de preços no mercado de valores mobiliários. Em 19 de dezembro de 2024, o Colegiado, por unanimidade, decidiu (i) pela condenação do Ex-CFO à multa de R\$20.000, por ter praticado manipulação de preço no mercado de valores mobiliários; e (ii) pela absolvição do Ex-CEO;
- (ii) Inquérito Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-35: Inquérito Administrativo instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas à divulgação de informações por parte da Companhia e de seus administradores. O referido Inquérito teve origem nos Processos CVM nº 19957.011072/2019-20, nº 19957.001517/2020-05 e nº 19957.000767/2020-10 instaurados para apurar as suspeitas levantadas pela empresa Squadra Investimentos - Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra") acerca da conformidade das demonstrações contábeis da Companhia às normas contábeis e regulatórias vigentes. Em 02 de junho de 2023, concluiu-se pela responsabilidade dos Ex-Diretores Estatutários (Ex-CEO e Ex-CFO) do IRB Re em razão de infrações à Lei das S.A. e às instruções normativas da CVM, no que tange especificamente aos seguintes temas: (a) disseminação seletiva de informações a investidores e jornalistas antes de sua divulgação ampla ao mercado; (b) irregularidades no programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado em 19 de fevereiro de 2020; e (c) pagamento e recebimento de bônus irregulares. Em novembro de 2023, os acusados apresentaram suas defesas.
Em relação especificamente às fraudes nas demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social de 2019, foi instaurado Processo Administrativo Sancionador CVM nº 19957.003588/2023-87 em agosto de 2024, o qual teve origem no Inquérito

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administrativo CVM nº 19957.003612/2020-35, a fim de apurar eventuais irregularidades nos registros contábeis e nas demonstrações financeiras do IRB Re, referentes ao exercício social de 2019, resultando na denúncia dos: (i) ex-diretores estatutários da Companhia à época, em razão da infração aos artigos 153, 154 e 176, da Lei das S.A., ao deliberadamente elaborar informações contábeis e financeiras não fidedignas às reais condições econômico-financeiras da Companhia; e (ii) ex-membros titulares do Conselho de Administração, por infração aos artigos 153 c/c 142, inciso III, da Lei das S.A., ao faltar com o devido dever de diligência no cumprimento de suas obrigações legais e estatutárias perante a Companhia. Em dezembro de 2024, os denunciados apresentaram suas defesas.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Quantidade de ações	81.842.886	81.838.243
Capital social	5.453.080	5.453.080
Custos de emissão de ações	(73.891)	(73.891)
Total	5.379.189	5.379.189

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a participação acionária do IRB Re está composta da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2024	
Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	13.039.902	15,9%
Itaú Seguros S.A.	9.514.040	11,6%
Bonsucex	4.150.785	5,1%
Outros (i)	55.138.159	67,4%
	81.842.886	100,0%

	Controladora e Consolidado	
	2023	
Acionista	ON	% participação do capital em circulação
Bradesco Seguros S.A.	13.038.513	15,9%
Itaú Seguros S.A.	9.514.040	11,6%
BlackRock Inc	4.125.710	5,1%
Outros (i)	55.164.623	67,4%
	81.842.886	100,0%

(i) Participações acionárias inferiores a 5%.

22.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023, 420.125 ações em tesouraria, que representam um total de R\$283.760.

Em 13 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o cancelamento da totalidade das 420.125 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, as quais foram adquiridas preponderantemente em fevereiro de 2020, no âmbito do seu último programa de recompra de ações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A movimentação é apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(479.007)	(538.263)
Reconhecimento de perdas de crédito esperada conforme o CPC 48/IFRS 9 para ativos financeiros mensurados ao VJORA	-	24.286
Perdas originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA (adoção inicial)	-	(4.095)
Ajustes de conversão de câmbio de operação no exterior (i)	(49.496)	(60.868)
Ganhos (Perdas) originados de avaliação a valor justo de ativos financeiros- VJORA	(121.218)	193.971
Valor reclassificado do patrimônio líquido para o resultado do exercício das ativos financeiros - VJORA	(14.257)	(43.549)
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados a VJORA	(6.828)	(1.982)
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(5.095)	18.595
Imposto de renda e contribuição social	58.956	(67.102)
Saldo no final do exercício	(616.945)	(479.007)

(i) As diferenças cambiais relacionadas à conversão dos ativos líquidos das operações no exterior da Companhia, das suas moedas funcionais para a moeda de apresentação, são reconhecidas no patrimônio líquido e acumuladas nos ajustes acumulados de conversão.

22.4 Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído é computado com a divisão do lucro (prejuízo) do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	805.740	(123.853)
Denominador (quantidade de ações em unidades)		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	81.838.243	81.838.243
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (em reais)	9,85	(1,51)

22.5 Alocação do resultado

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	805.740	(123.853)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (montante de prática contábil distinta)	(433.074)	238.082
Lucro líquido do exercício (desconsiderando CPC 50/IFRS17)	372.666	114.229
Prejuízos acumulados	(359.027)	(235.174)
Prejuízos acumulados (montante de prática contábil distinta)	(30.370)	(242.926)
Prejuízos acumulados ajustados (desconsiderando CPC 50/IFRS17)	(389.397)	(478.100)
Aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, líquido de impostos	-	(25.526)
Reversão de JCP e dividendos não reclamados	862	-
Prejuízos acumulados	(388.535)	(503.626)
Absorção de prejuízos	372.666	114.229
Prejuízos acumulados (saldo final)	(15.869)	(389.397)

A Companhia segue a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que lhe impõe limites regulatórios de liquidez e solvência (nota 25). Por isso, a base de cálculo para as destinações de reservas e lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da SUSEP, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, que não foi aprovado por este regulador.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Detalhamento das contas de resultado

23.1 Resultado da prestação de serviços de resseguros

Receitas e despesas com resseguro e retrocessão

	Controladora e Consolidado					
	2024			2023		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente						
Expectativa de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	2.124.859	497.218	2.622.077	1.978.890	607.121	2.586.011
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	142.016	29.715	171.731	24.611	7.841	32.452
CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	2.400.789	475.088	2.875.877	2.352.207	614.967	2.967.174
Ajustes de serviços passados (i)	110.000	-	110.000			-
Outros	(1.980)	(1.525)	(3.505)	(54)	(57)	(111)
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	206.693	75.101	281.794	146.768	62.416	209.184
Total de receitas com resseguros	4.982.377	1.075.597	6.057.974	4.502.422	1.292.288	5.794.710
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(1.717.470)	(595.181)	(2.312.651)	(1.266.910)	(896.897)	(2.163.807)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros incorridos	(967.635)	(442.344)	(1.409.979)	(1.175.673)	(783.953)	(1.959.626)
Variações no ajuste de risco de serviços passados	(120.457)	(51.006)	(171.463)	(2.863)	(2.762)	(5.625)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos de seguro	65.205	19.986	85.191	(43.519)	10.340	(33.179)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(206.693)	(75.101)	(281.794)	(146.768)	(62.416)	(209.184)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	(2.947.050)	(1.143.646)	(4.090.696)	(2.635.733)	(1.735.688)	(4.371.421)
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente						
Expectativa de sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(540.388)	(18.639)	(559.027)	(815.758)	(105.321)	(921.079)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(114.102)	(9.554)	(123.656)	(1.275)	(127)	(1.402)
CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(1.405.420)	(107.251)	(1.512.671)	(1.438.796)	(318.788)	(1.757.584)
Recuperação de sinistros ocorridos	1.034.424	(23.149)	1.011.275	701.551	235.000	936.551
Outros	(5.464)	(1.004)	(6.468)	(1.281)	(4.182)	(5.463)
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	(1.030.950)	(159.597)	(1.190.547)	(1.555.559)	(193.418)	(1.748.977)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	1.004.377	(227.646)	776.731	311.130	(636.818)	(325.688)

(i) Trata-se do registro do acordo de comutação de um contrato específico do grupo de Vida.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1.1 Abertura por contrato

	Controladora e Consolidado					
	Grupos de contratos na data de transição					
	2024			2023		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente						
Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	281.128	(121.514)	159.614	124.960	(108.974)	15.986
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	17.132	1.011	18.143	1.951	1.621	3.572
CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	568.080	126.358	694.438	509.543	307.813	817.356
Ajustes de serviços passados	110.000	-	110.000	-	-	-
Outros	(1.980)	(1.525)	(3.505)	(54)	(57)	(111)
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	137.880	17.886	155.766	105.881	28.895	134.776
Total de receitas com resseguros	1.112.240	22.216	1.134.456	742.281	229.298	971.579
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(1.709)	(678)	(2.387)	(16.062)	(10.381)	(26.443)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(563.579)	(125.889)	(689.468)	(640.887)	(465.584)	(1.106.471)
Variações no ajuste de risco	(61.837)	(24.327)	(86.164)	156	67	223
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos de seguro	64.450	20.017	84.467	(9.478)	9.390	(88)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(137.880)	(17.886)	(155.766)	(105.881)	(28.895)	(134.776)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	(700.555)	(148.763)	(849.318)	(772.152)	(495.403)	(1.267.555)
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente						
Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(1.314)	237	(1.077)	(103.041)	1.981	(101.060)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(15.882)	(3.964)	(19.846)	(450)	-	(450)
CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(24.782)	5.445	(19.337)	(51.155)	(145.668)	(196.823)
Recuperação de sinistros ocorridos	59.046	(53.963)	5.083	8.287	113.974	122.261
Outros	(8.914)	(1.633)	(10.547)	(1.585)	(4.299)	(5.884)
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	8.154	(53.878)	(45.724)	(147.944)	(34.012)	(181.956)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	419.839	(180.425)	239.414	(177.815)	(300.117)	(477.932)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.1.1 Abertura por contrato

	Controladora e Consolidado					
	Demais grupos de contratos					
	2024			2023		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Valores referentes a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente						
Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	1.843.731	618.732	2.462.463	1.853.930	716.095	2.570.025
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	124.884	28.704	153.588	22.660	6.220	28.880
CSM reconhecida no resultado para serviços prestados	1.832.709	348.730	2.181.439	1.842.664	307.154	2.149.818
Recuperação dos fluxos de caixa de aquisições de resseguro	68.813	57.215	126.028	40.887	33.521	74.408
Total de receitas com resseguros	3.870.137	1.053.381	4.923.518	3.760.141	1.062.990	4.823.131
Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis (i)	(1.715.761)	(594.503)	(2.310.264)	(1.250.848)	(886.516)	(2.137.364)
Mudanças relativas a serviços passados - ajustes do passivo por sinistros ocorridos	(404.056)	(316.455)	(720.511)	(534.786)	(318.369)	(853.155)
Variações no ajuste de risco	(58.620)	(26.679)	(85.299)	(3.019)	(2.829)	(5.848)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos de seguro	755	(31)	724	(34.041)	950	(33.091)
Fluxos de caixa de aquisições de resseguro	(68.813)	(57.215)	(126.028)	(40.887)	(33.521)	(74.408)
Total das despesas com prestação de serviços de resseguro	(2.246.495)	(994.883)	(3.241.378)	(1.863.581)	(1.240.285)	(3.103.866)
Valores referentes a variações ou mudanças nos ativos para cobertura remanescente						
Expectativa de Sinistros ocorridos e outras despesas diretamente atribuíveis	(539.074)	(18.876)	(557.950)	(712.717)	(107.302)	(820.019)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	(98.220)	(5.590)	(103.810)	(825)	(127)	(952)
CSM reconhecida no resultado para serviços recebidos	(1.380.638)	(112.696)	(1.493.334)	(1.387.641)	(173.120)	(1.560.761)
Recuperação de sinistros ocorridos (i)	975.378	30.814	1.006.192	693.264	121.026	814.290
Outros	3.450	629	4.079	304	117	421
Total das despesas líquidas com contratos de retrocessão	(1.039.104)	(105.719)	(1.144.823)	(1.407.615)	(159.406)	(1.567.021)
Resultado da prestação de serviços de resseguro	584.538	(47.221)	537.317	488.945	(336.701)	152.244

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras líquidas de contratos de resseguro				
Efeito das variações das taxas de descontos	(58.097)	(651.088)	(58.097)	(651.088)
Variações cambiais líquidas	(1.221.392)	365.625	(1.221.392)	365.625
Total do resultado financeiro líquido dos contratos de resseguro (reconhecido no resultado)	(1.279.489)	(285.463)	(1.279.489)	(285.463)
Resultado financeiro líquido dos contratos de retrocessão				
Efeito das variações das taxas de descontos	(71.706)	185.316	(71.706)	185.316
Variações cambiais líquidas	438.793	(135.030)	438.793	(135.030)
Total do resultado financeiro líquido dos contratos de retrocessão (reconhecido no resultado)	367.087	50.286	367.087	50.286
Resultado financeiro líquido das operações	(912.402)	(235.177)	(912.402)	(235.177)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos	50.086	63.556	51.603	67.609
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado	2.295	(12.287)	2.295	(12.287)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Variação líquida no Valor Justo dos ativos financeiros	(40.098)	43.305	(24.654)	43.280
Variações cambiais	44.451	(41.513)	30.571	(41.513)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Receita de juros calculada por meio do método de juros efetivos	537.028	475.123	527.454	531.966
Ganhos líquidos no desreconhecimentos de ativos financeiros	(14.257)	(44.373)	(14.259)	(44.373)
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados a VJORA	6.828	1.982	6.828	1.982
Variações cambiais	776.917	(184.053)	836.214	(184.053)
Total de resultados de investimentos reconhecidos no resultado do exercício	1.363.250	301.740	1.416.052	362.611
Outros resultados financeiros reconhecidos no resultado do exercício	(98.350)	(9.123)	(97.467)	(6.295)
Resultado financeiro	352.498	57.440	406.183	121.139
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Variação líquida no Valor Justo dos ativos financeiros	(135.475)	150.422	(135.475)	150.422
Perdas Esperadas de Créditos para instrumentos financeiros mensurados a VJORA	(6.828)	(1.982)	(6.828)	(1.982)
Total de investimentos reconhecidos no resultado abrangente do exercício	(142.303)	148.440	(142.303)	148.440

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3 Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	-	-	37.640	695
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Asset Management	34.981	41.825	-	-
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - IRB Chile, IRB Uso, IRB Renda e IRB Santos Dumont	33.421	30	-	-
Ajustes de investimentos em controladas (equivalência patrimonial) - Andrina SSPE	(1.092)	-	-	-
Reversão (constituição) de provisão de Incentivos Fiscais	(4)	24	(4)	-
Outras receitas (despesas) patrimoniais	(469)	(53)	(469)	(81)
	66.837	41.826	37.167	614

23.4 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/ CSLL	463.724	463.724	132.073	132.073
Efeitos (CPC 48 / IFRS 9)	-	-	(25.152)	(25.152)
Efeitos (CPC 50 / IFRS 17)	724.463	724.463	(371.650)	(371.650)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL ajustado	1.188.187	1.188.187	(264.729)	(264.729)
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(297.047)	(178.228)	66.182	39.709
Adições e exclusões permanentes	63.680	29.148	21.547	13.437
Incentivos fiscais	2.168	(138)	1.166	(123)
Participações societária / sucursais	27.946	16.768	22.034	13.220
Outros ajustes	(4.623)	(2.786)	(240)	(158)
Despesas com administração (i)	(1.879)	-	(2.239)	-
Atualização Selic de créditos fiscais do PIS/PASEP	1.890	1.134	2.040	1.224
Atualização Selic de créditos fiscais do IRPJ e CSLL (ii)	3.764	2.258	4.849	2.910
Arrendamento - IFRS 16	-	-	288	174
Acordos extrajudiciais	-	-	(6.351)	(3.810)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	(25.870)	(24.258)	-	-
Reversão passivo fiscal diferido	60.284	36.170	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	(233.367)	(149.080)	87.729	53.146
Correntes	(78.083)	(56.248)	(21.624)	(12.870)
Diferidos	(155.284)	(92.832)	109.353	66.016
Alíquota efetiva	19,64%	12,55%	-66,42%	-40,24%

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da provisão para IRPJ/ CSLL	472.082	472.082	139.124	139.124
Ajuste CPC 48 / IFRS 9	-	-	(25.152)	(25.152)
Ajuste CPC 50 / IFRS 17	724.464	724.464	(371.650)	(371.650)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para IRPJ/CSLL ajustado	1.196.546	1.196.546	(257.678)	(257.678)
Alíquotas nominais vigentes	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(316.005)	(185.053)	53.889	35.283
Adições e exclusões permanentes	76.642	33.609	28.670	15.982
Incentivos fiscais	2.168	(138)	1.165	(123)
Participações societária / sucursais	27.946	16.768	22.034	13.220
Outros ajustes	8.339	1.675	6.883	2.387
Despesas com Administração (i)	(1.879)	-	-	-
Atualização Recuperação PIS (Precatório) (i)	-	-	(2.239)	-
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários (i)	-	-	2.040	1.224
Atualização Selic de Créditos Fiscais do PIS/PASEP	1.890	1.134	-	-
Atualização Selic de Créditos Fiscais do IRPJ e CSLL (ii)	3.764	2.258	-	-
Arrendamento - IFRS 16	-	-	4.849	2.910
Desvalorização de debêntures (exterior)	-	-	289	174
Acordos extrajudiciais	-	-	(6.351)	(3.810)
IRPJ e CSLL Exercícios Anteriores	(25.870)	(24.258)	-	-
Reversão Passivo Fiscal Diferido	60.284	36.170	-	-
IR e CS na demonstração do resultado	(239.362)	(151.444)	82.559	51.265
Correntes	(84.079)	(58.613)	(26.795)	(14.750)
Diferidos	(155.283)	(92.831)	109.354	66.015
Alíquota Efetiva	20,00%	12,66%	-59,30%	-36,80%

(i) O Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de setembro de 2021, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a atualização da Selic, incidentes sobre os débitos tributários.

Neste contexto, em 13 de outubro de 2021, foi proferida decisão judicial, no mandado de segurança em que a Companhia discute a referida matéria, no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão dos juros de mora (Selic) recebidos no levantamento de créditos decorrentes de débito tributário, mediante restituição ou compensação, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Sendo assim, lastreada nas decisões judiciais em referência, a Companhia reconheceu nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 uma receita de IRPJ e CSLL em relação aos débitos tributários no montante de R\$9.045 (R\$11.023 em 31/12/2023), conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), sendo esse valor registrado em créditos tributários e previdenciários, apresentados no ativo não circulante.

(ii) Valores referentes a despesa de prêmios, incentivos destinados a diretoria e bônus para retenção. Conforme IN RFB nº 1700 de 14 de março de 2017 estes valores são indedutíveis na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

(iii) Reversão dos passivos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL decorrente da conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos de mandado de segurança impetrado para questionar a majoração da alíquota da CSLL instituída pela Lei nº 11.727/2008 e cuja decisão transitou em julgado em 2020.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.4 Imposto de renda e contribuição social

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	2023	Adições	Baixas	2024	Resultado	Resultados abrangentes
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	159.403		(10.838)	148.565	(10.838)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.467		(4.959)	17.508	(4.959)	-
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	7.401	18.282		25.683	18.282	-
Ajuste a valor de mercado - VJORA	104.199	56.918		161.117	-	56.918
Provisão para contingências trabalhistas	21.384		(842)	20.542	(842)	-
Provisão para Participação nos Lucros	14.958		(1.247)	13.711	(1.247)	-
Ajuste a valor de mercado - investimento	8.493			8.493	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	2.218.519		(53.088)	2.165.431	(53.088)	-
Arrendamento - IFRS 16	783		(61)	722	(61)	-
Provisão Contingência Cível	1.667	879		2.546	879	-
IRPJ / CSLL - IFRS 9	2.364		(3.649)	(1.285)	(3.649)	-
Provisão Incentivos Fiscais	-		(112)	(112)	(113)	-
Total ativo fiscal diferido	2.561.638	76.079	(74.796)	2.562.921	(55.636)	56.918
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(108.484)		86.404	(22.080)	86.404	-
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-			-	(2.038)	2.038
PIS e COFINS diferidos	(115.616)	(7.942)		(123.558)	(7.942)	-
PIS (precatórios)	(26.026)		21.108	(4.918)	21.108	-
IRPJ / CSLL - IFRS 9	-					-
IRPJ / CSLL - IFRS 17	(26.273)	(291.389)	-	(317.662)	(291.389)	-
Ajuste ao valor de realização	(2.379)		1.377	(1.002)	1.377	-
Total passivo fiscal diferido	(278.778)	(299.331)	108.889	(469.220)	(192.480)	2.038
Total líquido controladora e consolidado	2.282.860	(223.252)	34.093	2.093.701	(248.116)	58.956

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.4 Imposto de renda e contribuição social

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora e Consolidado					
	2022	Adições	Baixas	2023	Resultado	Resultados abrangentes
Ativo fiscal diferido						
Provisões trabalhistas	162.576	-	(3.173)	159.403	(3.173)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.853	3.614	-	22.467	3.614	-
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	6.913	488	-	7.401	488	-
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	156.163	-	(51.964)	104.199	-	(51.964)
Provisão para contingências trabalhistas	21.918	-	(534)	21.384	(534)	-
Provisão para participação nos lucros	-	14.958	-	14.958	14.958	-
Ajuste a valor de mercado - investimento	8.493	-	-	8.493	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	2.233.899	-	(15.380)	2.218.519	(15.380)	-
Arrendamento - IFRS 16	-	783	-	783	785	-
Provisão contingência cível	4.322	-	(2.655)	1.667	(2.655)	-
Total ativo fiscal diferido	2.613.137	19.843	(73.706)	2.559.274	(1.897)	(51.964)
Passivo fiscal diferido						
Atualização depósitos judiciais	(104.988)	(3.496)	-	(108.484)	(3.496)	-
Ganhos ou perdas atuariais - benefícios pós-emprego	-	-	-	-	7.438	(7.438)
PIS e COFINS diferidos	(132.600)	-	16.984	(115.616)	16.984	-
PIS (precatórios)	(26.026)	-	-	(26.026)	-	-
IRPJ / CSLL - IFRS 9	-	(287)	2.651	2.364	10.060	(7.409)
IRPJ / CSLL - IFRS 17	(174.933)	-	148.660	(26.273)	148.660	-
Ajuste ao valor de realização	-	(2.379)	-	(2.379)	(2.379)	-
Total passivo fiscal diferido	(438.547)	(6.162)	168.295	(276.414)	177.267	(14.847)
Total líquido controladora e consolidado	2.174.590	13.681	94.589	2.282.860	175.370	(66.811)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais
em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Planos de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica.

Os planos oferecidos são os de benefício definido – Plano A (fechado) e o de contribuição variável – Plano B (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

Adicionalmente, a Companhia oferece os benefícios descritos na Nota 25.2 para os empregados que se qualificam, sendo eles:

- a. Custeio integral dos benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte – Pré-68.
- b. Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados.
- c. Auxílio funeral.
- d. Seguro de vida.

Os planos A e B são administrados pela Fundação e os demais, mencionados no parágrafo anterior, são administrados pela Companhia.

IRB-Brasil Resseguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2024	2023	2024	2023
Taxa real de desconto (i)				
Plano A	7,65%	5,25%	-	-
Plano B	7,46%	5,25%	-	-
Pré-68	-	-	7,74%	5,25%
Seguro de Vida	-	-	7,74%	5,25%
Plano de Saúde	-	-	7,44%	5,25%
Auxílio Funeral	-	-	7,31%	5,25%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos				
Plano A	12,36%	10,41%	-	-
Plano B	12,16%	10,41%	-	-
Pré-68	-	-	12,45%	10,41%
Seguro de Vida	-	-	12,45%	10,41%
Plano de Saúde	-	-	12,14%	10,41%
Auxílio Funeral	-	-	12,00%	10,41%
Projeção de crescimento real de salário	Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	(ii) Plano Médico: 0%	(ii) Plano Médico: 0%
	Plano B: 2%	Plano B: 3%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Projeção de crescimento real do maior salário de beneficiário do INSS	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrandos	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre rotatividade	Plano A: Não se aplica	Plano A: Não se aplica	Plano Médico: 9%	Plano Médico: 7%
	Plano B: 9%	Plano B: 7%	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica
Fatores de determinação do valor real ao longo do tempo, benefícios do INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica
Hipóteses demográficas				
Tábua de mortalidade	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10% / PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	PLANO A: AT-2000 suavizada em 10% / PLANO B: AT-2000 M&F (suav. 10%) (D10)	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválido	MI 85 M&F	MI 85	MI 85 M&F	MI 85
Tábua de entrada de invalidez	PLANO A: N/A – PLANO B: ÁLVARO VINDAS	PLANO A: N/A – PLANO B: ÁLVARO VINDAS	PLANO PRÉ 68: N/A – DEMAIS PLANOS: ÁLVARO VINDAS	PLANO PRÉ 68: N/A – DEMAIS PLANOS: ÁLVARO VINDAS

(i) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada como base a taxa de títulos dos títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

(ii) Utiliza como dado de cálculo do passivo do plano a contribuição baseada em percentual do salário dos participantes, contudo, a massa que detém essa característica é composta somente de participantes aposentados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.1 Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B, plano de contribuição variável, cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida no período contributivo e benefício definido no período de concessão do benefício.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

O benefício de Renda Mensal Vitalícia está estruturado segundo Plano de Contribuição Variável.

Os benefícios de Renda de Aposentadoria por Invalidez, de Pecúlio por Morte, de Auxílio-Funeral, de Renda Temporária de Auxílio-Doença e de Pensão por Morte estão estruturados segundo Plano de Benefício Definido e cobertura por Seguro, e suas movimentações são apresentadas nos quadros a seguir.

O montante de contribuições pagas pela Companhia, no exercício, a alíquotas especificadas pelas regras desse plano foi de R\$1.085 (R\$1.095 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais dos benefícios de risco do Plano B no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	121.837	93.922
Custo dos serviços correntes	105	100
Custo dos juros	12.261	10.245
Perda atuarial	(11.292)	30.001
Benefícios pagos	(13.690)	(12.431)
Valor presente das obrigações atuariais	109.221	121.837

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano B no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor justo inicial dos ativos do plano	145.427	124.798
Retorno ocorrido nos investimentos	15.135	12.988
Contribuições do empregador	1.085	1.095
Contribuições dos participantes do plano	2.370	2.320
Benefícios pagos	(13.690)	(12.431)
Retorno sobre os ativos	22.136	16.657
Valor justo final dos ativos do plano	172.463	145.427

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(109.221)	(121.837)
Valor justo dos ativos do plano	172.463	145.427
Situação financeira	63.242	23.590
Efeito do teto de ativos	(63.242)	(23.590)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria (Plano de Benefícios A e Plano Pré-68), onde os empregados têm direito à complementação calculada com base no estipêndio mensal, apurado na data de sua aposentadoria; e outros benefícios pós-emprego para os empregados que se qualificam (Plano de saúde contributivo para funcionários ativos e aposentados, Auxílio Funeral e Seguro de Vida).

Plano A

A Companhia não pagou contribuições durante os exercícios de 2024 e 2023.

O referido plano apurou um superávit técnico de R\$1.008.754 (R\$826.573 em 31 de dezembro de 2023) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, não foi contabilizado na patrocinadora.

A Companhia reconheceu em suas demonstrações contábeis, como ativo, o montante de R\$145.953 (R\$169.271 em 31 de dezembro de 2023) referente a reserva especial, benefício econômico disponível para a entidade que deve ser reconhecido para reduzir ou compensar contribuições futuras da patrocinadora.

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do Plano A nos exercícios é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.517.678	1.277.994
Custo dos juros	150.422	136.967
(Ganho) / Perda atuarial	(277.993)	240.986
Benefícios pagos	(142.965)	(138.269)
Valor presente das obrigações atuariais	1.247.142	1.517.678

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano A no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor justo inicial dos ativos do plano	2.344.251	2.147.498
Retorno ocorrido nos investimentos	243.972	270.170
Contribuições da empresa / Utilização de superávit	(33.575)	-
Benefícios pagos	(142.965)	(138.269)
Retorno sobre os ativos	(155.787)	64.852
Valor justo final dos ativos do plano	2.255.896	2.344.251

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.247.142)	(1.517.678)
Valor justo dos ativos do plano	2.255.896	2.344.251
Situação financeira	1.008.754	826.573
Efeito do teto de ativos	(862.802)	(657.302)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	145.952	169.271

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas do Plano A da PREVIRB registrados na Fundação:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Disponível	183	148
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	668.091	602.410
Créditos privados e depósitos	68.573	99.126
Ações	88.102	108.233
Fundos de investimentos	1.611.569	1.591.797
Investimentos imobiliários	89.555	84.760
Operações com participantes	7.417	7.502
Valores a pagar/receber	1.724	2.042
Depósitos judiciais/Recursais	20.853	20.901
Recursos a receber - Precatórios	-	43.303
	2.556.067	2.560.222
Exigível operacional de investimentos		
Operações com participantes	(133)	(112)
Outras exigibilidades	(343)	(22)
	(476)	(134)
Exigível contingencial de investimentos		(25.066)
Recursos garantidores	2.555.591	2.535.022

Plano Pré-68

Entende-se por Pré-68 o contingente de empregados do IRB Re, e seus beneficiários, conforme as situações a seguir descritas:

- Para fins de Complementação e Suplementação de Aposentadoria, aqueles admitidos até 31/12/1968;
- Para fins de Melhoria de Complementação de Aposentadoria, aqueles admitidos até 31/12/1968 e que tenham adquirido direito à aposentadoria até 28/02/1975;
- Para fins de Melhoria de Pensão por Morte, aqueles beneficiários de empregados falecidos até 28/02/1975;
- Para fins de Pecúlio por Morte, aqueles beneficiários de empregados admitidos até 31/12/1968.

Cabe destacar que estes benefícios são oriundos do universo jurídico regimental da Companhia, anterior a Lei nº 6435, de 15 de julho de 1977, que instituiu o regime da previdência complementar e, portanto, o Regulamento do Plano Previdencial A considera este contingente específico de antigos participantes, cujos benefícios são custeados integralmente pela Companhia.

Neste sentido, os resultados do Plano Pré-68 poderiam compor os resultados do Plano A, contudo, serão apresentados nesta Nota de forma discriminada para destacar, de forma mais clara, os montantes sob responsabilidade da Companhia.

A Companhia possui provisão técnica para fazer face às obrigações relativas aos benefícios supramencionados, que abrangem 132 integrantes em 31 de dezembro de 2024 (148 em 31 de dezembro de 2023), sendo 125 aposentados com idade média de 88,01 anos (87,77 anos em 31 de dezembro de 2023) e 7 pensionistas com idade média de 89 anos (87,99 anos em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefícios pagos pela Companhia aos participantes/beneficiários no presente exercício, de acordo com as regras desse plano, foi de R\$19.456 (R\$19.628 em 31 de dezembro de 2023).

Nessa avaliação atuarial, o saldo provisionado foi de R\$94.063 (R\$116.329 em 31 de dezembro de 2023), em linha com as práticas contábeis aplicadas para a Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cabe esclarecer que o valor do contrato de dívida firmado entre o IRB Brasil RE e a PREVIRB, em dezembro de 2015, para migração da operacionalização de pagamentos dos benefícios previdenciários do plano Pré-68, foi atualizado, atingindo o montante de R\$114.902 (R\$122.620 em 31 de dezembro de 2023).

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefício definido	(94.063)	(116.329)
Situação financeira	(94.063)	(116.329)
Restrição do déficit contratado	(20.839)	(6.291)
Valor líquido de passivo de benefício definido	(114.902)	(122.620)

A movimentação no valor presente das obrigações atuariais do plano de benefício definido no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	116.329	110.942
Custo dos juros	11.149	11.521
(Ganho) / Perda atuarial	(13.959)	13.494
Benefícios pagos	(19.456)	(19.628)
Valor presente das obrigações atuariais	94.063	116.329

A movimentação no valor justo dos ativos do plano no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Contribuições do empregador	19.456	19.628
Benefícios pagos	(19.456)	(19.628)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

Assistência médica e odontológica

A movimentação no valor presente da obrigação do Plano Médico no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	273.771	270.512
Custo dos serviços correntes	459	432
Custo dos juros	26.813	28.514
Ganho atuarial	(9.546)	7.208
Benefícios pagos	(36.626)	(32.895)
Valor presente das obrigações atuariais	254.871	273.771

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação no valor justo dos ativos do Plano Médico no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Contribuições do empregador	32.729	29.197
Contribuições dos participantes do plano	3.897	3.698
Benefícios pagos	(36.626)	(32.895)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(254.871)	(273.771)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(254.871)	(273.771)

Auxílio funeral

A movimentação no valor presente da obrigação do Auxílio Funeral no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.744	1.311
Custo dos juros	175	142
Ganho atuarial	(592)	305
Benefícios pagos	(11)	(14)
Valor presente das obrigações atuariais	1.316	1.744

A movimentação no valor justo dos ativos do Auxílio Funeral no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Contribuições do empregador	11	14
Benefícios pagos	(11)	(14)
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano (Auxílio Funeral) é apresentado a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(1.316)	(1.744)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(1.316)	(1.744)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguro de vida em grupo

A movimentação no valor presente da obrigação do Seguro de vida no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	197	168
Custo dos juros	18	18
Ganho atuarial	(241)	(172)
Benefícios pagos	175	183
Valor presente das obrigações atuariais	149	197

A movimentação no valor justo dos ativos do Seguro de vida no exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Contribuições do empregador	(175)	(183)
Benefícios pagos	175	183
Valor justo final dos ativos do plano	-	-

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano é apresentado a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Valor presente da obrigação de benefícios definidos custeados	(149)	(197)
Passivo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	(149)	(197)

24.3 Obrigação total do IRB Re

A seguir é apresentada a abertura da provisão relativa a benefícios pós-emprego a cargo do IRB Re entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	19.705	19.125
Assistência médica e odontológica (ii)	16.509	15.733
Assistência médica e odontológica - provisão para eventos ocorridos e não avisados (ii)	175	175
Seguro de vida em grupo (iii)	23	26
Auxílio funeral (iv)	107	117
	36.519	35.176
Não circulante		
Complementação de aposentadoria e pensões (i)	95.197	103.495
Assistência médica e odontológica (ii)	238.362	258.038
Seguro de vida em grupo (iii)	126	171
Auxílio funeral (iv)	1.209	1.627
	334.894	363.331
	371.413	398.507

(i) Benefício pós-emprego – aposentadoria: A Companhia custeia os benefícios de complementação de aposentadoria e de pecúlio por morte dos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968, de melhoria de complementação de aposentadoria para servidores aposentados até 28 de fevereiro de 1975 e de melhoria de pensão relativa aos beneficiários dos servidores falecidos até 28 de fevereiro de 1975.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Benefício pós-emprego - assistência médica e odontológica: Planos de autogestão com cobertura médica (ambulatorial), cirúrgica (internação), obstetrícia e odontológica, além de reembolsos e benefício farmácia para empregados ativos, aposentados e pensionistas, bem como os dependentes destas categorias: para os empregados admitidos até 31 de maio de 2004. Os dependentes podem ser cônjuges, filhos (até 24 anos) e pais, com renda inferior a um salário-mínimo. Para funcionários admitidos a partir de 1º de setembro de 2004, só podem ser considerados dependentes cônjuges e os filhos (até 24 anos). Para aqueles que ingressaram a partir de 14 de outubro de 1996, o IRB Re arca com 50,0% do custeio do plano, isto é, dos valores das tabelas I e II (itens 5.1.4 e 5.1.5 da seção 1 das Normas do PCAM (Plano de Contribuição de Assistência Médica) e os empregados e beneficiários, com a outra parcela equivalente aos outros 50,0%. Para aqueles que ingressaram até 13 de outubro de 1996, a contribuição do empregado e seus dependentes varia de 0,3% a 2,0% do valor das rubricas que formam a base salarial de referência. As contribuições são descontadas mensalmente de seu salário, variando assim conforme a data de admissão, valor da base salarial (%) e faixa etária (tabelas).

(iii) Benefício pós-emprego - seguro de vida: Para os funcionários admitidos até 1998, o IRB Re arca com 100,0% do prêmio e para os funcionários admitidos após aquele ano, com 50,0% do prêmio. A participação do funcionário é opcional. Os aposentados por tempo de contribuição que desejam permanecer na apólice ao se aposentarem, arcam integralmente com o prêmio. O IRB Re arca integralmente com o custo do prêmio dos aposentados por invalidez.

(iv) Benefício pós-emprego - auxílio funeral: Este benefício é disponibilizado apenas para os empregados admitidos até 31 de outubro de 1996. O auxílio é limitado ao valor de R\$1.384,38 para funeral simples, R\$1.630,36 para cremação e R\$2.739,07 para funeral com cremação.

24.4 Consolidação dos efeitos – Benefício pós emprego

Estão apresentados a seguir os valores consolidados quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e no patrimônio líquido – outros resultados abrangentes foram os seguintes:

Total dos valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Controladora e Consolidado					
	Benefício definido		Outros benefícios		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Custo do serviço	-	-	(459)	(432)	(459)	(432)
Custo dos juros	(11.149)	(11.521)	(27.006)	(28.674)	(38.155)	(40.195)
Contribuições pagas	33.575	-	(1.085)	(1.095)	32.490	(1.095)
Asset ceiling	25.142	46.240	-	-	25.142	46.240
Total valores reconhecidos	47.568	34.719	(28.550)	(30.201)	19.018	4.518

Total dos valores reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes:

	Controladora e Consolidado					
	Benefício definido		Outros benefícios		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
(Ganhos) / perdas atuariais	136.165	(189.628)	10.380	(7.341)	146.545	(196.969)
Efeito do teto dos ativos	(137.092)	198.526	-	-	(137.092)	198.526
Outras movimentações	(14.548)	17.038	-	-	(14.548)	17.038
Total valores reconhecidos	(15.475)	25.936	10.380	(7.341)	(5.095)	18.595

**Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.5 Análise de sensibilidade

A análise da Administração relacionada às premissas financeiras e atuariais críticas relacionadas aos planos de benefícios pós-emprego e outros empregados é a seguinte:

Sensibilidade na taxa de desconto

		Cenário I -1,25%	Cenário II -0,25%	Cenário III +0,25%	Cenário IV +1,25%
PLANO A	Taxa real	5,65%	6,65%	8,65%	9,65%
	Taxa nominal (i)	10,27%	11,31%	13,40%	14,44%
	Obrigação de benefício definido	1.432.753	1.334.069	1.170.166	1.101.660
	Impacto com o cenário principal	185.610	86.927	(76.977)	(145.483)
PLANO B	Taxa real	5,46%	6,46%	8,46%	9,46%
	Taxa nominal (i)	10,07%	11,11%	13,20%	14,24%
	Obrigação de benefício definido	135.384	120.870	100.253	91.643
	Impacto com o cenário principal	26.162	11.647	(8.970)	(17.579)
PRE 68	Taxa real	5,74%	6,74%	8,74%	9,74%
	Taxa nominal (i)	10,36%	11,40%	13,49%	14,53%
	Obrigação de benefício definido	102.938	98.305	90.165	86.577
	Impacto com o cenário principal	8.876	4.243	(3.897)	(7.485)
Plano de Saúde	Taxa real	5,44%	6,44%	8,44%	9,44%
	Taxa nominal (i)	10,05%	11,09%	13,18%	14,22%
	Obrigação de benefício definido	316.706	282.844	230.957	210.846
	Impacto com o cenário principal	61.835	27.973	(23.914)	(44.025)
Auxílio Funeral	Taxa real	5,31%	6,31%	8,31%	9,31%
	Taxa nominal (i)	9,92%	10,96%	13,05%	14,09%
	Obrigação de benefício definido	1.594	1.444	1.208	1.114
	Impacto com o cenário principal	278	127	(109)	(202)
Seguro de Vida	Taxa real	5,74%	6,74%	8,74%	9,74%
	Taxa nominal (i)	10,36%	11,40%	13,49%	14,53%
	Obrigação de benefício definido	167	157	141	134
	Impacto com o cenário principal	18	8	(8)	(15)

(i) Considera inflação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sensibilidade na tábua de mortalidade

		Cenário I	Cenário II
PLANO A	Taxa nominal (i)	12,36%	12,36%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.216.722	1.293.424
	Impacto com o cenário principal	(30.421)	46.281
PLANO B	Taxa nominal (i)	12,16%	12,16%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	107.455	110.854
	Impacto com o cenário principal	(1.768)	1.632
PRE 68	Taxa nominal (i)	12,45%	12,45%
	Tábua	AT-49	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	90.629	98.498
	Impacto com o cenário principal	(3.433)	4.436
Plano de Saúde	Taxa nominal (ii)	12,14%	12,14%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	243.547	273.711
	Impacto com o cenário principal	(11.324)	18.840
Auxílio Funeral	Taxa nominal (i)	12,00%	12,00%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	1.366	1.231
	Impacto com o cenário principal	50	(85)
Seguro de Vida	Taxa nominal (i)	12,45%	12,45%
	Tábua	AT-2000	BR-EMS 2015
	Obrigação de benefício definido	144	156
	Impacto com o cenário principal	(4)	7

(i) Considera inflação.

(ii) Considera composição de inflação e inflação médica.

25 Índices regulatórios

25.1 Cobertura do Capital Mínimo Requerido

A Companhia é requerida pela SUSEP, para fins de monitoramento de solvência regulatória, a manter um excesso de seu Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) sobre o Capital Mínimo Requerido (CMR), ambos calculados de forma regulatória. O não cumprimento desse requisito resultaria em intervenção por supervisão da SUSEP e ações de remediação projetadas para restaurar o nível mínimo de suficiência regulatória.

A Resolução CNSP nº432/2021 e suas alterações, estabelecem a metodologia para o cálculo do capital de risco baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, cálculo do patrimônio líquido ajustado, bem como os critérios de avaliação da suficiência regulatória.

Consideram-se, para efeitos das resoluções citadas acima, os conceitos a seguir:

I Capital Mínimo Requerido (CMR): montante de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

II Capital base: montante fixo de capital, no valor de R\$60.000, que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento.

III Capital de risco: montante variável de capital que um ressegurador local deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulação específica.

IV Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): patrimônio líquido contábil ou patrimônio social contábil, conforme o caso, ajustado por adições, exclusões e limites, para apurar, na visão regulatória, os recursos disponíveis às supervisionadas para executarem suas atividades diante de oscilações e situações adversas, devendo ser líquido de ativos com nível de subjetividade de valoração ou que já garantam atividades financeiras similares, e de outros ativos cuja natureza seja considerada inadequada, na ótica do regulador, para resguardar sua capacidade de absorção de perdas. Para ajustes de qualidade de cobertura do CMR são considerados 3 níveis de PLA.

A tabela abaixo demonstra a suficiência de patrimônio líquido ajustado baseado nos critérios estabelecidos pela SUSEP, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Capital de risco baseado em risco de subscrição (i)	511.362	675.312
Capital de risco baseado em risco de crédito	613.831	576.484
Capital de risco baseado em risco operacional	59.111	53.606
Capital de risco baseado em risco de mercado	110.910	85.848
Benefício da diversificação de riscos	(222.758)	(224.635)
Capital de risco total	1.072.456	1.166.615
Capital base	60.000	60.000
Capital mínimo requerido (ii)	1.072.456	1.166.615
Patrimônio líquido ajustado (iii)	1.966.681	1.700.548
Suficiência de patrimônio líquido ajustado	894.225	533.933

(i) A queda do capital de risco de subscrição se deve, principalmente, a redução do volume de sinistros retidos na média móvel dos últimos 12 meses, conforme metodologia estabelecida na Resolução CNSP nº 432/2021.

(ii) O maior entre o capital de risco total e o capital base.

(iii) Patrimônio utilizado para fins de apuração da suficiência de cobertura do CMR.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra o cálculo do patrimônio líquido ajustado baseado nos critérios estabelecidos pela SUSEP, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Patrimônio líquido	4.449.274	4.216.205
Deduções		
Despesas antecipadas	(5.448)	(5.673)
Participações societárias	(72.140)	(43.248)
Créditos tributários – Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	(2.165.427)	(2.218.515)
Intangíveis	(130.599)	(118.965)
Créditos tributários (iv)	(393.132)	(202.301)
Outras deduções	(50)	(50)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	-	(137.906)
Ajustes econômicos	338.516	272.716
Ajustes do excesso de PLA de nível 3 (v)	(54.313)	(61.715)
Patrimônio líquido ajustado	1.966.681	1.700.548

(iv) O valor referente ao crédito tributário de diferenças temporais deduzido no cálculo do patrimônio líquido ajustado, corresponde ao valor do crédito tributário (Nota 8.1), que ultrapassar a 15,0% do capital mínimo requerido (CMR).

(v) Valor referente ao ajuste de cobertura do CMR estabelecido conforme nova Resolução CNSP nº432 e demonstrado abaixo.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos no cálculo dos níveis de PLA:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Patrimônio líquido	4.449.274	4.216.205
Deduções		
Despesas antecipadas	(5.448)	(5.673)
Participações societárias	(72.140)	(43.248)
Créditos tributários – Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas	(2.165.427)	(2.218.515)
Intangíveis	(130.599)	(118.965)
Créditos tributários total	(554.000)	(377.293)
Outras deduções	(50)	(50)
Ajustes valor justo dos ativos financeiros ao custo amortizado (vi)	(8.313)	-
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (vii)	-	(137.906)
Imóveis e fundos imobiliários	(54.313)	(61.715)
PLA nível 1	1.458.984	1.252.840
Superávit de fluxos de prêmios não registrados - apurados no TAP (vi)	224	2.140
Superávit entre provisões e fluxos realista registrado (vi)	346.605	270.576
PLA nível 2	346.829	272.716
Créditos tributários sobre diferenças temporárias limitados a 15% do CMR	160.868	174.992
Imóveis e fundos imobiliários	54.313	61.715
PLA nível 3	215.181	236.707
Ajustes de qualidade de cobertura do CMR		
a) PLA de nível 1 - no mínimo 50% do CMR	-	-
b) PLA de nível 3 - no máximo 15% do CMR	(54.313)	(61.715)
c) Soma do PLA de nível 2 e 3 - no máximo 50% do CMR	-	-
Patrimônio líquido ajustado	1.966.681	1.700.548

(vi) A soma das linhas indicadas corresponde ao ajuste econômico apresentado no quadro anterior, R\$329.352 em 31 de dezembro de 2024 (R\$272.716 em 31 de dezembro de 2023).

(vii) A variação observada na linha de custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG refere-se ao acordo de comutação de um contrato específico do grupo de Vida ocorrido no segundo trimestre de 2024. Este acordo findou qualquer responsabilidade futura da Companhia relacionada ao referido contrato e originou um crédito no valor de R\$110.000 que será recebido pela Companhia em sessenta parcelas iguais atualizadas pelo CDI.

O PLA deve ser calculado pela soma do PLA de nível 1, do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3, respeitados os limites impostos pelos ajustes de qualidade de cobertura do CMR.

Como apresentado acima a Companhia apurou suficiência de PLA em relação ao CMR, cumprindo as disposições regulatórias.

A Administração mantém uma vigilância constante sobre a estrutura de capital da Companhia, buscando identificar e corrigir quaisquer desequilíbrios ou vulnerabilidades que possam surgir. Essa

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

abordagem preventiva permite que medidas sejam adotadas de forma antecipada para mitigar riscos e garantir a estabilidade deste importante indicador regulatório.

25.2 Garantia das provisões técnicas

A Companhia é requerida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução CMN nº 4.993 e alterações posteriores, a manter ativos garantidores aptos segundo a legislação e suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço, deduzidas de ativos redutores, ambos calculados de forma regulatória.

Embora o quadro abaixo siga os critérios estabelecidos pelo órgão regulador SUSEP, a Companhia acredita que sua divulgação é fundamental e tem como objetivo informar a suficiência da garantia das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Provisões técnicas de resseguros	14.417.377	13.074.490
(-) Ativos de retrocessão	4.865.613	4.124.631
(-) Direitos creditórios	1.666.123	1.213.024
(-) Ativos depositados no exterior redutores (i)	1.273.590	1.107.834
Montante a ser garantido	6.612.051	6.629.001
Ativos disponíveis para garantia:		
Quotas de fundos de investimentos	5.212.103	4.795.585
Ações de empresas nacionais	7.719	23.102
Bonds corporativo	142.553	
Depósito a prazo fixo no exterior - <i>Times deposits</i>	393.725	352.080
<i>Certificate of deposit</i> (ii)	432.327	420.142
Títulos da dívida soberana	1.225.719	1.476.484
Total de ativos	7.414.146	7.067.393
Suficiência de garantia	802.095	438.392

(i) A regulamentação da SUSEP possibilita que certos ativos depositados no exterior por resseguradoras sejam contabilizados no Brasil como redutores da necessidade de cobertura de provisões técnicas. Por esse motivo, o montante de R\$1.273.590 foi utilizado como redutor da necessidade de cobertura das provisões técnicas limitando-se ao próprio valor da provisão técnica.

Seção F – Políticas contábeis

26 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

26.1 CPC 50 / IFRS 17 – Contrato de Seguros

CPC 50 / IFRS 17 – “Insurance Contracts”: O IASB (*International Accounting Standard Board*), emitiu esta norma abrangente para todas as companhias que emitem contratos de seguros e resseguros e elaboram suas demonstrações contábeis de acordo com a IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

i. Contrato de Seguros

O CPC 50 / IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros e resseguro emitidos. Também requer que estes princípios sejam aplicados a contratos de resseguro e retrocessão

Contrato de seguro é definido, pela norma, como um contrato sob o qual uma parte (o emissor) aceita risco de seguro significativo de outra parte (o segurado) ao concordar em compensar o segurado se um evento futuro incerto especificado (o evento segurado) afetar adversamente o segurado. De acordo com o CPC 50 / IFRS 17, os contratos de resseguro são agrupados para fins de mensuração. Os grupos de contratos são determinados identificando primeiramente as carteiras de contratos emitidos e mantidos. Uma carteira compreende contratos sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto.

A Companhia verificou se seus contratos de resseguro poderiam conter um ou mais componentes que estariam dentro do alcance de outro pronunciamento se fossem contratos separados. Por exemplo, o contrato de resseguro pode incluir componente de investimento ou componente de serviço que não seja contrato de resseguro (ou ambos) e não identificou nenhum componente em seus contratos que deveriam ser contabilizados separados. Em seguida, identificou suas carteiras de contratos de resseguro e retrocessão com base na estrutura interna atual de gestão de negócios, levando em consideração aspectos relevantes como: precificação dos contratos, gestão de reservas e gerenciamento de produtos.

Além do acompanhamento no nível das divisões de negócio, a Companhia também monitora de forma distinta seus resultados de acordo com a geografia de aceitação de risco, classificando-as como segmentos distintos em suas demonstrações contábeis. Estes segmentos são representados por "País" para riscos aceitos no mercado local, e "Exterior" para riscos aceitos no mercado internacional. Este critério foi levado em consideração para formação de suas carteiras de resseguros e retrocessão. À exceção exclusivamente da sucursal de Londres, que formará uma carteira distinta.

A Administração determinou a abertura de suas carteiras para riscos aceitos e cedidos em 19 níveis:

País	Exterior
Rural	Rural
Aeronáuticos	Aeronáuticos
Responsabilidades	Responsabilidades
Riscos financeiros	Riscos financeiros
Vida	Vida
Marítimos	Marítimos
Automóvel	Automóvel
Patrimonial	Patrimonial
Riscos especiais	Riscos especiais
	Sucursal de Londres

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada carteira de contratos de resseguro é dividida em três níveis de lucratividade esperada:

- Grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
- Grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornar oneroso posteriormente; e
- Grupo de contratos remanescentes.

Cada carteira de retrocessão é avaliada da mesma forma que uma carteira de resseguro, exceto quando as referências a contratos onerosos são substituídas por contratos em que se espera um ganho líquido na compra de retrocessão.

A Companhia avaliou suas carteiras e não identificou contratos em que se espera um ganho líquido ou que não tenham possibilidade significativa de ter um ganho líquido no reconhecimento inicial. Sendo assim, as carteiras de retrocessão estão classificadas como grupo de contratos remanescentes.

Um grupo de contratos de resseguro é reconhecido no início de um período de cobertura, isto é, o período durante o qual a Companhia presta serviços em relação a quaisquer prêmios na fronteira do contrato.

Quando o contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo existente de contratos ou, caso o contrato não se qualifique para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros serão adicionados. Grupos de contratos são estabelecidos no reconhecimento inicial e, uma vez que todos os contratos tenham sido adicionados ao grupo, a sua composição não é revisada.

Os contratos são agrupados em safras anuais de acordo com o ano de subscrição (*Underwriting Year*).

ii. Limite do contrato

A mensuração de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão inclui todos os fluxos de caixa dentro do limite de cada contrato no grupo.

A obrigação substantiva de prestar cobertura pode estender o limite de um contrato. Nos contratos de resseguros automáticos, por exemplo, as apólices emitidas no período de vigência de um contrato podem ter vigências que se encerram além da cobertura desse contrato de resseguro.

Neste caso, a obrigação de prestar cobertura é estendida até o encerramento de vigência da última apólice coberta, e, portanto, os fluxos de caixa serão projetados considerando este período de cobertura estendida.

Os fluxos de caixa de resseguro estão dentro do limite de contrato se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existiam durante o período de relatório em que a Companhia pode obrigar o titular do contrato a pagar os prêmios ou em que a Companhia tem obrigação substantiva de prestar cobertura de resseguro ao titular do contrato. A obrigação substantiva de prestar cobertura se encerra quando a Companhia:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos específicos do titular do contrato e, como resultado, pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos; e
- Tem a capacidade prática de reavaliar o risco da carteira de contratos de resseguro que contém o contrato e pode definir um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira; e o preço dos prêmios até a data de reavaliação não leva em conta os riscos relacionados a períodos após a data de reavaliação.

Para os contratos de retrocessão, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se forem decorrentes de direitos e obrigações substanciais que existem durante o período de reporte no qual a

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia é obrigada a pagar valores à retrocessionária ou tem um direito substancial para receber serviços da retrocessionária. O direito substantivo de receber serviços termina quando a retrocessionária:

- Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos e pode definir um preço ou nível de benefícios que reflete integralmente esses riscos reavaliados; e
- Tem o direito substantivo de rescindir a cobertura.

A Companhia verificou os limites da nova norma CPC 50 / IFRS 17 e não foram identificadas alterações relevantes quando comparados àqueles já aplicados sob a ótica da CPC 11/IFRS 4.

iii. Modelo de mensuração

A mensuração de um grupo de contratos de resseguro e retrocessão inclui todos os fluxos de caixa dentro do limite de cada contrato no grupo.

O CPC 50 / IFRS 17 apresenta certas abordagens para mensuração de grupos de contratos de resseguro emitido e retrocessão:

- Modelo Geral de mensuração - BBA (Modelo padrão): aplicável a todo tipo de contratos de resseguro emitidos ou retrocessão.

- Abordagem de alocação de prêmio - PAA (Modelo simplificado): abordagem opcional para contratos com duração até 12 meses ou cujos resultados não sejam significativamente diferentes aos obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.

A Companhia adota o modelo geral, BBA, para mensuração de todos os seus grupos de contratos de resseguros e de retrocessão.

iv. Mensuração de contratos de acordo com BBA

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um grupo de contratos de resseguro como o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e o ajuste ao risco para o risco não financeiro; e (b) a CSM (margem contratual de seguro).

- **Estimativas de fluxos de caixa futuros:** projeções de fluxos de caixa, que devem incluir o valor esperado de uma gama de cenários que reflita a gama completa de possíveis resultados para as entradas e saídas dentro do limite do contrato que se referem diretamente ao cumprimento do contrato. Incluem também os fluxos de caixa de aquisições que são resultantes dos custos de comercialização, subscrição e início de grupo de contratos que sejam diretamente atribuíveis à carteira de contratos de resseguro à qual o grupo pertence. Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora, de maneira imparcial, todas as informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo na data de apresentação dos relatórios. Essas informações incluem dados históricos internos e externos sobre sinistros e outras experiências atualizadas, de forma que reflitam a melhor estimativa da Companhia sobre a expectativa de realização de eventos futuros.

Os fluxos de caixa para a aquisição de resseguros surgem das atividades de venda, de subscrição e de início de um grupo de contratos que sejam diretamente atribuíveis à carteira de contratos ao qual a Companhia pertence. Outros custos que são ocorridos no cumprimento dos contratos incluem:

- Custos de processamento de sinistros, manutenção e administração.
- Comissões recorrentes a pagar sobre prêmios de parcela a receber dentro dos limites do contrato.
- Impostos e outros custos especificamente cobráveis dos segurados de acordo com as condições dos contratos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Custos de sinistros de contratos assumidos.
- Custos de despesas relacionadas a sinistros.

Os fluxos de caixa para a aquisição de resseguros e outros custos que são incorridos no cumprimento dos contratos compreendem tanto os custos diretos quanto a alocação de despesas gerais fixas e variáveis.

Os fluxos de caixa são atribuídos às atividades de aquisição, a outras atividades de execução e a outras atividades utilizando técnicas de custeio baseadas em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis às atividades de aquisição e outras atividades de execução são alocados a grupos de contratos, utilizando métodos que são sistemáticos e racionais, aplicados de maneira consistente a todos os custos que possuem características similares. A Companhia geralmente determina os fluxos de caixa para aquisições de resseguros a grupos de contratos com base nos percentuais definidos em contrato. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

O CPC 50 / IFRS 17 requer que a Companhia aloque, como parte dos fluxos de caixa de cumprimento dos contratos de resseguro e retrocessão, gastos gerais de produção fixos e variáveis (tais como custos de contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, depreciação de edificações, aluguel, manutenção e serviços de utilidade pública) que sejam diretamente atribuíveis ao cumprimento de contratos e que estejam dentro dos limites de projeção dos fluxos de caixa. Como resultado deste critério de alocação, o total de gastos administrativos que não são diretamente atribuíveis aos contratos é de R\$28.202 em 2024 (R\$31.365 em 2023).

- Margem Contratual de Seguro (CSM): lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços no futuro sob os contratos de resseguro no grupo. A Companhia deve mensurar a margem contratual de resseguro no reconhecimento inicial de grupo de contratos.

No reconhecimento inicial de um grupo lucrativo de contratos de resseguro, a CSM é igual à soma:

- Dos fluxos de caixa de cumprimento, que são, estimativas de fluxos de caixa, ajuste para refletir o valor do dinheiro no tempo e ajuste de risco não financeiro; e
- De quaisquer outros fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data.

Se a soma for uma entrada líquida, a CSM é apropriada no resultado conforme os serviços são prestados no período, de acordo com alocações de unidades de cobertura. A determinação das unidades de cobertura é baseada no cálculo da exposição remanescente, a cada data-base de mensuração, estimada considerando os níveis de abertura de tipo de contrato, base de cessão e limite do contrato, sendo ponderada pelo volume de prêmio.

Se a soma for uma saída líquida, então o grupo é oneroso e um componente de perda é criado para representar o valor da saída líquida de caixa no passivo, e a perda é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor contábil de um grupo de contratos de resseguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros ocorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros e (b) qualquer CSM remanescente nessa data. O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros ocorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não avisados.

Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de resseguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de resseguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso).
- Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de resseguro com impacto no resultado.
- Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro: reconhecidas como receitas ou despesas de financiamentos de seguros.

A Companhia trata a margem contratual e os fluxos de caixa de cumprimento como itens monetários, determinando-os em sua respectiva moeda estrangeira e convertendo-os para a moeda funcional nas datas de transação e reporte. As diferenças entre as taxas de conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

- CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício.
- Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício, mensurados às taxas de desconto em fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes determinados no reconhecimento inicial.
- Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:
 - Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda.
 - Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado.
- Efeito de quaisquer diferenças cambiais sobre a CSM.
- O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício, baseado na unidade de cobertura alocada ao exercício.

A Companhia determina a quantidade de serviços prestados no período com base na ponderação do prêmio do contrato de resseguro alocado para o exercício que representa uma aproximação da exposição à importância segurada. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço e não são ajustadas pelo valor do dinheiro no tempo.

As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que referem-se a serviços futuros compreendem:

- Ajustes decorrentes de prêmios recebidos no exercício, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa, mensurados às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial.
- Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente, mensuradas às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, exceto aquelas que surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.
- Mudanças no ajuste ao risco para o risco não financeiro que se relacionem a serviços futuros

Adicionalmente, as abordagens de transição da Companhia aplicadas na data de transição para o IFRS 17 (1º de janeiro de 2022) continuam a impactar uma parte da forma como o saldo do CSM em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi determinado por meio da aplicação da abordagem retrospectiva modificada, que calculou uma CSM proxy em 1º de janeiro de 2022 levando em consideração, principalmente, os montantes esperados de fluxos de caixa de seguro naquela data e os fluxos de caixa pagos ou recebidos que ocorreram antes desta data.

Contratos de retrocessão

A Companhia adota as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de retrocessão, exceto que o ajuste de risco não financeiro representará o valor do risco a ser transferido da Companhia para as retrocessionárias, e a CSM representará um custo líquido.

v. Sinistros Ocorridos

A Companhia estima o custo final de liquidação dos sinistros ocorridos, mas não pagos, na data do balanço, e outras recuperações esperadas, através da revisão dos sinistros avisados e da provisão de sinistros ocorridos, mas ainda não avisados. O custo final de liquidação dos sinistros é estimado utilizando técnicas de reserva de sinistros, como os métodos *Chain-ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*. Essas técnicas assumem que a própria experiência de sinistros da Companhia seja indicativa de padrões futuros de desenvolvimento de sinistros e, portanto, do custo final dos sinistros. O custo final da liquidação dos sinistros é estimado separadamente para cada área geográfica e linha de negócio, além da abertura entre sinistros vultosos e não vultosos.

As premissas utilizadas, incluindo índices de sinistralidade e inflação futura de sinistros, são implicitamente derivadas dos dados históricos do desenvolvimento de sinistros em que se baseiam as projeções, embora o julgamento seja aplicado para avaliar o quanto as tendências passadas podem não se aplicar no futuro e o quanto espera-se que surjam tendências futuras.

Estes fluxos de caixa são descontados utilizando curvas de rendimento livres de risco, ajustadas para refletir as características dos fluxos de caixa e a liquidez dos contratos de resseguro, ajustados ainda pela mensuração do ajuste ao risco não financeiro.

vi. Apresentação e Divulgação

De acordo com o CPC 50 / IFRS 17, as carteiras de contratos de resseguro e retrocessão, que são ativos e passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Todos os direitos e obrigações decorrentes de uma carteira de contratos estão apresentados em base líquida; portanto, os fluxos de caixa futuros relativos a contratos de resseguro, a receber e a pagar não estão mais apresentados separadamente. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos para fluxos de caixa que surjam antes do reconhecimento do respectivo grupo de contratos também estão apresentados na mesma linha das carteiras de contratos relacionadas.

Conforme o CPC 50 / IFRS 17, a Companhia divulga informações detalhadas sobre receitas e conciliações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis identificarem mudanças de fluxos de caixa e valores que são reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes são desagregados em:

- (a) um resultado do serviço de resseguro, incluindo a receita e as despesas dos serviços de resseguros;
- e
- (b) receitas ou despesas financeiras de resseguros.

Os valores dos contratos de retrocessão estão sendo apresentados separadamente.

Receita de resseguros

A Companhia reconhece a receita de resseguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de resseguro. A receita de resseguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens.

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura.
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
- As despesas com sinistros estimados e outras despesas estimadas com a prestação de serviços de resseguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de resseguro e serviços de resseguro naquela data.
- Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.

Além disso, a Companhia aloca uma parcela de prêmios que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros a cada período de forma sistemática. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de resseguro.

Despesas com prestação de serviços de resseguros

Despesas de prestação de serviços de resseguro resultantes de contratos de resseguro são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas e compreendem os seguintes itens:

- Sinistros ocorridos e outras despesas de serviços de resseguro
- Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de resseguros: equivalente ao valor da receita de resseguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros.
- Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos.
- Ajustes dos passivos para sinistros ocorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

Despesas líquidas com contratos de retrocessão

As despesas líquidas com contratos de retrocessão compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às retrocessionárias.

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de retrocessão pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de retrocessão. A alocação de prêmios de retrocessão pagos referentes aos serviços recebidos para cada período representa o total das variações do ativo para a cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais a Companhia espera pagar a contraprestação.

Para um grupo de contratos de resseguro que cobre contratos subjacentes onerosos, a Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para a cobertura remanescente para descrever a recuperação de perdas reconhecidas:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- No reconhecimento de contratos subjacentes onerosos, caso o contrato de resseguro que cobre esses contratos seja celebrado antes ou ao mesmo tempo em que esses contratos são reconhecidos.
- Para mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual do grupo de contratos de resseguro relacionados a serviços futuros que resultam da alteração dos fluxos de caixa do cumprimento contratual dos contratos onerosos subjacentes.

O componente de recuperação de sinistros determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões das recuperações de sinistros dos contratos de resseguro e são excluídos da destinação dos prêmios de resseguro pagos. Ele é ajustado para refletir mudanças no componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes, mas não pode exceder a parcela do componente de perda do grupo oneroso de contratos subjacentes que a Companhia espera recuperar dos contratos de resseguro.

Receitas e despesas financeiras de resseguros

As receitas e despesas financeiras de resseguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de resseguro e retrocessão resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

26.2 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Ganhos e Perdas Cambiais".

No caso de variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Todas as variações cambiais reconhecidas na demonstração de resultado são contabilizadas na rubrica de Resultado Financeiro.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da entidade, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "ajustes acumulados de conversão".

26.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "empréstimos", no passivo circulante.

26.4 Ativos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o IRB Re pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Esta escolha é feita investimento a investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o IRB Re pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (veja (ii) abaixo). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

26.5 Segregação circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante.

Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais, os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

26.6 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, que variam entre 1 até 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

26.7 Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Móveis e utensílios	10,0	10
Equipamentos de informática	20,0	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente de forma integral ou parcial se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

26.8 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (UGC).

26.9 Provisões

(a) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciária e fiscal são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas avaliações do departamento jurídico da Companhia, sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

As provisões judiciais de natureza cível operacional são ajustadas de acordo com a metodologia de mensuração da Provisão para Sinistros Judiciais (PSL) da Companhia. A metodologia adotada considera o percentual de risco de perda esperado pela Companhia em cada ação incluída na PSL Judicial, além da classificação da probabilidade de perda (provável, possível e remota), a qual é determinada através de uma avaliação individualizada das características de cada sinistro judicial. As referidas análises são conduzidas pelos advogados externos responsáveis por cada um dos processos constantes na PSL Judicial, e posteriormente ratificadas pela Diretoria Jurídica da Companhia.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "outros débitos", no passivo não circulante. As contingências de natureza cível relacionadas aos contratos de resseguro estão contabilizadas na rubrica "sinistros a liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada. Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica depósitos judiciais e fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa Selic.

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

26.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda e 15% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não são relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia estará sujeito ao imposto global mínimo complementar sob a legislação tributária do Pilar Dois, decorrentes de leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas pela OCDE. Esta reforma tributária visa que grupos multinacionais paguem impostos pelo menos a uma taxa mínima de 15% sobre a renda proveniente de cada jurisdição em que operam, aplicando um sistema de impostos complementares. A Companhia está avaliando os impactos de sua exposição ao Pilar Dois.

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. Este lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado da Companhia, uma vez que possui ajustes na composição da base de cálculo dos mesmos, ou seja, exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, desde que a Companhia possua expectativa de lucros futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caso futuramente a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros não seja suficiente para que os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais sejam utilizados, os mesmos serão desreconhecidos em conformidade com a norma específica, bem como, com as práticas contábeis aplicáveis à Companhia.

A Companhia elabora estudo técnico que contempla a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade da empresa e um conjunto de premissas e estimativas. O estudo técnico é revisado a cada data-base de publicação das demonstrações contábeis seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, como a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração.

26.11 Benefícios a empregados

Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefício de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outras obrigações de curto prazo: Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Participação no Lucros: A Companhia mantém acordos sindicais, incluindo o Acordo do Programa do Participação nos Lucros (PPLR), em consonância com os requisitos previstos na Lei no 10.101/00 e na Lei nº 12.832/13, bem como nos demais normativos legais pertinentes. O respectivo acordo tem por objetivo estabelecer as regras e condicionantes gerais relacionadas à implantação do PPLR de forma que os participantes sejam reconhecidos pela contribuição a partir do atingimento mínimo das metas corporativas, individuais e setoriais estabelecidas para o exercício. Todas as regras e condicionantes do programa são revistas anualmente pela Diretoria de Pessoas e submetidas à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A determinação do montante a ser provisionado considera o lucro antes do imposto de renda, ajustado de acordo com as diretrizes do plano, e o registro contábil é efetuado diretamente no resultado do exercício. O PPLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023 - 317ª RO do CA.

Benefício pós-emprego: A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros. Os benefícios pós-emprego do IRB Re incluem benefícios de aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida, plano médico e auxílio funeral.

(a) Benefícios de aposentadoria

Para os planos de aposentadoria classificados como de benefício definido é utilizado o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações e seus respectivos custos de serviço corrente e passado, quando aplicável.

Para o plano de contribuição variável, administrado pela PREVIRB, a obrigação da patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no exercício, além do risco atuarial atrelado aos benefícios de risco.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A obrigação com benefícios de aposentadoria, quando reconhecida no balanço patrimonial, representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais, pelo custo dos serviços, pelo custo dos juros e pelos benefícios pagos ao longo do exercício.

(b) Outros benefícios pós-emprego

Os planos de saúde, seguro de vida e auxílio funeral preveem a manutenção vitalícia ou temporária, de acordo com o estabelecido na legislação aplicável.

O montante apurado das obrigações relativo a estes planos segue metodologia atuarial semelhante àquela aplicada aos benefícios definidos descritos anteriormente.

26.12 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa detentora de ações, compra ações do próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido da Companhia.

26.13 Dividendos

Conforme o Estatuto Social do IRB Re, o cálculo da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é realizado sobre o resultado do exercício após a dedução para atender aos prejuízos acumulados, a provisão para imposto de renda e à reserva legal. Tal montante é registrado como passivo na rubrica obrigações a pagar, visto que representa uma obrigação legal estipulada no Estatuto Social da Companhia.

No entanto, se a Administração da Companhia optar por propor dividendos adicionais após o encerramento do exercício contábil ao qual as demonstrações contábeis se referem, mas antes da aprovação pela assembleia de acionistas, essa parcela proposta pela Administração é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

26.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos.

A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Re baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Receita de resseguros

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que presta serviços sob grupos de contratos de resseguro. A receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que referem-se a serviços para os quais a Companhia espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas.
- Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais.
- As despesas com sinistros estimados e outras despesas estimadas com a prestação de serviços de resseguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de resseguro e serviços de resseguro naquela data.
- Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio para serviços atuais ou passados e valores relacionados a despesas tributárias incorridas.

Além disso, a Companhia aloca uma parcela de prêmios que refere-se à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de resseguros a cada período de forma sistemática. A Companhia reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de resseguro.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

26.15 Receitas e despesas financeiras de resseguros

As receitas e despesas financeiras de resseguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de resseguro e retrocessão resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

27 Estimativas e premissas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros e ativos de retrocessão

Para a constituição dos passivos de resseguros e ativos de retrocessão da Companhia, são aplicadas as estimativas contábeis mais críticas em termos de preparação das demonstrações contábeis, em

conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas para a estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente à essa estimativa crítica está demonstrada na nota 2.2.2.2.

Com base nas informações e experiência da Companhia, são definidas metodologias e premissas utilizadas na mensuração dos passivos de resseguro e ativos de retrocessão, a fim de se obter as melhores estimativas do ativo e passivo a ser contabilizado. Tais estimativas são reavaliadas periodicamente com o objetivo de garantir que, quando da liquidação das obrigações da Resseguradora, estes montantes desviem o mínimo possível, do ponto de vista estatístico-atuarial, daqueles contabilizados inicialmente.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Companhia tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico, para determinação do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco entre provável, possível e remoto. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia segue as orientações do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” para determinar a perda de crédito esperada. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o IRB RE considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do IRB RE, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

A Companhia aplica uma metodologia amplamente utilizada no mercado. Esta metodologia consiste na utilização de informações advindas da *Bloomberg* e das agências de rating (*S&P Global Ratings*, *Fitch Ratings* e *Moody's Investors Service*) para determinar o valor de Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD, PDD, PE ou ECL), conforme os requisitos do IFRS 9.

(d) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, invalidez e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa estão divulgadas na nota 24.5, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

(e) Créditos tributários

Com relação à constituição dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e bases negativas, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relação à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses ativos. A avaliação dessa situação requer a utilização de julgamento significativo da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia elabora estudo técnico que avalia a geração futura de resultados. Este estudo técnico é revisado periodicamente, seguindo o planejamento estratégico da Companhia, e aprovado pelos órgãos de governança competentes, com a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração.

28 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Certas novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 2024. A companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à sua estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Seção G – Outras informações que a Companhia entenda relevantes

29 Conciliação com as demonstrações financeiras padronizadas (DFP) disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet)

A Companhia demonstra abaixo a conciliação entre as demonstrações financeiras padronizadas disponibilizadas no modelo do sistema CVM (Enet) e os quadros de balanço patrimonial e demonstrações do resultado divulgados pelo IRB Re.

Balanço Patrimonial - Ativo

ENet	Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
	Circulante		5.035.132	3.317.870	5.003.598	3.300.842
1.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	5	7.210	7.406	18.861	20.335
1.01.02	Ativos financeiros	6.1	3.754.708	2.598.633	3.701.676	2.547.891
1.01.04.01	Títulos e créditos a receber	7	26.207	3.257	35.595	8.707
1.01.04.02	Créditos tributários e previdenciários	8	1.941	36.518	2.395	36.841
1.01.07	Despesas antecipadas		5.448	5.673	5.453	5.682
1.01.03.02	Ativos de contratos de retrocessão	16.2	1.239.618	666.383	1.239.618	666.383
1.01.05	Outros valores e bens		-	-	-	15.003
	Não circulante		11.400.221	12.159.170	11.443.268	12.185.590
1.02.01.01						
1.02.01.02	Ativos financeiros	6.1	5.388.237	5.744.511	5.388.238	5.745.021
1.02.01.03						
1.02.01.04.04	Ativos de contratos de retrocessão	16.2	2.230.751	2.317.811	2.230.751	2.317.811
1.02.01.04.01	Títulos e créditos a receber	7	768.905	958.366	822.320	958.366
	Créditos tributários e previdenciários	8	2.580.569	2.739.114	2.580.569	2.739.114
1.02.01.04.03	Depósitos judiciais e fiscais	21	185.722	184.997	185.722	184.997
1.02.02.01	Participações societárias	4.1	72.140	43.248	-	-
1.02.02.02.01	Imóveis destinados à renda		-	-	61.771	69.158
1.02.02.02.02	Outros investimentos		330	335	330	335
1.02.03	Imobilizado		42.968	51.823	42.968	51.823
1.02.04	Intangível		130.599	118.965	130.599	118.965
	Total do ativo		16.435.353	15.477.040	16.446.866	15.486.432

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial - Passivo

ENet	Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
	Circulante		4.767.467	4.418.306	4.778.980	4.427.698
2.01.01.01	Obrigações a pagar	12	73.104	73.053	82.116	80.270
2.01.01.02	Impostos e encargos sociais a recolher		38.212	38.733	38.537	38.956
2.01.01.03	Provisões trabalhistas		12.839	12.833	13.132	13.033
2.01.01.04	Provisões para benefícios pós-emprego	24.3	36.519	35.176	36.519	35.176
2.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social	15	33.142	71.629	35.025	73.380
2.01.01.06	Empréstimos e Financiamentos	14	246.111	3.738	246.111	3.739
2.01.02.02	Passivo de contrato de Resseguro	17.1	3.949.162	4.052.064	3.949.162	4.052.064
2.01.02.04	Passivo de contrato de Retrocessão	17.2	293.515	23.433	293.515	23.433
2.01.03	Depósitos de terceiros	13	57.371	89.990	57.371	89.990
2.01.05	Outros débitos		27.492	17.657	27.492	17.657
	Não circulante		6.741.827	6.801.339	6.741.827	6.801.339
2.02.01.01.01	Obrigações a pagar	12	20.994	23.049	20.994	23.049
2.02.01.01.02	Provisões para benefícios pós-emprego	24.3	334.894	363.331	334.894	363.331
2.02.01.01.03	Empréstimos e Financiamentos	14	242.866	542.466	242.866	542.466
2.02.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social	15	17.054	37.518	17.054	37.518
2.02.01.02.02	Passivo de contrato de Resseguro	17.1	5.957.087	5.758.857	5.957.087	5.758.857
2.02.01.01.05	Provisão para processos judiciais	19	168.932	76.118	168.932	76.118
	Patrimônio líquido		4.926.059	4.257.395	4.926.059	4.257.395
2.03.01	Capital social	22.1	5.379.189	5.379.189	5.379.189	5.379.189
2.03.02.05	Ações em tesouraria	22.2	(283.760)	(283.760)	(283.760)	(283.760)
2.03.06	Ajustes de avaliação patrimonial	22.3	(616.945)	(479.007)	(616.945)	(479.007)
2.03.04.05	Reserva para recomposição do lucro	22.5	463.444	-	463.444	-
2.03.05	Prejuízo acumulado		(15.869)	(359.027)	(15.869)	(359.027)
	Total do passivo e patrimônio líquido		16.435.353	15.477.040	16.446.866	15.486.432

Demonstrações de Resultados

ENet	Demonstração do resultado	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
			2024	2023	2024	2023
3.01.02	Receitas com resseguros	23.1	6.057.974	5.794.710	6.057.974	5.794.710
3.02.02	Despesas com prestação de serviços de resseguro	23.1	(4.090.696)	(4.371.421)	(4.090.696)	(4.371.421)
3.02.02	Despesas líquidas com contratos de retrocessão	23.1	(1.190.547)	(1.748.977)	(1.190.547)	(1.748.977)
	Resultado da prestação de serviços de resseguro		776.731	(325.688)	776.731	(325.688)
3.03	Resultado financeiro líquido das operações com resseguro	23.3	(1.279.489)	(285.463)	(1.279.489)	(285.463)
	Resultado financeiro líquido das operações com retrocessão	23.3	367.087	50.286	367.087	50.286
	Resultado financeiro líquido das operações		(912.402)	(235.177)	(912.402)	(235.177)
	Resultado de investimentos	23.2	1.363.250	301.740	1.416.052	362.611
	Outros resultados financeiros	23.2	(98.350)	(9.123)	(97.467)	(6.295)
3.08	Resultado financeiro líquido		352.498	57.440	406.183	121.139
3.04.08	Despesas administrativas		(18.158)	(20.039)	(28.202)	(31.365)
3.04.05	Despesas com tributos		10.279	(18.268)	4.667	(22.378)
3.05	Resultado patrimonial		66.837	41.826	37.167	614
3.09	Resultado antes dos impostos		1.188.187	(264.729)	1.196.546	(257.678)
3.10	IRPJ e CSLL	23.5	(382.447)	140.876	(390.806)	133.825
3.13	Lucro (prejuízo) do exercício		805.740	(123.853)	805.740	(123.853)
3.99	Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	22.4	9,85	(1,51)	9,85	(1,51)

30 Evento subsequente

30.1 Cancelamento de ações em tesouraria

Conforme comunicado ao mercado, em reunião realizada em 13 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o cancelamento da totalidade das 420.125 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, as quais foram adquiridas preponderantemente em fevereiro de 2020, no âmbito do seu último programa de recompra de ações.

Em decorrência do cancelamento das ações, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 81.842.886 ações ordinárias e 1 ação preferencial de classe especial de titularidade da União (*Golden Share*). Oportunamente, será submetida à Assembleia Geral proposta para atualização do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir a nova quantidade de ações ordinárias em que se divide o seu capital social.

30.2 Registro Andrina SSPE

Em 20 de janeiro de 2025, foi registrada na Jucesp a ata da 2ª Assembleia Geral Extraordinária da Andrina que, dentre outras deliberações, alterou a denominação social para "Andrina Sociedade Seguradora de Propósito Específico S.A.", bem como alterou o objeto social consistente na realização de operações independentes patrimonialmente entre si de transferência de riscos de seguros, previdência complementar, saúde suplementar, resseguro ou retrocessão e seu financiamento via emissão de letra de risco de seguro na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

* * *

Marcos Pessôa de Queiroz Falcão
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Hugo Daniel Castillo Irigoyen
Diretor Vice-Presidente de Resseguros

Frederico Santana Knapp
Diretor Vice-Presidente Financeiro

Bernardo Netto Arruda
Diretor Jurídico

Daniel Volpe
Diretor Técnico de Subscrição

Eduarda Cunha de La Roque
Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade

Thays Vargas Ferreira
Diretora de Contabilidade, Tributos e Tesouraria
Contadora
CRC 117013/O-9

Debora Pereira Tavares
Atuária
MIBA 2011



Declaração dos Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. Demonstrações Financeiras.

Os Diretores do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Re" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Re, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

MARCOS PESSÔA DE QUEIROZ FALCÃO

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

HUGO DANIEL CASTILLO IRIGOYEN

Vice-Presidente de Resseguros

FREDERICO SANTANA KNAPP

Vice-Presidente Financeiro

BERNARDO NETTO ARRUDA

Diretor Jurídico

DANIEL VOLPE

Diretor Técnico de Subscrição

EDUARDA CUNHA DE LA ROCQUE

Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade

THAYS VARGAS FERREIRA

Diretora de Contabilidade, Tributos e Tesouraria



Declaração dos Diretores Estatutários do IRB-Brasil Resseguros S.A. sobre o Relatório dos Auditores Independentes.

Os Diretores do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Re" ou "Companhia") declaram, para os fins do disposto no art. 27, parágrafo 1º, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. acerca da revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas conforme regras contábeis vigentes e aplicáveis ao IRB Re, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

MARCOS PESSÔA DE QUEIROZ FALCÃO

Diretor Presidente

Diretor de Relações com Investidores

HUGO DANIEL CASTILLO IRIGOYEN

Vice-Presidente de Resseguros

FREDERICO SANTANA KNAPP

Vice-Presidente Financeiro

BERNARDO NETTO ARRUDA

Diretor Jurídico

DANIEL VOLPE

Diretor Técnico de Subscrição

EDUARDA CUNHA DE LA ROCQUE

Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade

THAYS VARGAS FERREIRA

Diretora de Contabilidade, Tributos e Tesouraria



RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Ao Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A.

O Comitê de Auditoria do IRB Re (“Comitê”) é um órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CVM nº 23/2021 e com a Resolução CNSP nº 432/2021, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de: (i) assessorá-lo principalmente na avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) avaliar a efetividade e suficiência do sistema de controles internos e da gestão de riscos, em associação com o Comitê de Riscos; e (iii) avaliar a efetividade das Auditorias Contábil e Atuarial independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao IRB Re e suas empresas controladas, além de regulamentos e políticas internas. O Regimento Interno do Comitê, aprovado pelo Conselho de Administração, encontra-se disponível no site da Companhia.

O Comitê é formado por quatro membros independentes: Henrique Luz (Coordenador e Conselheiro de Administração), José Octávio Vianello de Mello, Louise Barsi e Wilson Toneto.

A Administração é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, definir, testar, manter e monitorar o sistema de controles internos e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Auditoria Externa realiza auditoria independente das demonstrações financeiras. Avalia, também, no contexto dos seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos para fins das demonstrações financeiras e o respectivo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, o Comitê realizou um total de 16 (dezesesseis) reuniões – sendo 12 (doze) ordinárias e 4 (quatro) extraordinárias, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Direção do “IRB Re”, ao Diretor de Controles Internos, Riscos e Conformidade e aos auditores interno e externo.

As atividades desenvolvidas em 2024, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. O Comitê de Auditoria abordou, em especial, assuntos

relacionados às demonstrações financeiras, aos sistemas de controles internos, processos contábeis, processos fisco-tributários, gestão de riscos (com acompanhamento dos trabalhos do Comitê de Riscos) e os temas relativos a transações com partes relacionadas.

Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos e, através da Auditoria Interna, verificou que as possíveis melhorias identificadas foram atendidas.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas aplicando o CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A aplicação das normas CPC 50 / IFRS 17 – “Insurance Contracts” e CPC 48 / IFRS 9 – “Financial Instruments” é obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e trouxeram mudanças importantes na mensuração e contabilização de contratos de seguro, resseguro e instrumentos financeiros. Conforme orientação da CVM, a Companhia apresentou as informações trimestrais (ITRs) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a natureza e os efeitos das principais mudanças nessas políticas, resultantes da adoção do CPC 50 / IFRS 17 e do CPC 48 / IFRS 9 estão resumidos nas Nota 1.3 e Nota 26.

A base de cálculo para as destinações de reservas e lucros, incluindo dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto, segue as normas contábeis da SUSEP, ou seja, desconsiderando os efeitos do CPC 50 / IFRS 17, que não foi aprovado por este regulador.

As demonstrações financeiras do IRB Re, incluídas as notas explicativas, foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes LTDA (“KPMG”), culminando com a emissão de relatório em 25 de fevereiro de 2025. Essas demonstrações financeiras, encerradas em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas em atendimento às normas legais e regulamentares de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Em setembro de 2024, a perspectiva do rating de emissor passou de negativa para estável, refletindo a expectativa da agência Standard&Poor’s Global Ratings de que a resseguradora continuará operando com níveis estáveis de capital e liquidez enquanto melhora gradualmente seus resultados técnicos (nota explicativa nº2).

Foram executadas avaliações quantitativas e qualitativas de assuntos relevantes do exercício como: i) a capacidade de continuidade operacional da Companhia (nota explicativa nº. 1); ii) a cobertura do capital mínimo requerido pelo órgão regulador (nota explicativa nº. 25); iii) a necessidade de provisionamento para ações em esferas legal e judicial (nota explicativa nº. 21); iv) a capacidade da Companhia em realizar os créditos tributários existentes em 31 de dezembro de 2023 (nota explicativa nº. 8); v) a liquidação integral da 3ª série das debêntures em abril de 2024 (nota explicativa nº. 14); vi) a celebração de acordo com *U.S. Department of Justice* (DoJ), em abril de 2023 bem como um acordo adicional com a SEC (“Acordo SEC”), ambos tendo como objeto principal a informação inverídica sobre a base acionária da Companhia (nota explicativa nº. 1.2.2); e vii) os impactos causados pelas chuvas no Rio Grande do Sul (nota explicativa nº 1.2.1).

A Administração iniciou o processo de venda da sucursal de Londres. Em dezembro de 2023, foi assinado um contrato de *Loss Portfolio Transfer* (LPT) para antecipar a transferência da carteira de resseguro até que todos os procedimentos legais da operação estejam devidamente concluídos e aprovados pelas Autoridades Reguladoras do Reino Unido (nota explicativa nº. 1.1). Os correspondentes saldos contábeis dessa sucursal estão registrados e apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui sucursal na Argentina e recentemente, a Administração implementou um plano para otimizar o capital alocado na referida sucursal. Os novos negócios são realizados através da Resseguradora Admitida, com a gestão realizada diretamente da sede do IRB Re no Brasil. A Resseguradora Local está em processo de *run-off*, atualmente administrado por profissionais remanescentes da sucursal (nota explicativa nº 1.1). Os correspondentes saldos contábeis dessa sucursal estão registrados e apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme comunicado ao mercado e nota explicativa nº 30 sobre eventos subsequentes a elaboração das demonstrações financeiras, em reunião realizada em 13 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o cancelamento da totalidade das 420.125 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem redução do capital social.

O Comitê de Auditoria considera que:

- a) Os controles internos seguiram evoluindo em 2024. Na avaliação dos auditores externos, o ambiente é considerado confiável como critério de determinação de testes e sua extensão e se mostraram adequados ao porte e complexidade dos negócios, sendo objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) A Auditoria Interna, com orçamento e estrutura própria, desempenhou suas funções com independência, objetividade e qualidade;

- c) Os trabalhos e as informações fornecidas pelo Auditor Externo foram adequados e apoiaram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- d) Os processos internos de gestão de riscos evoluíram em relação ao período anterior; e
- e) Apoiado na opinião e nos trabalhos desenvolvidos, nas conclusões das auditorias interna e externa, nas divulgações em notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício, as transações com partes relacionadas foram adequadamente realizadas e divulgadas.

Diante do acima exposto, o Comitê - como decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração da Companhia, dos trabalhos da Auditoria Interna e do exame das demonstrações financeiras pelos auditores independentes - recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 para submissão posterior à Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025

Henrique Luz
Coordenador

Jose Octávio Vianello de Mello
Membro

Louise Barsi
Membro

Wilson Toneto
Membro